



Revista Brasileira de
História
Militar



Ano VIII - Nº 21
Maio 2017



Editorial

Esta edição conta majoritariamente com a participação de pesquisadores ligados de alguma forma a Marinha do Brasil. São eles os Professores Leonardo da Costa Ferreira da Escola de Guerra Naval e Marcelo Duarte do Colégio Militar do Rio de Janeiro e os pesquisadores Misael Henrique Silva do Amaral da UERJ; Renato Jorge Paranhos Restier Jr. do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e Bruno de Seixas Carvalho do PPG da EGN. Trazemos ainda as colaborações do ilustre Professor, filólogo e historiador holandês Benjamin Nicolaas Teensma da Universidade de Leiden e do pesquisador Matheus Boina Coltro do Programa de pós-graduação em História Militar da UNISUL.

A todos, o nosso muito obrigado.

Cesar Machado
Editor Responsável



Imagem desta Edição

A captura de Cochim pela V.O.C. (Verenigde Oost-Indische Compagnie – Cia das Índias Orientais) em 1663, desenho de Johan Nieuhof, publicado originalmente no Atlas van der Hagen, de 1682.

Ao final das hostilidades com os portugueses em 1663, os holandeses dominaram a Costa de Malabar na Índia. Eles chegaram a ter entrepostos com guarnição militar em diversas localidades e Cochim se tornou a sede da Companhia em Malabar e a residência do comandante. Desde então, os holandeses mantiveram o controle da região por mais de 130 anos e obrigaram os governantes de Malabar a aceitar contratos monopolísticos com a V.O.C. para pimenta e canela. Ao contrário dos portugueses no Malabar, eles não tentaram converter os povos indígenas à “Igreja Reformada Holandesa”. No entanto, eles ajudaram os cristãos de São Tomé de Malabar contra a Igreja Católica Romana.



Revista Brasileira de
**História
Militar**

www.historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. .Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Prof. Dr. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Marcello José Gomes Loureiro
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

Viva força ou guerra lenta? As ideias econômicas e estratégicas de Luiz Álvares Barriga de 1634 e 1635 sobre a expulsão dos holandeses de Pernambuco6

Benjamin Nicolaas Teensma

Águas da discórdia: As tensões diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai pelo controle dos rios da bacia do Prata (1840-1862)23

Leonardo da Costa Ferreira

A associação entre o vetor militar e a intelectualidade para a construção da identidade nacional brasileira no primeiro quartel do século XX35

Misael Henrique Silva do Amaral

A construção da identidade marinheira: a prática da liderança no ambiente naval45

Marcello Felipe Duarte

O Estado Imperial e a Guerra: reflexões sobre as relações intraestatais e a gestão dos conflitos no Prata durante o Segundo Reinado (1850-1876)55

Renato Jorge Paranhos Restier Junior

Micropolítica da guerra e biopoder: da formação ao racismo de estado76

Bruno de Seixas Carvalho

Duas Visões Militares sobre a Campanha de Canudos97

Matheus Boina Coltro

Livro em Destaque117

VIVA FORÇA OU GUERRA LENTA? AS IDEIAS ECONÔMICAS E ESTRATÉGICAS DE LUIZ ÁLVARES BARRIGA DE 1634 E 1635 SOBRE A EXPULSÃO DOS HOLANDESES DE PERNAMBUCO*

Benjamin Nicolaas Teensma¹

Resumo:

Na década de 1630, os holandeses ampliavam seus domínios no Atlântico Sul, usurpando o comércio e os territórios portugueses. Nessa conjuntura crítica, Luiz Álvares Barriga escreveu um “atrevido arbítrio”, em que propõe à então administração filipina suas ideias econômicas e estratégicas para por fim ao avanço holandês. Este artigo analisa não apenas tais ideias, mas também as insere em seu contexto de produção.

Palavras-Chave: administração filipina; invasões holandesas; Luiz Álvares Barriga.

Abstract:

In the 1630s the Dutch were expanding their territories in the South Atlantic, usurping Portuguese trade and territories. In this critical situation, Luiz Álvares Barriga wrote an “impertinent ordain”, where he proposes the administration of Philip III, his strategic and economic thoughts to stop the Dutch advance. This work will analyze those ideas and will place them in the context of their production.

KeyWords: Philippine Administration; Dutch invasions; Luiz Álvares Barriga

Acerca dos escritos de Luiz Álvares Barriga

Em um linguajar espanhol indocilmente lusitano do período da monarquia dual ibérica, o cavaleiro português Luiz Álvares Barriga escreveu em 1634 e 1635 dois patrióticos tratados sobre o melhor método econômico-militar de expulsar os holandeses do seu enclave pernambucano no Brasil. O primeiro deles se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e o segundo na John Carter Brown Library, em Providence, nos Estados Unidos.

¹ Filólogo e historiador holandês. Foi professor de português nas Universidades de Utrecht (1958 – 65) e de Groningen (1965 e 1979), e professor de português no Departamento Línguas e Culturas da América Latina da Universidade de Leiden, desde 1979.

Estes textos foram publicados em 1950 por José Honório Rodrigues no volume 69 dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Entretanto são pouco consultados, porque o referido volume da revista em questão é dificilmente alcançável, o idiossincrásico “portunhol” em que foram redigidos desanima seu estudo, a qualidade filológica da edição de 1950 deixa a desejar, e a explicação histórica que os acompanha não é satisfatória. Por estas razões, julguei aconselhável preparar uma edição atualizada em tradução portuguesa, mais bem anotada e com introdução mais desenvolvida.

Minha introdução pretende apresentar a ideologia do autor seiscentista acerca do já então antiquado ideal ibérico do Mare Clausum frente ao tão mais moderno do Mare Liberum dos holandeses. No relatório da sua frenética escaramuça de retaguarda, ele descreve o clima frustrado em que os membros do Conselho de Portugal, na decrépita administração filipina em Madri, atuaram; a repressão que ele sofreu sob esses mesmos representantes governamentais; e a geral impotência econômica e militar da monarquia ibérica. As ideias estratégicas por ele propagadas foram teoricamente sensatas, economicamente irrealizáveis no momento em que as formulou, mas finalmente vitoriosas quando executadas em 1654 pelas tropas luso-brasileiras que libertaram o Brasil dos “heréticos” invasores holandeses².

O autor e sua época

A presença holandesa no Atlântico Português é o único tema dos dois escritos ainda conhecidos de Luiz Álvares Barriga³, cavaleiro português [232, 277] que nasceu em 1569 [271, 293] no primeiro ano do reinado de Dom Sebastião. Tinha onze anos quando as tropas espanholas vieram anexar Portugal, e doze quando as Províncias Setentrionais dos Países Baixos, em julho de 1581, abjuraram solenemente a soberania da Majestade Católica d’El-Rei Dom Filipe II de Espanha. À consequência desses acontecimentos o Reino de Portugal chegou a ser parte integrante da Monarquia de Espanha, com os rebeldes habitantes dos Países Baixos do Norte – habitualmente indicados com o nome de holandeses – por inimigos.

Esses holandeses já então dispunham de perfeitos conhecimentos náuticos e de uma

² Os algarismos entre colchetes remetem aos números das páginas da edição brasileira de 1950, mas as citações são feitas no português da minha tradução. Agradeço aos colaboradores da John Carter Brown Library de Providence a sempre competente ajuda na resolução das inúmeras dificuldades que a edição de semelhantes textos históricos inevitavelmente provoca, e ao amigo José Alberto Tavim de Almada, em Portugal, que me facilitou a fotocópia do volume 69 dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

³ Os Barrigas pertenciam à nobreza. Ver a imagem do escudo de armas da família em: Armorial lusitano. Genealogia e heráldica, Lisboa 1961: (p.86): De vermelho, com um castelo de prata, aberto e iluminado de negro, assente num rochedo de sua cor, cercado de água, em ponta, e na torre do meio uma bandeira de prata carregada de cruz da Ordem de Cristo, hasteado de ouro e movente na fresta.

importante frota mercantil graças ao comércio e à pescaria nos Mares do Norte e Báltico, e com o tempo animaram-se também a explorar a navegação às zonas atlânticas de Portugal e da costa ocidental da África.

Eram exatamente essas zonas que Portugal, pelos acordos do Tratado de Tordesilhas de 1494, considerava como “mares nossos” ou “mares de Portugal” [268]. Desse modo é que, no século XVII, os holandeses e os portugueses chegaram a ser acérrimos inimigos, que disputaram o comércio e a colonização das costas da África Ocidental e do Nordeste do Brasil. Manifestou-se aqui a clássica luta jurídica entre princípio do Mare Liberum de Rugo Grócio de 1618 e do Mare Clausum de Serafim de Freitas de 1625.

Quase nada sabemos da vida de Luiz Álvares Barriga. Deve ter tido qualquer emprego numa colônia portuguesa, porque nos anos trinta do século XVII a Casa da Índia em Lisboa ainda lhe devia 6.000 ducados [270, 310]. Pelos seus profundos conhecimentos do comércio atlântico e marcado interesse nos assuntos relativos à Costa da Mina é provável que tenha servido como feitor num entreposto comercial português no Golfo da Guiné. Estava casado e teve três filhos, que igualmente seguiram carreiras no ultramar [270, 293]. Nos anos 1634 e 1635 já se considerou tão velho e fraco que não podia empreender mais a viagem de Portugal a Madri [270, 310]. Ignora-se a data da sua morte.

Antes de que lhes fora impedido visitar o Porto de Lisboa pela anexação espanhola de Portugal, os holandeses lá saíam para comprar os gêneros coloniais trazidos pelos portugueses, e assim eles conheceram os principais produtos asiáticos [234], africanos [281/2] e brasileiros [237]. E para seguirem abastecendo os mercados do norte europeu daqueles produtos tropicais, depois de 1580, dirigiram-se cada vez mais aos países de onde provinham.

Na opinião de Barriga, era tática deles imiscuir-se primeiro furtivamente nos territórios portugueses da Ásia, da África [234] e do Brasil [238], para depois se estabelecer neles em definitivas praças de armas. Numa frase da Proposta de 1635, o autor observou “que o importantíssimo comércio da Mina e Guiné passa já de 30 anos nas mãos do inimigo” [286], e noutra das advertências de 1634, que os rebeldes deveriam ser combatidos “com uma nova guerra na Mina, que é donde sacam o principal de suas riquezas” [268].

A mesma opinião, embora em linguagem mais categórica, já se acha formulada no primeiríssimo parágrafo das Advertências:

Tem estes hereges usurpado há mais de 30 anos o grandíssimo comércio da Mina e da Guiné, bastante a fazer poderoso um grande monarca, em que têm fundadas as forças com que sustentam sua injusta guerra, perturbando com ela em tantas partes esta Monarquia com intento de sua total ruína [232].

A esse fim, tinham construído suas fortalezas na Ilha de Gorea [274] e no Cabo Corso [278]. E, observe-se, de passo que os holandeses como heréticos e vis rebeldes usurpam seus territórios ultramarinos, ao passo que as Sereníssimas e Católicas Majestades de Portugal apenas dilatam sua Monarquia [295].

No começo do século XVII, Amsterdã foi o grande empório internacional, onde toda uma série de mercados secundários nos países circundantes foi abastecida dos gêneros mais variados. Uma vez que desde 1580, por razões políticas internas ibéricas, aquele outro grande empório de gêneros tropicais, Lisboa, ficara fechado aos holandeses, foram procurá-los nas próprias zonas produtoras. Entre elas, a Costa da Mina, de onde vieram marfim, ouro, âmbar, cera, pimenta, courama e pau de tintas [281]. Foi essa a principal razão da presença holandesa na costa ocidental africana, e não a necessidade de lá ganharem os fundos para financiar sua “injusta guerra” no Brasil, como Barriga repetidamente ventilava.

Como a longa guerra entre a Monarquia dos Habsburgos e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos do Norte estava esgotando as reservas econômicas dos dois beligerantes, crescia a mútua vontade de um prolongado período de paz, que resultou no assim chamado Tratado dos Doze Anos, que durou de 1609 a 1621. Nesse tempo, os holandeses deviam abster-se de qualquer ação ofensiva contra as possessões da Coroa de Espanha na África e nas Américas. Mas logo depois da expiração desse tratado, foi fundada na Holanda, em junho de 1621, a Privilegiada Companhia das Índias Ocidentais, com monopólio do comércio e a colonização nos territórios tropicais da África Ocidental e da América Oriental. Os produtos mais atrativos dessa última zona eram o açúcar e o pau de tintas do Brasil.

Em [304] e [305], Barriga deu-se o trabalho de fornecer uma lista da quantidade de açúcar anualmente produzida no Nordeste do Brasil, entre a Paraíba e a Bahia de Todos os Santos, que na época chegava a 1.100.000 arrobas de 15 quilos. Delas, 500.000 arrobas vinham de Pernambuco e 400.000 da Bahia. Nessa altura, a produção anual total do Brasil era de 1.200.000 arrobas, ou seja, de 18.000.000 quilos de açúcar [237, 241, 296 e 300]. Em [237], ele observa que nos períodos de paz a

importação total dos gêneros vindos do Brasil importava 500.000 ducados à Real Fazenda de Lisboa, e que todos esses gêneros juntos valiam mais de 5.000.000 ducados no mercado inglês. Deste simples esquema, compreende-se claramente o enorme papel econômico que a capitania de Pernambuco poderia significar para a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

Quando em [240] Barriga menciona um Marquês de Alenquer, sabemos graças a uma sumária nota de José Honório Rodrigues que esse homem fora governador em algum lugar não mencionado de 1617 a 1619. Em [240/1] o autor afirma que nesse período as safras brasileiras de açúcar ainda chegaram na sua totalidade a Portugal, o que tão somente para Lisboa significou 32.000 caixas de 19 arrobas, isto é, 9.120.000 quilos de açúcar, ou seja, a metade da produção anual. O resto chegava a Viana, Porto, Setúbal, Portimão, Madeira e outros portos portugueses.

Pela indireta menção do período 1617-1619, fica claro que depois da expiração do Tratado dos Doze Anos em 1621, os transportes entre Brasil e Portugal foram atacados. Para os holandeses, havia finalmente chegado o momento para tentar a conquista de uma colônia açucareira própria.

A Expansão Holandesa no Brasil

Talvez estimulados pela leitura de algumas passagens sobre a cultura do açúcar na Bahia no livro *Tocha da Navegação*, publicado pelo piloto Dierick Ruiters, na cidade zelandesa de Flisinga em 1623,⁴ os diretores da Companhia das Índias Ocidentais escolheram Salvador, capital da Bahia, como alvo da sua primeira tentativa expansionista.

Em dezembro de 1623 e janeiro de 1624, uma armada de 26 navios de guerra saiu dos portos da Holanda, e em maio de 1624 chegou à Bahia de Todos os Santos. Em seguida a cidade de Salvador foi conquistada. Mas esta primeira tentativa colonizadora dos holandeses no Brasil durou apenas um ano, porque já em abril de 1625 eles foram expulsos por uma forte armada luso-espanhola.

Entretanto, dessa experiência os invasores tinham aprendido que o Brasil era fracamente defendido, e que seria muito fácil repetir um ataque a qualquer outro ponto da costa do Nordeste. Para dizê-lo nas palavras do autor Barriga:

Intentaram os holandeses a conquista do Brasil, e para efeito de dar-lhe princípio tomaram a cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos no ano de 1624. O que puderam fazer por não haver no mar armada que temessem, nem na terra quem lhes resistisse senão gente bisonha dos que habitavam aquele país, atentos a cultivá-lo e beneficiar seu comércio [219]

⁴ Dierick Ruiters. *Toortse der Zeevaart (Tocha da Navegação.)* 1a ed.: Flisinga 1623. Reeditada por S. P. I Honoré Naber, Haia 1913.

Precisaram de cinco anos para preparar o segundo ataque. Nesse ínterim restauraram a enfraquecida situação econômica da Companhia mediante a frutífera captura de navios açucareiros no Atlântico Português e a conquista da riquíssima frota de prata espanhola diante da Ilha de Cuba em 1628. Também se orientaram detalhadamente sobre a situação geográfica, meteorológica e militar do Nordeste brasileiro, como se depreende do Roteiro das Costas do Brasil, elaborado em 1629 em Amsterdã por Ressel Gerritsz, cartógrafo-mor da Companhia.⁵

Do ano de 1624 até ao ano de 1631 andaram sempre os mares do Estado do Brasil, e os do caminho, e os da costa de Portugal, tão cheios de piratas que foram muito poucas as embarcações que lá pudessem ir a salvamento. E o mesmo sucedeu às que de lá partiram carregadas de açúcares, porque a maioria delas não chegou ao Reino por caírem aos piratas nas mãos [239].

No meio de fevereiro de 1630 chegou a segunda armada invasora diante da costa do Brasil, desta vez em frente do Recife de Pernambuco. Segundo Barriga [262], ela se compunha de 77, mas, na página 298, de 55 navios e 12 patachos⁶; ou seja, 67 baixéis⁷. No relatório oficial do almirante holandês Loncq mencionam-se 65 baixéis, com 3.780 marinheiros e 3.500 soldados, num total de 7.280 militares a bordo. Dentro de poucos dias, a Cidade de Olinda e o porto do Recife foram ocupados. Pouco depois, parte destas tropas foi retirada para acompanhar os navios que deviam voltar à Holanda.

Os portugueses nunca souberam o número exato dos militares inimigos presentes no enclave holandês de Pernambuco, mas deve ser à base de cifras oficiais, como a acima citada do Almirante Loncq que Barriga menciona os números de 6.000 soldados para 1634 [246, 258], e de 4.000 para 1635 [285].

Dirigidos por um governo alerta: os Estados Gerais em Haia [246, 285, 291], respaldados por

5 Ressel Gerritsz. Beschrijving van de kust van Brasil om ende bij Pernambuco [Descrição da Costa do Brasil na região de Pernambuco] Manuscrito holandês da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, publicado em tradução francesa de E. J. Bondam: Journaux et nouvelles tirées de la bouche de marins hollandais et portugais de la navigation aux Antilles et sur les côtes du Brésil, no volume 29, 1907, páginas 98-179, dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Este importante texto merece ser editado em tradução portuguesa.

6 Patacho é um barco à vela de dois mastros, tendo na proa uma vela redonda e na popa uma do tipo latina. Começou a ser utilizado no final do século XVI. Com deslocamento variando entre 40 e 100 toneladas, foi utilizado, principalmente, pela Armada Espanhola nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII para a proteção e monitoramento dos territórios do império espanhol no exterior. Pelo seu pouco peso e elevada velocidade de movimento também foi utilizado por piratas espanhóis e holandeses para atacar navios comerciais. (Nota do Editor)

7 Baixel - Termo antigo e em desuso da língua portuguesa que serve para designar qualquer tipo de embarcação. (Nota do Editor)

uma eficiente companhia mercantil, e abastecidos por poderosas armadas [290], tinham-se fortificado inexpugnavelmente no delta do Rio Capibaribe:

E sendo estes homens por natureza grandes fortificadores e vigilantes, e tendo tanto tempo e aparelho de se fortificarem, se deve justamente crer que serão suas fortificações mui bem entendidas, tanto na fortaleza da matéria como na feitura [249]. [...] Têm soldados exercitados na guerra, um posto mui fortalecido por natureza e arte, abastecidos de todo o necessário, e de excessiva quantidade de artilharia [258]

Mas nos primeiros tempos eles estavam sitiados pelos portugueses num reduzido território ao redor do Recife. Nesse período a maior e melhor zona de produção do açúcar ficava nas mãos dos brasileiros, que seguiam exportando-o pelos portos secundários da região em pequenas e ligeiras embarcações. E eram esses navios o alvo predileto dos corsários holandeses ativos no Atlântico, a partir de 1630 radicados no Recife. Que eles eram os principais culpáveis da tal pirataria foi explicitamente formulado por Barriga em [244, 255] e [297/8].

Tanto para a economia brasileira como para a portuguesa, o curso holandês chegou a ser desastroso:

Com a seguridade de tantas e tais fortificações dominam os holandeses este porto [de Pernambuco] em que... têm muitos baixéis a ponto de poderem executar seus intentos; com os quais nas monções que o permitem trazem a costa do Estado do Brasil tão oprimida que se tem a grande ventura aquilo que se lhes escapa das mãos. O que é mui pouco – assim do que lhe vai a entrar como do que dela sai – com o que têm os habitantes daquelas partes tão apertados com lhes faltarem todas as coisas que lhes são necessárias – tanto à lavoura dos açúcares como à comodidade das pessoas, e com lhes tomarem as colheitas que navegam – que quase os tem metido em desesperação [249]. [...] De muitos anos a esta parte se tem roubado tanta quantidade do comércio desta Coroa que se estima esta a perda em somas de milhões de ducados incríveis. Com o que os vassalos se tem mui empobrecido; e até a praça de Lisboa, que era a mais rica do mundo, está tão pobre que não tem nenhuma semelhança do que foi [280].

Nos seus textos, Barriga pintou uma dramática imagem da crise econômica que começava a castigar cada vez mais não só Pernambuco, mas todo o Brasil. Pelo efetivo bloqueio das costas, a exportação diminuía; pela onipresença dos corsários, só poucos navios açucareiros chegavam a Portugal; pelo aumentado risco durante o transporte, os prêmios dos seguros subiam; e pela combinação de todos esses fatores, o açúcar brasileiro ia perdendo seu valor. “Todos os açúcares

trazem grande risco, porque de ordinário roubam os piratas a maior parte; e aqueles que os querem assegurar levam-lhes pelo seguro pago, logo 20% a mais; e com as falências os seguradores” [300]. Assim é que grandes quantidades se amontoavam nos armazéns brasileiros sem serem vendidas, pelo que os produtores ficavam privados dos ingressos necessários para a compra dos víveres – farinha de trigo, azeite, bacalhau, vinho e sal – vestidos, sapatos, escravos e acessórios para os engenhos. Razão por que muitos deles, forçados pela penúria, começavam a arrancar os canaviais para plantá-los de mandioca [240]. É óbvio que essa diminuição da produção de açúcar e os constantes roubos cometidos pelos piratas durante o transporte para Europa redundavam igualmente em grande perda para as rendas das alfândegas de Portugal [271, 300].

Já à nossa gente lhes causam as perdas das embarcações tão grandes faltas que muitos dos de Pernambuco chegaram a andar descalços e quase desnudos...; a gente daquele Estado se vai metendo em desesperação pela falta que há das coisas de que têm necessidade, e faz que as poucas que acham custem a excessivos preços; e pela falta que lhes faz o preço que deviam sacar dos açúcares que os inimigos lhes roubam, que os têm muito empobrecidos, com o que não têm capital para comprarem o que lhes falta [250]. [...] Porque dependendo a conservação das gentes daquele Estado das colheitas dos açúcares – que são suas fazendas e seu remédio – e dependendo as tais colheitas de haver negros que as fabrique porque os engenhos e partidos de canas têm necessidade deles em grande quantidade, evidente coisa é que, se os rebeldes lhes quitarem, que prestamente ficarão aquelas fazendas de todo perdidas ou em grande diminuição [282].

A Reação dos Portugueses

É evidente que a ocupação holandesa de um enclave em Pernambuco preocupou gravemente os governos de Lisboa e Madri. Seu desejo de recuperar esse território dependia da disponibilidade de armadas e exércitos adequados, mas os reduzidos fundos dos tesouros reais se opunham a qualquer solução definitiva. No entanto, uma armada sob comando de Dom Antônio de Oquendo, com 2.000 soldados a bordo, saiu de Lisboa em maio de 1631. Poucos meses antes, uma armada holandesa de abastecimento chegara ao Recife. Esquadras das duas armadas se encontraram em setembro de 1631 em águas pernambucanas, travando um combate indeciso que várias vezes foi mencionado pelo autor e analisado com certa extensão [288-91].

Outras armadas ibéricas, uma comandada por Dom Lope de Roces y Córdoba, saída de Lisboa em setembro de 1635, e outra comandada pelo Conde da Torre, saída de Lisboa em setembro de 1638, deixaram de atacar o Porto do Recife, mas já são posteriores ao documento de Barriga.

A conquista holandesa do maior porto pernambucano obrigou logo o governo da Monarquia Dual em Madri a inúmeras reuniões sobre o melhor método militar de expulsar o inimigo do seu enclave no Brasil. O principal resultado delas foi uma grotesca ostentação de letargia e impotência.

Nesse governo funcionava o chamado Conselho de Portugal, e foi pelas notícias dos membros dele que rumores sobre as medidas nelas discutidas chegaram a Lisboa. Ali foram atentamente seguidos por Luiz Álvares Barriga que, graças a sua carreira na burocracia colonial ultramarina, possuía profundos conhecimentos da interdependência econômica, geográfica e militar do Atlântico Português.

Os projetos lançados nas reuniões dos círculos mais influentes do governo central não deixaram de inquietá-lo seriamente por sua imperfeição e estupidez. E assim tomou iniciativa de formular duas vezes num arbítrio suas ponderadas objeções contra os imaturos projetos governamentais, e de esboçar outro melhor e mais eficiente. Por intermédio de um cavaleiro principal, esses documentos, redigidos em espanhol, foram entregues ao conde-duque de Olivares, uma espécie de primeiro-ministro de El-Rei D. Filipe IV [233].

Os títulos já exprimiam os objetivos deles: recuperar o porto de Pernambuco, conservar o Estado do Brasil, restaurar o comércio da Mina e Guiné, desinfestar “nossos mares” [232, 277], e isso mediante uma milícia da terra e uma armada no mar [286].

Nas páginas [250-276] das Advertências de 1634 constam cinco “Pareceres” ou ditames sobre o melhor modo militar de expulsar os holandeses de Pernambuco: o primeiro na página 250, o segundo nas páginas 251-253, o terceiro nas 253-255, o quarto nas 256-266, e o quinto nas 267-275. Os quatro primeiros comentam projetos estratégicos discutidos pelo governo em Madri, e o último é o arbítrio a esse respeito concebido pelo Luiz Álvares Barriga.

Os primeiros três são os mais breves, porque incompletos e assim totalmente refutáveis. O primeiro propaga sitiar o enclave holandês do lado terrestre, transportar o açúcar brasileiro a Portugal em embarcações soltas e desfiladas, com o resultado de que “eles [os holandeses] assim se consumiriam com as despesas que fizessem, e lhes seria forçado largarem o porto” [250]. Este projeto foi rejeitado pelo autor porque deixaria o inimigo com a armada intacta, com a qual poderia seguir cometendo suas piratarias no Atlântico.

O segundo propaga uma armada portuguesa que bloqueasse as costas do Nordeste brasileiro entre a Paraíba e a Bahia para impedir o curso dos holandeses:

Para que assim faltem aos rebeldes os socorros e as presas. O que será causa de se consumirem e não poderem suprir as despesas que fazem em quererem sustentar o porto de Pernambuco referido; e que assim lhes será forçado largarem-no e os intentos da sua conquista [251].

Este projeto também foi rejeitado pelo autor porque a armada proposta portuguesa não poderia bloquear ininterruptamente as costas por razão das borrascas durante os meses de inverno. Também porque ela deveria compor-se de mais de 20 galeões grandes e pelo preço de 1.500.000 ducados anuais, dinheiro que faltava ao erário da Coroa de Portugal.

O terceiro propaga encarregar a defesa das frotas comerciais entre Portugal e Brasil vice-versa a galeões provenientes de Dunquerque. O autor rejeitou este projeto porque, como cada frota costumava transportar mais de 800.000 arrobas de açúcar, seria injustificável confiar tal valor econômico a marinheiros de Dunquerque, como Flamengos, que eram politicamente suspeitos. De resto, “tal proposta é imprudência grande” porque os galeões deles não chegavam a 400 toneladas, enquanto os holandeses mediam geralmente entre 800 e 1.000 toneladas:

Os baixéis grandes trazem muito mais artilharia e muito maior, e peleja neles a gente por sua superioridade mais fortalecida; o que tudo é pelo contrário nos baixéis pequenos [254].

O quarto parecer discutido pelo Governo da Monarquia Dual em Madri foi o mais desenvolvido, ambicioso e arriscado, merecendo, portanto, a maior atenção de Barriga, porque implicou nada menos que 60 baixéis grandes, 16.000 militares e 3.000.000 ducados [257, 258]. “Estes dinheiros, não fazendo Sua Majestade mercê deles dos que há na Coroa de Castela, não há na Coroa de Portugal donde se saquem” [258]. O projeto, que ele volta a comentar nas páginas [283-285], pretendia uma expedição a Pernambuco de maximamente cinco meses, duração essa condicionada pelas monções, na qual o enclave holandês devia ser sitiado dos lados da terra e do mar, bombardeado pela artilharia, e finalmente conquistado num assalto final pela infantaria [259].

Os [partidários] do quarto parecer dizem que mande Sua Majestade fazer uma armada com 16.000 homens de guerra para que possa meter em Pernambuco um exército capaz de deitar os holandeses de suas fortificações; e que o tempo que se despende em os expugnarem guarde a armada o mar porque não lhes possa entrar socorro [255].

Trata-se, em outras palavras, de uma repetição da tática militar seguida na expedição para libertar a cidade do Salvador no ano de 1625, tão minuciosamente descrita pelo Padre Bartolomeu

Guerreiro no tratado Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal, ou seja, de uma Guerra Relâmpago a Viva Força.

Mas a situação topográfica da cidade do Salvador diferia muito da recifense, porque a armada não encontraria um abrigo seguro, razão porque deveria ancorar no mar aberto; a artilharia teria a maior dificuldade, em encontrar bases firmes para suas baterias; o terreno cortado por rios e o solo pantanoso dificultariam os assaltos; e havia uma densa rede de fortalezas inimigas guardadas por 6.000 homens:

Soldados exercitados na guerra, um posto muito fortalecido por natureza e arte, bastecidos de todo o necessário, e de excessiva quantidade de artilharia [258].

Mas Barriga foi homem que não gostava dos riscos grandes que uma Guerra Relâmpago a Viva Força traria consigo; estava convencido de que “toda a verdadeira razão de estado obriga a que de nossa parte se faça tudo com a prudência e seguridade que o serviço de Sua Majestade manda” [249]. Aliás, uma expedição que precisasse de tantos baixéis e de tantos homens enfraqueceria inconsideradamente todas as demais obrigações marítimas de Portugal no Atlântico [257]. E assim veio a rejeitar também este quarto ditame nos seguintes contundentes termos:

E assim se vem a concluir neste quarto parecer que, onde o risco está tão evidente, manda toda a verdadeira razão de estado que não se deixem coisas de grandeza tão imensa no juízo de as poder determinar uma desgraça mui fácil de suceder, e impossível de remediar depois de sucedida, pelo que se devem buscar os meios mais seguros que se podem achar [266].

O atrevido arbítrio de Luiz Álvares Barriga

O quinto parecer, tal como formulado nas páginas [267-275] das Advertências de 1632, é a primeira redação do arbítrio que, na sua segunda e definitiva redação, ocupa a totalidade do texto da Proposta de 1635. Entre as duas versões há apenas uma ligeira diferença entre os números de baixéis e tripulações da armada que o autor pretende mobilizar para o seu projeto.

Ela aparece sistematizada nos dois elencos da nota número 87. Mas o teor do objetivo e da metodologia de realizar as medidas propostas neste arbítrio oferecido ao governo da Monarquia Dual de Espanha em 1634 e 1635 é totalmente congruente. Em vez da Guerra Relâmpago do quarto parecer, o autor propaga uma Guerra Lenta de indefinida duração, mediante o levantamento de:

“um tal poder na terra e no mar que fosse bastante... a ter sempre defendido o Estado do Brasil, recuperar o porto de Pernambuco e o comércio da Mina..., e desinfestar nossos mares

segurando o comércio.” [232-233].

O arbítrio em questão, “alcançado com muito trabalho e demorada especulação” [232], foi justificado pelo autor em diversos lugares com adjetivos como: barato, benéfico, certo, cristão, eficaz, fácil, importante, justo, santo e seguro. É, portanto, pena que documentos de tão subido valor nunca tenham chegado às mãos do Monarca, porque o primeiro ministro dele os remeteu “a outras mãos” [233, 270], “mãos portuguesas” [310], ou seja, aos membros do Conselho de Portugal em Madri. Por inveja e falta de discernimento eles acumularam os documentos de Barriga com objeções e difamação e descrédito, em qualificações como “quimeras sem fundamento” [270, 294] e “coisa aérea” [293].

Entre eles havia até pessoas que por ignorância e infundada ousadia não vacilaram em duvidar da qualidade construtiva das fortalezas holandesas no Recife [248, 284]:

As fortificações dos inimigos são todas mui débeis por serem feitas de faxina e areia, por não haver melhor terreno nos postos onde estão feitas, e que assim não são capazes de fazer resistência, porque se desmoronam facilmente [284].⁸

Mas o autor não se deixou desencorajar por semelhantes difamações, porque estava convencido da infalibilidade do seu arbítrio:

“Digo que serão bastantes a milícia e a armada da minha proposta para deitar os rebeldes de Pernambuco e do Brasil” [287]; “as razões até aqui discursadas por evidência indubitável se devem ter por infalíveis” [301]; “não pode haver outro remédio mais eficaz, nem mais seguro, nem mais barato que o da [milícia e da] armada contido na tal proposta [309].

É evidente que necessariamente o programa dele também se baseou nas combinadas forças marítimas e terrestres, mas a qualidade do esquema dele reside no atrevido sistema de financiamento que acompanhou o projeto, na opção pela guerra lenta notavelmente mais segura e menos arriscada que a guerra relâmpago, e na clara formulação do objetivo:

Este meu arbítrio... importa em 1.280.000 ducados cada ano, que deve ser o fundamento com que Sua Majestade deve senhorear nossos mares. Mostra os meios de se recuperar Pernambuco, defender-se e conservar-se o Brasil, recuperar-se o comércio da Mina,

⁸ Ver a esse respeito: MELLO, Evaldo Cabral de, *Olinda Restaurada, Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, São Paulo 1975:227: O Brasil era, aliás, falto de material de construção apropriado. A pedra de cantaria era rara e cara e tinha de ser importada do Reino ou tirada dos arrecifes e muito custo. Mas a argila e a madeira abundavam. A taipa dominava assim as técnicas de construção civil e militar. Não surpreende que a maioria das fortificações brasileiras fossem então de taipa, como o forte do Brum, o forte do Buraco, o das Três Pontas, o Ernesto, o das Cinco Pontas. O massapê da zona da mata empregado de mistura com a madeira constituía material bem precário: observa fonte holandesa que o forte dos Afogados era construído de uma terra singular que só faltava desmanchar-se quando chovia e que no verão endurecia como pedra.

desinfestar- se nossos mares com que os comércios naveguem seguros, grande aumento nas Rentas Reais, grande diminuição no poder dos rebeldes; pois que tudo o que se aumentar à nossa parte, se lhe saca a eles das mãos [307].

Este programa oferecido pelo autor para remediar os males do Império Atlântico português é simples na sua apresentação, e será repetido várias vezes mais em [273/4, 294 e 303/4].

A essência de todas as dificuldades foi a presença holandesa em Pernambuco, onde controlavam os portos exportadores da principal zona açucareira do Brasil, interceptavam o rendoso comércio da Costa da Mina, praticavam ativamente o corso, e atacavam as naves vindas do Oriente no seu último trajeto entre os Açores e Lisboa [304/5]. Analisado assim é óbvio que a única solução do problema devia ser a eliminação definitiva das atividades holandesas no Atlântico português, e em primeiro lugar pela expulsão deles do seu enclave no Brasil.

É forçado arrancar tão daninhas ervas de raízes [242/3] com o que florescerá o comércio na maior grandeza que se possa desejar, com grandes aumentos das Reais Rentas e muitos emolumentos dos vassallos [268].

E foi precisamente com o dinheiro dessas novas rentas e emolumentos que Barriga contava financiar os diversos elementos do seu arbítrio. A primeira versão de 1634 do arbítrio de Barriga fixa-se em despesas de 1.250.000 ducados por ano [232], e a segunda de 1635 em 1.280.000 [293, 301], “sem darem opressão à Real Fazenda, nem tocarem coisa aos vassallos” [211]; a primeira versão calcula o número dos holandeses em Pernambuco em 6.000 homens de guerra [246, 258], e a segunda em 4.000 [285]; a primeira versão menciona uma armada protetora das frotas de açúcar de 12 navios, tripulados com 4.600 homens de mar [212], e a segunda, de 11 navios com 4.500 marinheiros [301/2].

Em vista da sua maior atualidade decidi limitar-me à segunda e mais elaborada versão.

Quanto à milícia da terra digo que devem ser 2.000 homens de paga sempre levantados, postos na parte onde a necessidade os pedir... Esta milícia deve ser bastante ajudada da gente do país para defender a terra” [281]. “Os 2.000 homens que assinalo deve ser a milícia ordinária de aquele Estado em guerra e em paz” [288]...”Para se sustentar a milícia do Brasil era necessário que se lhe enviassem cada ano 80.000 ducados [292].

A armada proposta para proteger as frotas de açúcar [308] devia compor-se de nove galeões sem carga, a saber cinco de 1.000 toneladas e 50 peças de artilharia, e quatro de 800 toneladas e 40 peças de artilharia [301/2]; além de oito patachos, dos quais quatro para “correr as Costas de

Mina e Malagueta, procurando desbaratar os inimigos que lá achar, e dar todo o favor possível a nosso comércio” [214]. “Para fazer-se a despesa de cada ano à armada... eram necessários 1.500.000 ducados” [292/3].

Fazendo-se aqui o balanço provisório de 80.000 ducados anuais para a milícia e de 1.500.000 para a armada, chegamos ao total de 1.580.000 ducados anuais para as duas armas militares. E é pela resolução do problema aritmético $1.580.000 - 300.000 = 1.280.000$ que podemos compreender a menção dos 300.000 ducados na frase que segue:

O principal desta despesa digo que deve sair de 1.280.000 ducados de um arbítrio meu que ofereço à Sua Majestade; e os 300.000 ducados que faltam para suplemento de tal despesa se devem sacar de coisas que os rebeldes têm impedido em muita parte que, tanto que houver a milícia: é à armada propostas em efeito, ficarão logo correntes [293].

Com a resolução deste problema não terminam os cálculos aritméticos. O autor refere que na sua época cada tonelada mercantil de açúcar pagava 45 ducados de “frete e avarias” [271, 300, 303]. Claro está que os galeões sem carga nenhuma seriam os mais valiosos para desempenhar sua tarefa de proteger as frotas transportadoras de açúcar, mas os galeões com carga reduzida seguiriam representando certo valor combativo.

E que os baixéis que viessem carregados devia a carga ser tão moderada que à sombra os outros galeões que viessem dispostos a pelejar pudessem fazer a resistência devida [296]

Aqui é que se manifesta a astuta inventividade de Barriga, porque pela introdução de galeões parcialmente carregados pretendia formar uma armada de funções mistas, a saber combativa e transportadora. Com os galeões da categoria transportadora ganharia dinheiro com os fretes, reduzindo assim os gastos para a Coroa de Portugal em aproximadamente 50% por galeão de carga reduzida. O altíssimo preço dos fretes – introduzido “dalguns anos a esta parte” [300] como seguro dos grandes riscos que os navios portugueses corriam de ser tomados no mar pelos corsários holandeses [271/2] – valia a pena de ser cobrado pelo Fisco de Lisboa. Mas a custa dos produtores de açúcar do Brasil! A explicação aritmética lê-se na frase seguinte:

Na conformidade referida o baixel que tiver 800 toneladas em sua medida não deve trazer de carga mais de 525 toneladas mercantis [de açúcar]; e por razão da tal carga não poderá ganhar ao preço dos 45 ducados referidos de frete e avarias mais de 23.625 ducados. E haverá para sua despesa mais de 40.000 ducados..., com o que haverá pouco mais de meia despesa [302/3].

O autor ainda convidou seus leitores a resolver outro problema aritmético, embora sem fornecer dados suficientes para responder à questão formulada. Ela tinha que ver com eventuais suplementos ao orçamento dos 1.280.000 ducados de seu arbítrio para financiar um número indefinido de baixéis com carga limitada. A resposta só poderia dar-se depois de haver fundos bastantes no Tesouro do Reino e saber-se a quantidade de arrobas de açúcar nos armazéns do Brasil. Mas pessoalmente acreditou que seu arbítrio chegaria a render muito mais, de 2.000.000 ducados por ano [294].

Pergunto quantos baixéis de carga deve haver nesta armada; o que ganharão entre todos; o que faltará para a cópia dos 1.280.000 ducados de meu arbítrio; e donde se poderá sacar a tal falta sem que se ‘toque em coisa alguma da Real Fazenda, nem nos vassalos’ [303].

A solução de todos os problemas luso atlânticos consistia na garantida produção e no ininterrupto transporte marítimo da enorme quantidade dos açúcares brasileiros aos portos portugueses, sem serem incomodados por tropas e armadas holandesas com base em Pernambuco. A atividade da infantaria deles devia ser neutralizada pelo sítio terrestre e pelo bloqueio marítimo do enclave recifense, e a pirataria deles pela constante atividade patrulheira da armada de Portugal nos meses do verão de setembro a abril. Porque no inverno nos outros meses do ano havia tão fortes borrascas nos mares do Nordeste brasileiro que a navegação ficava interrompida [251,299].

Segundo Barriga, tais medidas resultariam num êxito infalível:

Defendendo a tal milícia misturada com a gente do Brasil a terra aos inimigos, sem que se possam aproveitar dela nem daná-la; e defendendo a armada o comércio, abrindo-o a Pernambuco e a todo o Estado do Brasil para que aquelas gentes tenham todas as coisas que lhes forem necessárias de Europa, e naveguem seus açúcares sem que possam receber dano; será causa de estes rebeldes se desenganar de sua pretensão, e que – vendo que não se podem aproveitar da terra nem do mar em coisa alguma, e que seus baixéis devem ser perseguidos de nossa armada no verão em toda a costa do Brasil – larguem o que possuem. Ou querendo insistir obstinadamente: que se consumam com as despesas que fizerem sem nenhum proveito, e com as incomodidades que terão dentro de seus presídios [287].

Arbítrio imprestável porque caro e insolente.

Até aqui Barriga tinha tido toda a liberdade de moldar em teoria a estrutura ideal de suas armada e milícia para libertar o Império Atlântico Português dos opressores holandeses, e de restaurar a antiga prosperidade econômica do Reino. Mas inevitavelmente chegou o momento em que mostrasse

na prática como daria os difíceis passos iniciais na realização concreta do seu ideal achando os navios, fundos e tropas para o primeiro ano da intervenção militar ainda sem ingressos, em que “nem devia dar opressão na Real Fazenda, nem tocar nos vassallos” [232, 277, 293].

Como arbitrista português sua solução foi de uma lucidez ingênua e quase comovente: os galeões e os patachos que viessem das armadas da Coroa de Castela; os fundos e a artilharia também que saíssem da mesma fonte, acrescentados dos ingressos das diversas fintas por empréstimo durante um ano; e os militares de qualquer proveniência obscura não mencionada:

Os cinco galeões de a 1.000 toneladas se podem ordenar dos que se nomearam para as Quatro Esquadras; os oito patachos também se acharão nas armadas de Sua Majestade, sem ser necessário fazer-se de novo. Para os quatro galeões de a 800 toneladas e para os demais baixéis que devem trazer carga também deve haver alguns; os que mais forem necessários se podem fazer de novo. E para se acudir a uma necessidade tão grande e tão precisa DEVE SUA MAJESTADE SER SERVIDO, até se compor esta primeira armada, mandar-lhe aplicar por empréstimo [os ingressos das várias fintas correntes]. E porque pede toda a razão que se faça a armada dentro de um ano... DEVE SUA MAJESTADE SER SERVIDO mandar que da Coroa de Castela se socorra à de Portugal por empréstimo de dinheiros e artilharia. E para pagamento deste empréstimo se devem firmar as Alfândegas do Reino naquilo que no presente rentam efetivamente... E porque o Brasil está em muito risco por razão do aperto em que está posto Pernambuco conforme as novas que de lá têm vindo ultimamente, DEVE SUA MAJESTADE SER SERVIDO que se enviem com a brevidade possível 1.500 homens de socorro àquela guerra [308/9].

Considere-se que em vista da conhecida inércia de Dom Filipe IV e da crônica indecisão do governo dele, a por três vezes repetida áulica frase DEVE SUA MAJESTADE SER SERVIDO ganhou agora a força de ordens gritadas, acompanhadas de murros sobre a escrivanhinha do autor. Entretanto, para convencer “a Majestade Católica do Rei Nosso Senhor que Deus guarde muitos anos” [281, 307] da necessidade absoluta de satisfazer. Os pedidos do seu desinteressado vassallo português, Barriga lhe inculcou outra vez a total infalibilidade dos futuros lucros provenientes do seu arbítrio:

o que tiverem [as Alfândegas] de sobras ao segundo ano depois de a armada navegar, se deve ir dando à Coroa de Castela, até ser satisfeita. E não pode haver dúvida que, por razão de os comércios haver de navegar seguros, que sejam tantas estas sobras que brevemente seja pagado o empréstimo. E depois se devem enviar as tais sobras todos os anos a Sua Majestade como coisa que justamente se deve reputar vindo de novo à Sua Real Fazenda [309].

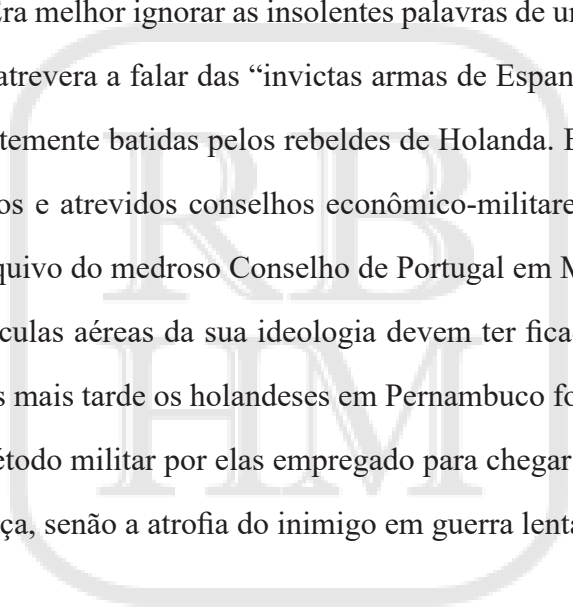
Nessa altura Dom Filipe acabaria possivelmente por ter dinheiro bastante no seu Tesouro

para lembrar-se da dedicação dos seus vassallos na resistência contra os inimigos holandeses, sendo, por exemplo, servido pagar uma dívida de 6.000 ducados da Real Fazenda ao cavaleiro Barriga [270, 310].

E que juntamente se chamem os homens daquelas partes [ultramarinas] que andam nestas em suas pretensões, e que seja Sua Majestade servido mandar-lhes responder com que fiquem contentes. E que aos homens que andam naquela guerra de que houver informação que servem bem, se lhes enviem hábitos e esperanças de outras mercês [309].

Seguramente tais salutares conselhos nunca foram lidos pelo Monarca. O mais provável é que o conde-duque de Olivares tivesse remetido também esta segunda versão do arbítrio aos membros do Conselho de Portugal, funcionários que já antes tinham qualificado as ideias do autor por “coisa aérea e sem fundamento” [293]. Era melhor ignorar as insolentes palavras de um rancoroso cavaleirinho de Lisboa que cinicamente se atrevera a falar das “invictas armas de Espanha” [266, 281, 291] quando elas no Brasil eram constantemente batidas pelos rebeldes de Holanda. E assim quase é óbvio que o caderno com seus caríssimos e atrevidos conselhos econômico-militares terminasse esquecido nas poeirentas prateleiras do arquivo do medroso Conselho de Portugal em Madri.

Mas algumas partículas aéreas da sua ideologia devem ter ficado “boiando no ar”, porque quando menos de vinte anos mais tarde os holandeses em Pernambuco foram forçados a render-se às forças luso-brasileiras, o método militar por elas empregado para chegar a esse fim não foi nenhuma guerra relâmpago a viva força, senão a atrofia do inimigo em guerra lenta.



ÁGUAS DA DISCÓRDIA: AS TENSÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI PELO CONTROLE DOS RIOS DA BACIA DO PRATA (1840-1862)

Leonardo da Costa Ferreira¹

Resumo:

O artigo tem o objetivo de analisar a atuação da diplomacia imperial em decorrência das crises políticas, econômicas e militares ocorridas entre o início do reinado de D. Pedro II, no Brasil, em 1840 e a morte do presidente Carlos López, do Paraguai, em 1862. Dando preferência, na análise, ao peso que as indefinições sobre as fronteiras fluviais tiveram no desgaste da relação entre Império do Brasil e a República do Paraguai. Tudo isso, levando-se em conta uma visão mais geral das disputas políticas e econômicas que envolviam outros países sul-americanos da região do rio da Prata, como a Argentina e o Uruguai.

Palavras-Chave: Diplomacia, Fronteira, Brasil e Paraguai.

Abstract:

Waters of discord: Diplomatic tensions between Brazil and Paraguay over control of the rivers of the Prata basin (1840-1862)

The article aims to analyze the performance of imperial diplomacy in consequence of the political, economic and military crises that occurred between the beginning of the reign of Pedro II, in Brazil, in 1840 and the death of President Carlos Lopez of Paraguay, in 1862. Preferably, in the analysis, will be considerate the weight that the indefiniteness on the river of Silver frontiers may have on the relationship among the Empire of Brazil and the Republic of Paraguay. After all, it will take into account a more general view of the political and economic disputes that involved other South American countries of the region of the river, as Argentine and Uruguay.

Key-Words: Diplomacy, Border, Brazil and Paraguay.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor de História da Escola Naval da Marinha do Brasil. Autor do livro. Reformar para conservar: Debates e reformas educacionais na cidade do Rio de Janeiro entre 1871-1889, RJ: Publit. 2015.

A Bacia do Rio da Prata

Geograficamente, a bacia do Rio da Prata tem quase quatro milhões de quilômetros quadrados espalhados pela região sul do Brasil, extremo sul da Bolívia, norte da Argentina, oeste do Uruguai e todo o território do Paraguai. Seus principais rios são o Paraná, o Paraguai e o Uruguai, todos com longos trechos extremamente favoráveis à navegação de embarcações mercantis e militares. Economicamente foi, entre a primeira metade do século XVII e a primeira metade do século XIX², a principal região por onde circulava a maior riqueza da América do Sul: a prata andina.

Historicamente, devido ao seu peso geoeconômico foi palco de inúmeras disputas político-militares e político-econômicas entre as antigas potências coloniais (Portugal e Espanha) e entre suas ex-colônias (Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil). Em virtude disso, entre 1810 e 1870, por exemplo, houve a Guerra da Independência da Argentina (1810-1816), a Guerra da Cisplatina (1825-1828), Guerra da Confederação (1836-1839), Guerra de Oribe e Rosas (1851-1852) e, por fim, a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). Além de inúmeros massacres, batalhas, conflitos e rixas locais que figuram na memória popular, mas não se encontram em livros didáticos ou acadêmicos.

Desse modo, essa região — um enorme emaranhado de rios e riachos, onde estão situadas três grandes cidades sul-americanas (Buenos Aires, Montevidéu e Assunção) — foi durante três séculos (XVII, XVIII e XIX) um grande desafio diplomático e militar. Primeiro para as mais diferentes elites políticas dos estados-nação da região e seus aliados e inimigos europeus, em particular o Reino Unido e a França. Também para os milhares de imigrantes que todo ano chegavam naquelas terras com o objetivo de iniciar uma nova vida. E, por último, aos milhões de descendentes de ameríndios, africanos e ibéricos que viviam e dependiam daqueles rios para beber e daquelas terras para plantar (BANDEIRA, 2012).

Os grandes tratados de fronteiras

Na segunda metade do século XVIII, a Espanha cedeu e decidiu reconhecer a presença e ocupação portuguesa no Rio Grande, no Mato Grosso e na Amazônia através da assinatura de uma série de tratados entre as coroas ibéricas. Nesse sentido, em 1750, foi assinado o Tratado de Madri; em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso e, em 1801, o Tratado de Badajoz. Consequentemente, Portugal

² A partir da segunda metade do século XIX, o café brasileiro se transforma no maior bem exportável da América do Sul. Exportação que era feita primeiramente pelo porto do Rio de Janeiro e depois pelo porto de Santos (São Paulo).

cedia a Colônia do Sacramento e as suas pretensões ao estuário do Prata, mas em contrapartida receberia, conforme apontado anteriormente, o atual estado do Rio Grande do Sul, partes de Santa Catarina e Paraná, o atual estado do Mato Grosso do Sul e uma imensa área compreendida entre os rios amazônicos do Guaporé e do Madeira de um lado e o Tapajós e o Tocantins do outro (CORTESÃO, 1950).

O problema daqueles tratados é que seus signatários, as coroas portuguesas e espanhola, fixaram os novos limites mediante acidentes geográficos, que deviam ser localizados e demarcados em territórios ainda bem pouco conhecidos. Demarcação de limites que não pôde ser realizada na velocidade desejada devido a própria dificuldade de acesso, a resistência dos povos ameríndios em permitir que comissões demarcatórias adentrassem em seus territórios e, principalmente, por causa dos conflitos e desavenças que assolaram a América luso-espanhola em função das guerras emancipatórias.

A incompletude da ação demarcatória derivada das negociações de 1750, 1777 e 1801 acabou sendo um legado espinhoso, do ponto de vista diplomático e militar, para as elites dirigentes e econômicas dos recém-emancipados estados-nação da América do Sul. Nesse aspecto, o problema era mais acentuado na região da Bacia do Prata do que na Bacia Amazônica, porque na primeira bacia hidrográfica não existia uma densa floresta e povos indígenas como barreira natural e humana. Ou seja, enquanto a floresta amazônica e os seus índios dificultavam o contato entre Brasil, Venezuela, Colômbia e Peru o mesmo não acontecia na outra bacia, a do Prata, onde Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai estavam conectados por rios navegáveis e por onde fluía mercadorias, negociantes, tropas e imigrantes (LIMA, 2016).

Em busca de reconhecimento: O Paraguai tenta existir internacionalmente

A camada dirigente paraguaia sempre precisou dialogar com dois grandes centros políticos, econômicos e administrativos: Buenos Aires, principal cidade do Vice-Reino da Prata e Madri, capital do Reino da Espanha. Assim, uma possibilidade de conquistar mais autonomia, por parte da elite guarani, surgiu quando o rei Fernando VII foi preso e substituído por José Bonifácio, o irmão de Napoleão. Visto que, a desarticulação do poder metropolitano, por forças externas, no caso francesas, levou a uma série de revoltas na América Espanhola. Primeiramente com um caráter legalista ou pró-Espanha, mas, depois, com um sentido anticolonial ou pró-independência.

No caso do processo de independência do Paraguai há uma particularidade: a ausência do poder peninsular e a ameaça de controle ou até mesmo destituição da camada dirigente paraguaia pela elite mercantil de Buenos Aires terminou consolidando, entre os membros das classes dominantes guarani, a necessidade de impor um certo grau de isolamento diplomático em relação ao entorno, em particular, de Buenos Aires e, depois de 1808, do Rio de Janeiro. Essa última cidade tinha, naquele momento, morando em suas terras, um importante membro dos Burbons de Espanha, a princesa regente Carlota Joaquina – esposa de D. João. Enfim, diante do quadro exposto, o Paraguai tornou-se independente de fato a partir de 1811 e de pleno direito a partir de 1813.

Ressalta-se que o isolamento internacional nunca foi total, como sugere uma historiografia clássica, já que José Gaspar Rodríguez Francia, ditador do Paraguai entre 1814 e 1840, buscou harmonizá-lo com relações comerciais que permitiram satisfazer as necessidades mínimas do Paraguai. Como demonstra, por exemplo, a seguinte citação:

O ditador permitia adquirir o que necessitava o país, como armas, têxteis e metalurgia, pagando o comprado em espécie, principalmente com erva-mate, tabaco e couro. (...) O comércio ficou subordinado a objetivos políticos, e devia necessariamente atender de forma prioritária os interesses do Estado (YEGROS & BREZZO, 2013, p. 36).

Ainda que existisse durante a presidência de Francia um limitado comércio com o exterior, a saída de paraguaios ao estrangeiro era praticamente impossível. A correspondência com o exterior foi suprimida, e as relações oficiais com outros países se reduziram a sua mínima expressão. O isolamento, na verdade, quase que eminentemente diplomático, paralisou a já letárgica delimitação das suas fronteiras com o Brasil e a Argentina. Ou seja, a ditadura franquista aguçou um problema que existia desde meados de 1750, ano do Tratado de Madri (YEGROS & BREZZO, 2013).

Dessa forma, ao terminar o governo Francia, em 1840, a emancipação do Paraguai não havia sido reconhecida formalmente por outros Estados, contudo tinha se consolidado no interior do país. Países americanos como o Brasil e os Estados Unidos e, outros, europeus, como o Reino Unido e a França aceitavam o fato de que governavam aquelas terras funcionários e fazendeiros nascidos no próprio território. Todavia, não existia um reconhecimento oficial de nenhuma outra nação de que aquela região era um Estado-Nação livre e independente.

A morte de Francia levou a uma disputa pelo poder que terminou com a vitória política e militar de Carlos Antônio López. O novo presidente, que governou entre 1844 e 1862, decidiu

romper o isolamento internacional retirando as restrições ao comércio exterior. Nos primeiros anos de governo de Carlos López, a questão central foi o reconhecimento da independência e a elaboração de um tratado de livre navegação, notadamente com o Brasil e a Argentina.

Nesse aspecto, a centralidade e o personalismo do processo decisório implantado na República do Paraguai desde os tempos de Francia, aliado à pressão do presidente Carlos López em delimitar suas fronteiras e também à inexistência de um corpo diplomático experiente e profissional por parte dos paraguaios deixaram como legado uma sucessão de crises políticas e militares. Essa conjuntura, por consequência, aumentou a instabilidade entre os diferentes estados platinos cujo ápice será a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870).

Soma-se a tais características a situação extremamente delicada que viviam as nações platinas no começo da década de 1840 com o Brasil e a Argentina enfrentando naquele momento prolongadas guerras civis como a dos Farrapos (Brasil) e da Confederação (Argentina). Sendo que, na Argentina, existia um complicador, a sua principal liderança política, o general Juan Manuel Rosas, tentava construir, sob a liderança de Buenos Aires, a “Grande Argentina”, uma nação que comportaria os antigos territórios do Vice-Reino do Rio da Prata, isto é, o equivalente a atual Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai e parte do Chile.

Projeto esse que alarmava não apenas os paraguaios, mas também a classe dirigente brasileira que não aceitava o surgimento de uma grande república no extremo sul do subcontinente controlando as duas margens dos principais rios da bacia: o Paraguai, o Uruguai e o Paraná. Em suma, uma nação que acabaria dominando as vias fluviais que comunicavam a capital do Império, o Rio de Janeiro, com sua província mais interiorana, o Mato Grosso.

Inicialmente, Carlos López ignorou qualquer oferta diplomática vinda do governo brasileiro e procurou, em 1841, tentando isolar Rosas, estabelecer acordos com o seu maior inimigo, o governante José Justo Urquiza, líder da província de Entre Rios e com forte presença em uma outra, chamada de Corrientes. O tratado proposto não avançou devido à defesa, por parte de López, em estabelecer as fronteiras entre o estado paraguaio e aquelas províncias no formato do Tratado de Madri e não pelo princípio que interessava a Urquiza do *uti possidetis de facto*, ou seja, do direito de propriedade do território para a nação que de fato o ocupar (FLORIA & BELSUNCE, 2004).

Essa abertura diplomática do governo de Carlos López e a fracassada tentativa de propor acordos com Urquiza não passaram despercebidas do experiente e altamente profissional corpo

diplomático imperial brasileiro. O qual visualizou uma oportunidade de buscar uma aproximação com a nação guarani. Algo que não acontecia, oficialmente, desde 1829.

Em busca da livre navegação: O Brasil tenta garantir o acesso sua província central

Em 1844, depois de quase duas décadas, chegou a Assunção o primeiro diplomata brasileiro. Era o encarregado de negócios José Antônio Pimenta Bueno, futuro Marquês de São Vicente. Nas instruções recebidas pelo diplomata antes de sua partida, o governo imperial ressaltou que o Brasil devia esforçar-se para evitar a incorporação do Paraguai à Confederação Argentina e assinar com o governo López um tratado que permitisse a comunicação com o Mato Grosso através da livre navegação dos rios compartilhados pelos dois países.

Em 14 de setembro de 1844, Pimenta Bueno assinou o ato de reconhecimento da independência paraguaia e assegurou a Carlos López que levaria o Império do Brasil, por meio de suas representações diplomáticas pelo mundo, a fazer com que outras nações reconhecessem o Paraguai como uma nação independente e livre. O reconhecimento se espalhou. Como exemplos temos a Bolívia (1843), o Uruguai (1845) e Venezuela e Áustria (1847) que reconheceram, em curto espaço de tempo, o Paraguai como nação soberana (RODRIGUES & RODRIGUES, 1995).

Depois de reconhecer a independência do Paraguai, Pimenta Bueno assinou com o próprio presidente Carlos López, em outubro de 1844, um Tratado de Aliança, Comércio, Navegação, Extradicação e Limites. Por ele,

O Brasil se comprometeu a interpor seus efetivos e bons ofícios para que as demais potências [reconhecessem] igualmente e o quanto antes a independência do Paraguai, e a empregar, caso a República fosse atacada, todos os esforços, não só para prevenir as hostilidades, mas também para que [ela] obtenha justa e completa satisfação das ofensas recebidas. As partes se concederam reciprocamente a liberdade de navegação dos rios Paraguai e Paraná em seus respectivos territórios, e se comprometeram a trabalhar de comum acordo, e com toda a eficácia, a fim de assegurar a seus súditos a liberdade da navegação do rio Paraná até o rio da Prata (YEGROS & BREZZO, 2013, p.51-52).

Na parte relativa aos limites, Carlos López e Pimenta Bueno acordaram que seria criada uma junta de peritos para reconhecerem como limites entre os países aqueles fixados pelo Tratado de Santo Idelfonso de 1777. Esta parte foi solenemente rejeitada pelo governo imperial, porque geraria perdas territoriais de milhares de quilômetros.

É possível afirmar que o tratado gerou uma aliança, mesmo que temporária, entre Brasil e Paraguai, mas manteve um ponto de tensão: a questão da delimitação das fronteiras entre os dois países. Surge, então, uma pergunta: Por que o Império aceitou reconhecer a independência paraguaia sem exigir em troca um ganho fronteiriço?

O tratado produziu uma ruptura entre Buenos Aires, comandado pelo general Rosas e o Paraguai, ou seja, o acordo inviabilizava a criação de uma grande república no subcontinente. Ele destruía o sonho da “Grande Argentina” defendida pela elite mercantil portenha. Tanto que, o governador Rosas encontrou nesse acordo o pretexto para fechar os portos da Confederação às embarcações procedentes do Paraguai, e deixar sem efeito seu compromisso de garantir o comércio recíproco da nação guarani com o resto do mundo.

Da perspectiva do Império, o reconhecimento da independência do Paraguai dificultava significativamente os projetos políticos do general Juan Manuel de Rosas tanto no plano externo como interno. Primeiro, porque impedia a criação de uma república banhada pelos oceanos Atlântico e Pacífico com controle dos principais rios do Prata. Em segundo lugar, porque dificultava enormemente suas intenções de centralizar o comando de toda a Confederação Argentina na cidade de Buenos Aires. Em resumo, isolava e enfraquecia o principal adversário do Império naquele momento.

Ponderando tudo isso, o reconhecimento da independência do Paraguai e a garantia da manutenção da existência do Uruguai apareciam para as elites imperiais brasileiras como fundamentais para impedir a nacionalização da bacia do Prata por parte da Confederação Argentina e constituía a chave para a comunicação e a defesa do Mato Grosso, onde se supunha a existência de ricas jazidas de ouro (VERANO, 2014).

Nesse aspecto, a aliança com o Paraguai permitiu que o Império se concentrasse, na década seguinte, em fundar o governo do general Juan Manuel Rosas. Para tal, contou com a inação de Carlos López e com um leque de alianças que envolvia o Uruguai e as províncias de Entre Rios e Corrientes, sob a liderança de Justo José Urquiza. Objetivo que foi alcançado, em 1852, quando se conseguiu substituir o general Rosas por Urquiza, como a principal liderança da Confederação Argentina.

Entretanto, o fim do inimigo em comum (governo Rosas e seus projetos expansionistas e centralistas) levou o governo do Paraguai a pleitear a definição da demarcação dos limites com o Brasil. O primeiro defendendo as prerrogativas do Tratado de 1777 e, o segundo, o princípio do *uti possidetis de facto*. A contenta não se restringia à questão demarcatória territorial, mas também

a livre navegação fluvial. Diferentemente do rio Paraná, liberado por Assunção para ser usufruído livremente pelos navios brasileiros desde 1844. O governo guarani não aceitava liberar o rio Paraguai para embarcações brasileiras sem uma definição das fronteiras entre os dois países.

Aquele era um rio com mais de 2.600 quilômetros de extensão distribuídos por Brasil, Paraguai, Bolívia e Argentina. Um rio com longos trechos navegáveis e de águas extremamente tranquilas. Águas que possibilitavam a conexão com o rio Paraná, o rio da Prata e o Oceano Atlântico. Águas que permitiam o transporte de mercadorias argentinas, uruguaias, brasileiras e de países estrangeiros (como o Reino Unido, a França e os EUA) e entre cidades portuárias como Montevideú, Buenos Aires, Assunção e Corumbá.

Entre os anos de 1852 e 1856, diversas vezes, Carlos López criou obstáculos à livre navegação do rio Paraguai por navios brasileiros mercantes e de guerra. Como era de vital importância a navegação daquele rio para o Império, o governo brasileiro ameaçou inúmeras vezes os paraguaios com a decretação de uma guerra. No início de 1854, por exemplo, os dois países quase iniciaram uma contenta chegando o governo imperial a enviar uma poderosa esquadra comandada pelo almirante Pedro Ferreira de Oliveira com 20 embarcações, 130 canhões e 2 mil homens. O objetivo era exigir do Paraguai satisfações pela expulsão do encarregado de negócios brasileiro no ano anterior e, também, para concluir os acordos de limites, comércio e navegação. A tática da esquadra em potência deu resultado concreto, pois Assunção, em abril de 1856, assinou um tratado que garantia a livre navegação no rio Paraguai e, ao mesmo tempo, postergava por seis anos a discussão sobre as fronteiras terrestres e fluviais (DORATIOTO, 2002).

O cerne da questão estava, em primeiro lugar, conforme exposto anteriormente, na não aceitação por parte do Paraguai de um princípio defendido tanto pelo Brasil como pela Argentina, o do *uti possidetis de facto* que assegura a posse da terra para o país que de fato a utiliza. E, em segundo lugar, por causa de uma disputa fluvial, pois o governo de Assunção sustentava que o limite entre ambos deveria ser rio Blanco, que desemboca ao norte do Forte Olimpo, enquanto o Brasil entendia que tinha de ser o rio Apa, situado mais ao sul. O mapa abaixo vislumbra a região:

Apesar do acordo firmado em 1856, a tensão continuava aumentando com o governo de Carlos López forçando paradas repentinas de navios brasileiros trafegando pelo rio Paraguai para inspeções intermináveis a bordo. Nem o envio dos conselheiros Joaquim Thomaz do Amaral e depois do Ministro dos Negócios Estrangeiros, o experimentado diplomata José Maria da Silva Paranhos,

fez o Paraguai diminuir a pressão sobre a linha de comunicação marítimo-fluvial Rio de Janeiro-Mato Grosso. Isso acontecia, porque Carlos López sabia que a rota permitia que o Império levasse tropas e mantimentos aos habitantes, dirigentes e militares brasileiros lotados na província do Mato Grosso, um vasto território agrícola e mineral de potencial pouco ou nada usufruído para o desenvolvimento econômico e até militar (DORATIOTO, 2002).



3

A percepção de que uma guerra poderia eclodir a qualquer momento levou o Império do Brasil a tomar duas medidas em 1857. Primeiro, ordenou que o almirante Marques de Lisboa fosse à Europa comprar cem mil rifles para o Exército e que fosse acompanhar a construção de seis navios de guerra. Depois, orientou que o ministro Paranhos, antes de chegar em Assunção, fizesse um acordo com o líder da Confederação Argentina em prol da livre navegação dos rios da bacia e também de defesa mútua contra o Paraguai. Missão cumprida porque o representante brasileiro conseguiu o seguinte acordo em caso de ataque paraguaio:

A Confederação caberia, se o conflito se concretizasse, fornecer 6 mil homens, enquanto o Império acrescentaria mais 8 mil soldados, além de forças navais que realizariam o bloqueio fluvial do país guarani, atacariam as posições paraguaias e transportariam suprimentos e munições para as forças aliadas. O comandante-em-chefe seria o general Urquiza, governador de Entre Rios. Caso não participasse do conflito com Assunção, caberia ao governador permitir que as forças imperiais passassem pelo território de Corrientes, enquanto o Brasil se

3 Na imagem podemos verificar que a fronteira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai acabou tendo como limite o rio Apa devido a vitória brasileira na Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). Disponível em: <https://mupan.webnode.com.br/news/>

comprometia, por seu lado, a impedir com sua Marinha um eventual ataque de Buenos Aires à Confederação (DORATIOTO, 2002, p.34).

Esse acordo, mantido em sigilo, virou peça de ficção quando, em setembro de 1861, tropas vindas de Buenos Aires e chefiadas por Bartolomeu Mitre derrotaram as forças da Confederação comandadas por Justo Urquiza. Essa vitória permitiu que Mitre conseguisse, pela primeira vez desde a década de 1820, centralizar o comando político e diplomático argentino em Buenos Aires. Logo, o que poderia ser um desastre para a diplomacia brasileira e uma oportunidade para o governo paraguaio acabou não ocorrendo, porque, na prática, a derrota de Urquiza permitiu a formação de um outro grande Estado em suas fronteiras.

Em meio a todo esse conturbado processo de negociações diplomáticas, houve uma série de reviravoltas do decorrer de 1862. Um ano marcante em vários aspectos para as principais nações platinas, visto que no Paraguai aconteceu a ascensão de Francisco Solano López ao poder; no Brasil, o partido Liberal substituiu o Conservador na chefia do gabinete ministerial; na Argentina, ocorreu a reunificação nacional sob a liderança de Bartolomeu Mitre; e, no Uruguai o presidente Bernardo Berro tentava implementar uma política de não alinhamento com o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Além desses fatos políticos, em 1862, terminava o prazo de seis anos — dados por Brasil e Argentina e firmados pelo tratado de abril de 1856 — para o Paraguai entrar em acordo com aquelas duas nações acerca das fronteiras terrestres e fluviais (DORATIOTO, 2002, p.39).

A recusa paraguaia em aceitar os termos braso-argentinos de demarcação dos limites; o surgimento de uma inesperada aproximação e depois aliança entre o presidente argentino, Mitre e o imperador brasileiro, Pedro II em decorrência da política autonomista ou independentista de Berro e; por fim, a aproximação política entre as lideranças uruguaias e paraguaias, entre os anos de 1862 e 1864, disparou uma sucessão de fatos que evidenciaram que a questão fronteira e da livre navegação não seria resolvida por meios diplomáticos, mas pela força das decisões militares.

Fatos, como os seguintes: a invasão do Uruguai pelas tropas do Brasil; o suporte logístico e diplomático da Argentina às tropas do Império em solo uruguaio e, por fim, a crença, por parte de Solano López, de que após a derrota do Uruguai, as duas grandes nações platinas iriam invadir o Paraguai e dividi-lo. Levando, dessa forma, as lideranças políticas daquelas quatro nações a transformarem litígios fronteiriços, acordos diplomáticos e interesses econômicos na maior e mais sangrenta guerra realizada em terras da América do Sul. Obviamente que nos referimos a Guerra da

Tríplice Aliança (1865-1870).

Em busca de uma conclusão: O fracasso da diplomacia

Podemos afirmar, de modo simples, que diplomacia consiste na ação civilizada e pacífica com o intuito de tentar conciliar diferentes interesses políticos, econômicos e culturais. Tudo, no intuito de evitar a eclosão de guerras, batalhas e conflitos que causem derramamento de sangue e, obviamente, mortes de inocentes.

Nesse aspecto, podemos concluir que o corpo diplomático brasileiro, paraguaio e das demais nações platinas fracassou, pois a região do Prata foi palco da mais sangrenta guerra da América do Sul: a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). As razões da eclosão da guerra são plurais, como qualquer acontecimento histórico, mas estruturalmente envolve a formação e consolidação dos estados-nação daquela região. Estados que tinham profundas divergências e desconfianças entre si (DORATIOTO, 2002).

Desse modo, os estados sul-americanos, em especial os platinos, viam o Brasil como uma nação herdeira dos projetos expansionistas portugueses. Agravava essa leitura o fato de o império brasileiro ser governado por membros da Casa de Bragança. Dinastia com fortes ligações matrimoniais com as famílias reais da Espanha, antigos colonizadores de nossos vizinhos.

Do ponto de vista contrário, o governo imperial preocupava-se com a possibilidade do surgimento de uma grande república na América do Sul. Em particular na região platina, onde as lideranças encasteladas em Buenos Aires desejavam restabelecer, em um único estado, os antigos membros do Vice-Reino do Prata, isto é, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

O temor da diplomacia imperial era de que uma grande república no sul do subcontinente nacionalizasse completamente o controle sobre a navegação fluvial na bacia dos rios do Prata, do Paraguai, do Uruguai e até do Paraná. Logo, a estratégia brasileira era fomentar a estabilidade institucional dos países menores (Uruguai e Paraguai) a fim de conter o expansionismo de Buenos Aires.

A política do Império em relação ao Paraguai tinha três objetivos. Obter a livre navegação no rio Paraguai para garantir o acesso a província do Mato Grosso, delimitar as fronteiras entre o Império e o país guarani e, por fim, conter a influência argentina sobre Assunção. Objetivos que, infelizmente, não foram alcançados pela via diplomática clássica, isto é, com conversações e tratados, mas a custo

de muito sangue. Nesse sentido, houve mais fracassos do que vitórias.

Bibliografia:

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A expansão do Brasil e a formação dos estados na bacia do Prata**. RJ: Civilização Brasileira. 2012.
- CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. RJ: Instituto Rio Branco. 1950.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. SP: Cia das Letras. 2002.
- FLORIA, Carlos. BELSUNCE, César. **Historia de los Argentinos**. Buenos Aires: Larousse. 2004.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2016.
- RODRIGUES, José Honório; RODRIGUES, Leda Boechat (Coord.) **Uma história diplomática do Brasil: (1531-1945)**. RJ: Civilização Brasileira. 1995.
- YEGROS, Ricardo Scavone & BREZZO, Liliana M. **História das relações internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2013.
- VERANO, Pedro Henrique. **O Conselho de Estado e a Missão Pimenta Bueno ao Paraguai: formação de tendências de política externa no Brasil Império**. Brasília: Meridiano 47, volume. 15, p. 3-10, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/10266>. Acesso em 30 maio de 2018.

A ASSOCIAÇÃO ENTRE O VETOR MILITAR E A INTELLECTUALIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XX

Misael Henrique Silva do Amaral¹

Resumo

O texto visa apresentar a participação de um importante intelectual das duas primeiras décadas do século XX, o poeta Olavo Bilac e sua mobilização para a implementação de uma identidade nacional no Brasil, sobretudo por meio do vetor militar como elemento formador do conceito de nação e sendo a educação da juventude elemento de fomento para a formação do ideário de nacionalidade brasileira.

Palavra chave: Intelectuais, militar, nação, identidade nacional.

Abstract

The text aims to present the participation of an important intellectual of the first two decades of the twentieth century, the poet Olavo Bilac and their mobilization for the implementation of a national identity in Brazil, especially through military vector as the concept of nation-forming element and being the education of youth development element for the formation of a Brazilian national ideology.

Keywords: Intellectuals, military, nation, national identity.

De certa maneira o Brasil tem sido qualificado como um “país novo” ou “o país do futuro”, sobretudo, a partir do advento da República em 1889, onde a expressão “país novo” foi apropriada de diversas formas por destacados intelectuais brasileiros, indicando distintas maneiras de imaginar e conceber a ideia de nação. Sendo que quase sempre o “novo” esteve articulado aos sentidos de potencialidade, esperança, futuro, bem como, a ideia de incompletude e imaturidade.

Desse modo, tanto a *intelligentsia* brasileira, quanto setores do Estado, em especial os militares buscaram construir o que seria a identidade nacional brasileira, principalmente, a partir da

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC – FGV). Especialista em História Militar Brasileira (UNIRIO) e em História do Rio de Janeiro (UFF). É Bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval com habilitação em Mecânica e Bacharel em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória (ES). Email: misaelhenrique@yahoo.com.br

Primeira República (1889-1930)²

José Murilo de Carvalho assinala que no Brasil, no início da República, não havia um sentimento de identidade coletiva ao qual pudesse significar, no sentido moderno, a valorização de se pertencer a uma nação, um sentimento nacional.³ Embora existissem alguns elementos que de maneira genérica estavam incorporados à identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e até mesmo uma unidade política. Murilo enfatiza que a necessidade de se criar uma identidade coletiva para a nação deveria ser o alvo a ser buscado pela geração intelectual da Primeira República, haja vista que os próprios propagandistas e defensores do regime republicano já percebiam que esta não era a República que sonhavam e desejavam.

Os próprios intelectuais da passagem do século, aliás, costumam ser classificados como otimistas ou pessimistas, sendo esta dicotomia exemplificada de um lado por aqueles que acreditavam incondicionalmente no potencial das riquezas naturais, no Brasil como “país do futuro”, e de outro, por aqueles que não viam possibilidade de progresso devido à condenação dos brasileiros pelos diversos determinismos. Além disso, é possível que tal polarização tenha se acentuado em razão das acirradas polêmicas da época, em meio às quais as posições tendiam a se radicalizar. De qualquer modo, o que estava em voga nas últimas décadas do século XIX e princípios do século XX no Brasil era a discussão acerca da identidade nacional.

Ortiz (1994) sublinha que a noção de identidade nacional idealizada pela geração de 1870 teria fomentado no Brasil um sentimento de desagrado pela própria identidade, visto que no nosso país, um dos paradigmas de identificação nacional pressupunha a “raça”, que naquele período era considerada inferior, além da questão climática que criava pessoas pouco propensas ao trabalho e a racionalidade.⁴ Pode-se inferir que haveria então uma “construção” da categoria identidade nacional o que parece coadunar com o pensamento de Benedict Anderson⁵ que assinala as nações como construídas e imaginadas, o que não significa serem irreais, acerca do caráter real e irreal das

2 Vale ressaltar que a preocupação constante dos militares, no período da Primeira República era estabelecer ou recriar vínculos com a nação brasileira, entidade da qual, mais do que guardiões seriam formadores da identidade nacional (CASTRO, 2012). HANSEN, Patrícia. Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2007.

3 CARVALHO, José Murilo de. A Formação das ALMAS: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

4 Geração de intelectuais, onde grande preocupação estava centrada na criação de uma nação moderna (sinônimo de positivo e progresso), pautada no cientificismo, abarcando questões como raça e meio geográfico. Possuía como representantes, dentre outros: Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Sílvio Romero.

5 Benedict Anderson em sua obra “comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo” aborda a ideia de nação sobre quatro perspectivas: 1) limitada – porque mesmo que a nação seja muito grande em extensão, ela terá fronteiras; 2) imaginadas – posto que os membros de uma nação seriam incapazes de conhecer todos os membros da comunidade; 3) Soberana – está relacionada ao povo e 4) comunidade – porque haverá uma camaradagem horizontal entre seus membros.

comunidades nacionais imaginadas. O autor destaca que “as comunidades se distinguem não por sua autenticidade/falsidade, mas pelo estilo que são imaginadas”⁶

Portanto, em determinados lugares a identidade nacional poderá ter como base a língua ou o passado, enquanto em outros pode ser a raça, os hábitos do povo, ou seja, cada lugar idealizou uma proposta de identidade que pode ser transformada no tempo e no espaço.

A despeito das diversas interpretações da categoria identidade nacional, o estudo acerca do referido conceito traz à luz a discussão sobre quem seriam os agentes formadores da concepção nacional de um determinado povo, sendo que os intelectuais desempenhariam o papel de mediadores entre o que deveria ser nacionalismo para uma determinada população. Os intelectuais seriam, portanto, os agentes formuladores de modelos de identidade nacional. Sendo como representação de algo pouco palpável ou mesmo mais real, a concepção de identidade nacional foi construída sobre uma perspectiva de diversos interesses.

E neste quesito o Estado seria um daqueles que teria sob a sua tutela o “poder simbólico”, cooptando os agentes formuladores da identidade nacional (os intelectuais), aglutinando estes a agentes estatais (professores, militares entre outros). Essa ideia parece ir ao encontro daquilo que Eric Hobsbawm dissertou acerca dos modelos nacionais se utilizarem de ferramentas como sentimentalismos, patriotismo, elementos de propaganda entre outros a fim de implantar a identidade nacional para um país, conforme assinala “O nacionalismo poderia se tornar um instrumento enormemente poderoso para um governo caso consiga ser integrado no patriotismo estatal, para tornar-se seu componente emocional central”⁷

Para Ortiz (1994) seria importante gerar no povo um sentimento de lealdade em relação ao Estado e ao sistema dirigente. Se no passado a fidelidade ao Estado não era exigida do povo - seja porque era assegurada pelos dogmas religiosos que professavam a obediência aos superiores - seja porque o povo tinha seus direitos muito limitados e, portanto, não ofereciam ameaça aos governantes, o fato é que no fim do século XIX este sistema mudaria devido à democratização. Conforme acentua Hobsbawm:

[...] os interesses estatais dependiam agora da participação dos cidadãos, em um grau não considerado antes. Onde os Exércitos eram compostos de voluntários ou de serviço militar obrigatório, a boa vontade dos homens em servir era agora uma variável essencial nos caçulos do governo [...] a democratização da política – ou seja, de um lado a extensão crescente do

⁶ ANDERSON, Benedict. Op. Cit, (p. 33).

⁷ HOBBSAWM, Eric, Op. Cit 2008, (p.110/111).

voto (masculino) e de outro a criação de um Estado moderno – colocava a questão da nação e dos sentimentos do cidadão em relação aquilo que ele considerava como sua “nação” ou sua “nacionalidade” [...]”⁸

Para este autor, implementar um componente emocional no curso do desenvolvimento de uma identidade nacional seria fundamental para o governo atingir seus objetivos, portanto a partir das últimas décadas do século XIX as intervenções estatais passaram a ser frequentes e universais, passando os cidadãos a serem alvo de interesse do Estado.

Assim, por meio da associação de agentes governamentais como professores, propagandistas (intelectuais de diversas áreas) e militares, o Estado poderia obter mais informações e controle sobre os cidadãos e, desse modo, poderia criar mecanismos que fomentassem o sentimento de pertencimento no povo, destacam-se como dispositivos estatais a educação infantil e a comunicação.

A partir da perspectiva de análise de Eric Hobsbawm a respeito da identidade nacional, o nacionalismo nas mãos do Estado poderia ser um instrumento poderoso, especialmente em momentos de crises, como guerras e revoltas. Portanto, de acordo com este autor os interesses estatais dependiam dos cidadãos, assim como o modelo de identidade nacional projetado pelo Estado poderia unir a população, criando lugares comuns. De qualquer modo o povo quem deveria decidir quais ideias de identidade deveria escolher e compartilhar. É plausível, porém, acentuar que o Estado foi certamente um dos dispositivos mais ativos no que tange a orientação e formulação de um ideário nacional e é sob essa perspectiva que pretendemos explicitar, neste trabalho, a associação no Brasil entre profissionais do Estado e a intelectualidade na formulação de uma identidade brasileira, a saber: os militares e o poeta Olavo Bilac que buscaram na educação primária e no Serviço Militar Obrigatório as ferramentas para formulação de um sentimento nacional para o Brasil.

Percebe-se que na virada do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a figura de Olavo Bilac como propagandista e defensor de um projeto nacionalista, sendo um destaque no campo intelectual. Segundo o poeta, a defesa: do ideal patriótico, da unidade nacional e da educação, seriam os alicerces para o progresso no Brasil. Estas ideias atuariam como vetores principais de um processo que teria como objetivo formar uma identidade nacional. O programa cívico de Bilac salientou as campanhas em prol do Serviço Militar Obrigatório e a Defesa Nacional, portanto pode-se caracterizar Olavo Bilac como um dos ideólogos do nacionalismo brasileiro, aludindo o modelo militar de soldado

⁸ HOBBSAWM, Eric, Op. Cit 2008, (p.104-105).

como referência de ética, de disciplina e de honra, dentre outros atributos como condutor do projeto nacionalista bilaquiano.

Olavo Bilac, um dos poetas mais populares do seu tempo, foi também jornalista e membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Dotado de intenso senso cívico, foi pioneiro na campanha pela alfabetização e também grande defensor e propagandista do Serviço Militar Obrigatório e dos Tiros-De-Guerra.⁹

Bilac é conhecido, principalmente, por sua obra poética, mas ele também foi autor de uma extensa obra como contos, crônicas e livros escolares e literatura infantil. E aí se destacam a letra do *Hino à Bandeira* e *Contos Pátrios* com Coelho Neto.

Além disso, escreveu livros didáticos, como *Através do Brasil*, com Manoel Bomfim. O poeta teve ainda profunda participação na política e em campanhas cívicas, das quais a mais conhecida foi a Liga de Defesa Nacional¹⁰, fundada em 1916 em favor da instrução pública e do serviço militar obrigatório. Em função disso, Bilac empreendeu uma jornada pelo país, entre os anos de 1915 e 1916, a fim de conscientizar os jovens brasileiros da necessidade do Serviço Militar. Exerceu ainda, a função de oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio de Janeiro (1891) e em 1898 foi inspetor escolar do Distrito Federal.

Hansen aponta que Bilac buscava incutir nas gerações mais jovens outra forma de perceber a nação brasileira, afastada de uma visão ufanista ou de um olhar estéril e pessimista.¹¹

A construção proposta por Bilac parecia ser equilibrada e, sobretudo, buscava um tom mais realista; não tão otimista como a abordagem chamada de “megalomania patriótica”¹² baseada nas enormes riquezas naturais que o país possuía e nem tão negativa a que ele chama de “desmoralizadora enfermidade do pessimismo”¹³. O poeta procurou um tipo de defesa do ideário nacional fundamentada na ação e na prática, a fim de que, com o devido preparo educacional, os homens pudessem explorar, de

9 Eram organizações civis de treinamento de atiradores e que visavam criar reservas treinadas para o Exército. (CASTRO, 2007, p. 241).

10 É uma associação cívico-cultural, fundada em 7 de Setembro de 1916, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, independente de qualquer credo religioso, político ou filosófico e tem como finalidade precípua robustecer, na opinião pública nacional, um elevado sentimento de patriotismo. (Site oficial da LIGA DE DEFESA NACIONAL, conforme descrito em seu Estatuto atual e que contém as diretrizes básicas da Instituição. Disponível em: <http://www.ligadedefesanacional.org.br/liga/index.php/estatuto-atual>). Acesso em 20 de maio de 2015.

11 Categoria criada a partir do livro “Porque me ufano de meu país”, de Afonso Celso (escritor e jornalista contemporâneo a Bilac) publicado em 1901 por ocasião das comemorações do quarto centenário do Descobrimento. O vocábulo “ufanismo” é definido nos principais dicionários da língua portuguesa como “orgulho exacerbado da pátria” ou patriotismo excessivo (NOVO DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2009). Ou também como sentimento daqueles influenciados pelo potencial de riquezas do país e belezas naturais se vangloriam, desmedidamente (NOVO AURÉLIO XXI, 1999).

12 BILAC, Olavo. Op. Cit 1996,

13 Idem, *Ibidem*

modo eficaz, os recursos naturais do Brasil. Esse pensamento era o fundamento do projeto bilaquiano, onde o poeta procurava estimular em sua audiência a consciência de que o despertar do Brasil para o futuro, estava diretamente relacionado ao despertar de si mesmos, como brasileiros responsáveis pela grandeza do país.

O sentido de identidade nacional, pautado no sentimento patriótico de Bilac, parece coadunar com o que Catroga define por pátria e sentimento patriótico, ou seja, como sendo a origem e a herança estabelecendo uma memória retrospectiva entre os vivos e os mortos, num elo de ligação pelo qual os indivíduos se reconhecem como compatriotas. “A pátria é a origem de todas as origens, húmus sacralizado que gera um sentimento de pertença, sendo como um destino ou como uma vocação”.¹⁴

De acordo com Hansen, a questão da formação de uma identidade nacional menos contemplativa e mais pragmática se colocava dentro do escopo do projeto de Olavo Bilac. O pensamento de um “país novo em que tudo ainda está por fazer” no qual seu viés primordial era o futuro a ser construído pelos próprios brasileiros, era focado na ética do trabalho e esforço, sendo a educação a grande propulsora desse processo. Vale ressaltar, que o conceito “de que há muito por fazer” está imbricado ao sentido de progresso na acepção utilizada nas primeiras décadas da República, como também a ideia de que o futuro grandioso do Brasil só seria possível pelas mãos dos próprios brasileiros. O poeta declara essa ideia em trecho de seu discurso de 1909, no ginásio do Colégio Metodista Granbery em Minas Gerais:

O fim da educação [...] é preparar homens de pensamento e ação [...] capazes de empregar valiosamente em proveito da coletividade todas as forças vivas de sua alma e todo o arsenal de conhecimentos de que os apercebeu o estudo. Em um país novo como este, onde quase tudo está por fazer [...]. Estudando bem as condições políticas e econômicas da nossa pátria, vereis, meus jovens amigos, que os homens da vossa geração vão receber um honrosíssimo, porém onerosíssimo legado.¹⁵

Importa salientar que o projeto de identidade nacional bilaquiano de formação dos brasileiros, estava direcionado à mocidade e à infância brasileiras, sendo um projeto em que a palavra era a ação, ou seja, posto em prática por meio da produção literária, como também nas inúmeras campanhas públicas para a formulação da nação, como discursos, palestras entre outros. Sendo estritamente um

14 CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In SOBRAL, José Manoel; VALA, Jorge (orgs). Identidades nacionais: inclusão e exclusão. Lisboa: ICS, 2010 (p.34)

15 BILAC, Olva Op. Cit 1965, (p. 681-693).

processo de estabelecimento do sentimento de pertencimento a uma coletividade nacional através de ações intencionais, a fim de forjar nessa juventude e na infância brasileira uma identidade nacional que teria como importante tarefa garantir a integração e o progresso nacional.

Este processo intencional de Olavo Bilac de constituir uma identidade nacional nos homens brasileiros parece harmonizar com o que historiador Eric Hobsbawm explicitou como a intencionalidade dos sujeitos históricos na constituição das tradições nacionais pelo sentimento de pertencimento a uma coletividade nacional.¹⁶

Outro pilar do projeto nacional de Bilac estava fundamentado na égide da educação, tendo nas Forças Armadas um de seus vetores propulsores, onde o amor à pátria parece aludir ao que Fernando Catroga define como trabalho mobilizador para constituição do nacionalismo. Conforme assinala:

[...] foi a ideia de pátria e patriotismo como propulsores do movimento que desaguará na nação moderna (no Estado-nação) e não o contrário, ilação que, porém, não invalida que este último não tenha procurado promover (sistema de educação, serviço militar) um renovado patriotismo comum, tendo em vista transformar os indivíduos em cidadãos, bem como a população num povo.¹⁷

Para Olavo Bilac, a ênfase no modelo militar, do soldado como modelo de masculinidade, de estética marcial, disciplinado e cultivador da honra e dos valores cívicos, seria importante na ideia de formulação de uma identidade nacional para a nação brasileira.

Havia no poeta o pensamento de nacionalismo associado à questão da mobilização militar, principalmente, no contexto da I Guerra Mundial (1914-1918), quando a questão nacional estava diretamente articulada à postura do Brasil frente ao conflito bélico internacional; portanto, o apelo às armas fazia todo sentido ao se falar em patriotismo. Seus discursos assinalavam a união entre intelectuais (grupo do qual fazia parte) e militares a fim de realizar a missão de estabelecer a identidade nacional, ou seja, esta seria levada a efeito a partir da coesão entre as Forças Armadas e a sociedade, sendo também o patriotismo interpretado como dever cívico, cabendo aos intelectuais, elementos da vanguarda social, assumi-lo integralmente.

¹⁶ HOBBSAWM, Eric e RANGER Terence. A invenção das tradições. 2ª Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1997. A forma como Eric Hobsbawm procurou encaminhar o problema tornou-se a principal referência dos historiadores que empregaram o conceito de “tradições inventadas”.

¹⁷ CATROGA, Fernando, Op. Cit. (p. 49).

Um dos pressupostos por trás da concepção de identidade nacional seria de criar numa determinada população uma noção de pertencimento a uma nação, embora se deva ressaltar que a decisão de aceitação deste tipo de sentimento nacionalista é uma decisão do povo.

Percebe-se no Brasil da Primeira República a busca de uma legitimação ao ideário nacional formulado pelo Estado, ao incorporar aos seus agentes (militares, professores, entre outros) importantes atores da sociedade, como o “ideólogo do nacionalismo brasileiro” o poeta Olavo Bilac, que ao lado das Forças Armadas trabalhou a fim de empreender uma consciência nacional no país, utilizando como ferramenta o serviço militar obrigatório, entendido por ele como um vetor de educação, civismo, nivelamento e patriotismo para a formação do cidadão brasileiro.

O projeto nacionalista de Bilac era fundamentado na integração, manutenção da unidade do Brasil e o amor à pátria. Sendo todos esses aspectos projetados a partir do ideário da educação primária em conjunto com um viés militar.

É importante acentuar que essa identidade nacional propagada por Bilac era diferente daquele nacionalismo ufanista ou daquele extremamente pessimista. Ele buscava uma identidade nacional pautada num projeto mais pragmático, articulado à ideia de um “país novo em que tudo ainda está por fazer”.

Bilac possuía uma grande capacidade de mobilização, e suas palavras tinham ampla divulgação e impacto nos diversos setores da sociedade, fruto de seu carisma. Patrícia Hansen compara o poeta a uma “celebridade” em virtude da elevada admiração devotada a ele. E esta capacidade singular tinha reflexo na repercussão dos seus discursos em seus ouvintes e na imprensa. E os militares souberam aproveitar essa capacidade mobilizadora de Bilac, associando-se a ele.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CIGARRA, Ano II, n. XXVIII, 16/10/1915. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/pdfs>. Acesso em 02 julho de 2015.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das letras, 2008.
- BILAC, Olavo. *A defesa nacional* [discursos]. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1965.

- _____ . *Através do Brasil: prática da língua portuguesa: narrativa* /Olavo Bilac, Manoel Bonfim. [organizado por] Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Bilac, jornalista*. [organizado por] Antônio Dimas. Imprensa oficial do estado de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.
- _____. “*Em a marcha!*” (aos estudantes da faculdade de Direito de São Paulo – 9 de outubro de 1915). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das ALMAS: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- _____. *Exército e Nação: Estudos sobre a História do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- CATROGA, Fernando. *Pátria, nação e nacionalismo*. In SOBRAL, José Manoel; VALA, Jorge (orgs). *Identidades nacionais: inclusão e exclusão*. Lisboa: ICS, 2010.
- EXERCITO BRASILEIRO. *Patronos do Exército*. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/olavo-bilac-servico-militar>>. Acesso em: 26 junho de 2014.
- FARIA, José Caetano de. *O oficial como educador: sua missão social*. Boletim Mensal do Estado Maior do Exército (BMEME), n. 1, p. 23-31, abr. 1912.
- HANSEN, Patrícia. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2007.
- _____. *Infância como projeto: Nacionalismo, sensibilidades e etapas da vida em Olavo Bilac*. In: Anais do Simpósio Nacional de História (ANPUH), XXVI., São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300631786_ARQUIVO_Infanciaomoprojeto.pdf>. Acesso em: 22 de junho. 2015.
- _____. *Um Discurso, Duas Ligas: Olavo Bilac e a Criação da Liga da Defesa Nacional (1916) e da Liga Nacionalista de São Paulo (1916-1924)*. In: VIII Colóquio Tradição e Modernidade no mundo Ibero-americano, Coimbra, 2011.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER Terence. *A invenção das tradições*. 2ª Ed. São Paulo,

Paz e Terra, 1997.

- _____ . *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*, 4ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2008.
- MARQUES, Adriana Aparecida. A Revista Marítima Brasileira de 1918 a 1932. In: Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. CD-ROM.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *Evolução da Política Naval brasileira entre as duas Guerras mundiais*. In: *HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA*. Tomo II v. Quinto. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha – Serviço de Documentação da Marinha, 1985.
- MCCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- NOVO AURÉLIO, SÉCULO XXI – O dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NOVO DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, brasiliense, 1994.
- VELOSO, Mônica Pimenta. A construção da nação: arte e política. In: *Brasilidade verde e amarelo: nacionalismo e regionalismo paulista*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_MonicaVeloso_Brasilidade_verde_amarela.pdf>. Acesso em: 30 de junho 2015.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MARINHEIRA: A PRÁTICA DA LIDERANÇA NO AMBIENTE NAVAL

Marcello Felipe Duarte¹

Resumo:

O presente artigo tem como objetivos, em primeiro lugar, suscitar uma discussão sobre as principais abordagens teóricas alusivas ao fenômeno da liderança e, em seguida, analisar a prática da liderança no ambiente naval, a partir da perspectiva identitária, no que diz respeito à formação dos oficiais de Marinha do Brasil.

Palavras-chave: Liderança – ambiente naval – Marinha do Brasil.

Abstract:

The objective of the present article is to raise a discussion about the main theoretical approaches to the phenomenon of leadership and then to analyze the practice of leadership in the naval environment, from the identity perspective, with regard to formation of the officers of the Brazilian Navy.

Keywords: Leadership - naval environment - Navy of Brazil.

Introdução

As velas são acesas simbolizando a luz do conhecimento. Os alunos, acompanhados de seus pais, acomodam-se nas cadeiras do auditório. A Gaita de fole corta o silêncio anunciando aos presentes o início do cerimonial de abertura de mais um ano letivo. O diretor da Welton Academy, uma tradicional escola secundária, em sua palestra inaugural, convida o corpo discente a pronunciar os quatro pilares que sustentam o ensino de excelência: Tradição, honra, disciplina e mérito. Em seguida, apresenta oficialmente o professor John Keating, um ex-aluno da instituição, contratado para lecionar Literatura Inglesa.

Em sua primeira aula, o excêntrico e carismático professor, lança um desafio aos seus assustados alunos: “Carpe Diem. Aproveitem o dia. Tornem suas vidas extraordinárias”. As aulas seguintes, nada ortodoxas, vão deixando marcas indeléveis na relação dos estudantes com o seu

¹ Possui graduação em História pela UERJ, Especialização em História do Brasil pela UFF, Especialização em História da Arte Sacra pela Faculdade São Bento do RJ, Mestrado pela UERJ e Doutorado (em andamento) pela UERJ. Ex-professor e coordenador de História do Colégio Naval. Atualmente, professor e coordenador de História do Colégio Militar do RJ.

mestre. A liderança vai sendo assim construída com fortes laços de confiança. Com seu método de ensino impactante, Keating, consegue despertar o desejo em seus alunos de pensarem por si mesmos.

Neil, um dos seus mais entusiasmados alunos, resolve seguir então seu sonho: ser ator. Candidata-se à vaga de protagonista numa peça de Shakespeare. Consegue o papel principal. No entanto, para sua decepção, seu pai não aprova a sua participação nessa atividade extra-curricular alegando que isso atrapalharia seus estudos preparatórios para a carreira de Medicina. A trama segue e o enredo se complica. Neil, após forjar a assinatura de seu pai na autorização para a participação da peça, vai aos ensaios e se sente extasiado com a ideia de interpretar. Acredita com toda a força de sua alma que era isso o que realmente desejaria fazer para o resto de sua vida. No dia da estreia, para a sua surpresa, seu pai aparece para conferir se ele havia desrespeitado as suas ordens e, ao final do espetáculo, arbitrariamente, o retira da escola, acusando seu professor de exercer uma má influência sobre suas escolhas.

O menino, encurralado entre o que o pai decidiu para sua vida e o que realmente desejava ser, resolve então o impasse com um tiro na cabeça. A notícia corre veloz, chega à escola e pega todos de surpresa. Em meio a tanta dor e confusão, o culpado pela tragédia não demora a aparecer: o professor. Não poderia ser realmente outro o responsável, pensaram o pai de Neil e a direção da escola, uma vez que por meio de suas aulas os alunos foram encorajados a confrontar o sistema.

O professor Keating é demitido, no entanto, nesse momento mais improvável ocorre a catarse. O diretor da escola, temporariamente, assume a matéria de Literatura Inglesa e é surpreendido por alguns alunos que, destemidamente, sobem nas carteiras e saúdam o seu professor com a frase costumeira: “Capitão, meu capitão!” O diretor tenta conter a turma e restabelecer a disciplina ameaçando, inutilmente, os envolvidos com a expulsão. Os alunos permanecem imóveis, imponentes, seguros de que esta última homenagem era não só necessária quanto justa. O professor reconhece a força do gesto, agradece e se retira. A liderança, outrora construída, agora era reafirmada provando serem os elos, que uniam o líder aos seus liderados, inquebráveis.

A história narrada, que bem poderia ter sido real, é na verdade o enredo do filme “Sociedade dos Poetas Mortos”, cujo tema nos interessa de perto: a prática da liderança e sua influência sobre os liderados. Teria sido a prática da liderança do professor nociva e irresponsável a ponto de influenciar um adolescente ao confronto com seu pai e ao suicídio? Ou a sua liderança foi tão decisiva que produziu a libertação de alguns alunos em relação ao conservadorismo imperante na escola?

As questões propostas pelo filme são polêmicas e, portanto, não se conformam a uma resposta definitiva, muito embora, possam servir de ponto de partida para uma reflexão sobre a importância da liderança em todos os níveis da vida em sociedade.

O tema *liderança* enquanto campo teórico/empírico de pesquisa foi abordado com maior ênfase a partir do século XX. Suas diversas concepções oscilaram em razão das preferências metodológicas adotadas pelos pesquisadores. Possivelmente, o aspecto mais controvertido deste campo de pesquisa se refira aos diferentes fundamentos epistemológicos que conformam e fundamentam os estudos sobre a liderança (HUNT et al., 1988). É possível afirmar que, de um modo geral, essas diferentes abordagens epistemológicas dizem respeito aos focos de análise utilizados que privilegiam o comportamento do líder, seus principais traços, os fatores situacionais que influenciam sua relação com seus liderados e sua dimensão simbólica.

Seria oportuno então analisar, sucintamente, as principais teorias sobre a liderança, que de acordo com Robbins (2005) são: as teorias dos traços, comportamentais, contingenciais e contemporâneas.

É preciso levar em consideração, em primeiro lugar, o fato de que essa classificação teórica não pressupõe uma escala de valores a priori, isto é, um meio de quantificar a excelência de um líder, enquadrando-o em um desses modelos; em segundo lugar, apesar da sucessão temporal dessas teorias, não significa dizer que a última tenha superado as anteriores quanto ao aporte teórico e aos problemas práticos.

Pode-se dizer que o melhor caminho para alcançar uma compreensão mais abrangente a respeito do fenômeno da liderança, seja recorrer a uma perspectiva comparativa, para que, desta forma, os pontos mais relevantes e também as fragilidades dessas teorias sejam contemplados.

As teorias sobre a liderança

A origem etimológica do termo liderança vem do latim, *ducere*, cujo sentido significa conduzir. É provável que tal expressão tenha influenciado as derivações de *to lead*, termo da língua inglesa, datado de 825 d.C., cujos significados são: “conduzir, dirigir, guiar, comandar, persuadir, encaminhar, encabeçar, capitanear, atravessar” (MUELLER e MAYER, 2012, p. 1). Na evolução histórica do termo *to lead*, emerge o substantivo *leading*, que pode ser traduzido como a “ação de conduzir”. Já em 1834, surge a palavra *Leadership* cujo significado aponta para a “dignidade, função

ou posição de guia, de condutor, de chefe”. Em meados do século XIX, o termo *lead* e seus derivados, são incorporados pela língua portuguesa (Idem, p. 2).

De acordo com a definição proposta por Outhwaite e Bottomore (1996, p. 426), a liderança seria “a qualidade que permite a uma pessoa comandar outras”, o que implica em dizer que nesse processo ocorre uma relação de reciprocidade entre o indivíduo que lidera e o grupo que é liderado, pautada no consentimento e não na coerção. Depreende-se que há uma distância enorme entre a ordem que é dada e a expectativa de que ela seja cumprida; distância que varia na exata proporção da legitimidade da liderança e do exercício de poder que ela exige.

Os primeiros estudos sobre o tema “liderança” remontam à década de 1940, e tinham como principal característica o fato de que os líderes já nasciam com traços de personalidade que os distinguiam dos demais, com “virtudes inatas” que os tornariam especiais e únicos. Esse caráter inato da liderança, de viés notoriamente platônico, tornaria o líder alguém dotado de certos traços especiais que, ao mesmo tempo, o destacaria em relação ao grupo e o faria manter a sua posição de destaque. Interessante notar que desde a antiguidade clássica, Platão já tinha se debruçado sobre a questão da virtude. Para o filósofo, a virtude não poderia ser ensinada uma vez que ela é inata, muito embora, se encontrasse adormecida em cada pessoa. O papel do filósofo, portanto, consistiria em despertá-la pela prática da reminiscência, ou anamnese:

Com frequência (embora nem sempre), é isso que se quer dizer com a afirmação de que os valores éticos existem “por natureza”: eles estão ali, independentes de nós e de nossos modos de vida. (...) Também queria dizer que nossa relação ética mais fundamental não é com entidades instáveis tais como as pessoas e a cidade, mas com algo mais firme que qualquer um de nós. (NUSSBAUM, 2009, p. 353).

Esses estudos, que tiveram como base as pesquisas empíricas elaboradas por meio de testes psicológicos, compuseram o que se pode chamar de uma “teoria dos traços”. A fragilidade dessa teoria está, em primeiro lugar, na impossibilidade de estabelecer um traço universal que possa prever e garantir o exercício da liderança em qualquer situação; em segundo lugar, na dificuldade de se estabelecer evidências claras quanto à separação de causa e efeito; e, finalmente, no fato de que os traços, possivelmente, funcionam melhor para prever o aparecimento da liderança do que para verificar a sua eficiência. Em outras palavras, não é o fato de alguém possuir certos traços encontrados em um líder que, necessariamente, sua liderança se torne bem-sucedida tanto no que tange a sua

relação com o grupo quanto na realização de seus objetivos.

Surge nos anos 1950 outra teoria que desloca o olhar dos traços da personalidade para o comportamento. O líder seria definido por suas ações. As chamadas teorias comportamentais ensinaram a compreensão sobre as práticas/estilos de lideranças, em relação às pessoas ou aos processos. Segundo Robbins (2005), a vantagem dessa teoria está no fato de que quanto mais complexas forem as atividades dos liderados, maior será a eficácia da liderança quanto ao trabalho exercido com relação à subjetividade (expectativas e motivações) dos indivíduos. Outro ponto importante dessa teoria é a compreensão de que a gestão de pessoas está relacionada à motivação. No entanto, o ponto fraco dessa abordagem reside na desconsideração do contexto situacional sobre a eficácia do estilo.

Agregando os diversos tipos de comportamento dos líderes às situações, autores como Hersey, Blanchard e Fiedler desenvolveram, na década de 1970, as teorias contingenciais. Segundo essa perspectiva teórica, um líder conseguiria alcançar um nível elevado de eficácia na medida em que o contexto assim lhe exigisse. Dito de outro modo, a eficiência de uma liderança estaria diretamente proporcional ao contexto/situação a enfrentar, pois isso aguçaria a sua capacidade individual de adaptação às diversas contingências. É relevante destacar o fato de que o tema adaptação estava em voga na década de 1970, sustentado pelo sistemismo e nas ciências de cognição (Dupuy, 1996). A teoria contingencial foi levada a um novo patamar por Hersey e Blanchard (1986), na medida em que propuseram a ênfase da liderança não no líder, mas nos liderados. Em outras palavras, a legitimidade e a eficácia de uma liderança repousaria no consentimento de seus liderados. Segundo Robbins:

A ênfase nos liderados, no que se refere à eficácia da liderança, reflete a realidade de que são eles que aceitam ou não um líder. Independentemente do que fizer o líder, a eficácia dependerá das ações de seus liderados. Essa é uma dimensão importante que foi menosprezada ou pouco enfatizada na maioria das teorias sobre liderança (Robbins, 2005, p. 266).

Pode-se perceber que de acordo com essa teoria o papel da liderança é empalidecido, tendo em vista o fato de que o líder seria um coadjuvante cujo papel seria ditado não só pelo contexto situacional, como também pela legitimidade que lhe é conferida pelos liderados.

Numa análise de conjunto, as pesquisas sobre os traços, os comportamentos e as situações que conformam a liderança enfatizam três aspectos (BRYMAN, 1996): 1) a liderança é um processo através do qual o líder promove um impacto sobre os liderados, incitando-os a um determinado comportamento; 2) este processo de influência é compreendido como inerente ao contexto de um

grupo; 3) o líder influencia o comportamento dos liderados em direção aos objetivos que o grupo pretende alcançar.

Durante as décadas de 1980 e 1990 surgem outras teorias, cujas abordagens são mais contemporâneas, que incorporam ao seu corpo conceitual as questões identificatórias e culturais. Para essas teorias a liderança pode ser definida como uma “influência nos objetivos e estratégias, influência no comprometimento e consentimento com relação aos comportamentos necessários para alcançar estes objetivos, influência na manutenção, na identificação do grupo e na cultura de uma organização” (YUKL, 1989, p. 253).

Essas novas teorias concebem a liderança a partir de uma dimensão simbólica, sendo o líder alguém capaz de promover um sentido do que é relevante, além de definir a realidade organizacional. No âmbito das grandes corporações, pode-se inferir que a liderança vai sendo construída como a atividade central dos atores organizacionais. Estes têm a incumbência de desenvolver, modelar e, sobretudo, negociar as situações cotidianas de trabalho. Não resta a menor dúvida de que essa atividade processual compreende uma forma de ação social com fortes características integradoras, mas que depende ainda do desempenho simbólico do líder. Percebe-se a tendência atual, por parte dos principais pesquisadores do tema (KNIGHTS e WILLMOTT, 1992; ALVESSON, 1992, 1995; BRYMAN, 1996), quanto à necessidade de uma integração das abordagens qualitativas que vislumbrem a liderança como um processo psicossocial definido pela interação humana.

Uma vez definidas em linhas gerais as principais teorias sobre a liderança, torna-se viável a composição de uma moldura referencial que nos possibilite direcionar o foco para a prática da liderança no meio militar, em especial, no ambiente naval.

A liderança na formação militar naval

A liderança é um tema caro à Marinha do Brasil e consta nos projetos específicos de todas as Organizações Militares de Ensino. O processo de Ensino-aprendizagem na formação dos militares, em todos os níveis, tem como direção precípua o desenvolvimento da liderança, desde a admissão do candidato civil que ingressa na carreira militar até os mais elevados níveis na carreira de um oficial quando, por exemplo, cursa a Escola de Guerra Naval (EGN).

Em razão da natureza específica da carreira militar, centrada em uma cadeia hierárquica, a prática da liderança deve estar ligada a uma dimensão de identificação.

Identificar-se é um ato que traz consigo a ideia de afinidade, de reconhecimento de si mesmo e do outro. É um processo de internalização de valores, crenças e atitudes. A identificação é central para o estabelecimento de vínculos sociais entre os indivíduos que se reconhecem como participantes de uma mesma categoria social, distinguem-se por práticas que reforçam o sentimento de pertencimento ao grupo e comungam de uma formação psicossocial em comum. De acordo com Paul Ricouer:

Nas identificações adquiridas o outro entra na composição do si mesmo. [...] A identidade é feita dessas identificações com valores, normas, ideais, modelos e heróis, nos quais a pessoa e a comunidade se reconhecem. O reconhecer-se *no* contribui para o reconhecer-se *com*. (1990, p. 147)

As teorias a respeito da identificação confirmam que não existe uma liderança isolada. O vínculo da liderança ocorre de maneira mais fecunda e produtiva quando as ações do líder forem ao encontro das expectativas dos liderados, produzindo, efetivamente, comportamentos que se caracterizam por expectativas complementares e pela reciprocidade no que diz respeito ao alcance de metas estabelecidas.

Como se pode perceber o ato de identificação agrega diversos fatores como, proximidade, similaridades, objetivos compartilhados e história em comum, determinando a abrangência e a legitimidade com que uma liderança pode ser exercida. No ambiente militar esse processo encontra um terreno fértil, sobretudo, em razão da poderosa amálgama do corporativismo que atrela os militares a uma cadeia de comando.

No caso específico dos oficiais da Marinha do Brasil, o processo de identificação se constroi no cultivo das tradições navais, hóstias que alimentam o *espírito marinheiro*; na convivência com seus pares de farda, construída e amalgamada pelos longos anos de trabalho cujo início remonta aos bancos escolares; na disciplina que cada militar impõe a si próprio em detrimento muitas vezes de seu conforto pessoal; na fidelidade e confiança depositadas em seus superiores; no cavalheirismo e polidez sem deixar de lado a austeridade e sobriedade em suas ações; na honestidade de propósitos e na busca incessante pela conduta correta.

A prática da liderança no ambiente naval, a partir dessa perspectiva identitária, é capaz de fazer com que os próprios liderados construam a sua identidade social. Nesses termos, a identidade dos indivíduos pode ser considerada como uma síntese de múltiplas identificações, que ocorrem em função da vinculação a diferentes grupos sociais, tais como família, escola, trabalho e outras

organizações.

Pode-se dizer que o processo de identificação está diretamente ligado aos aspectos de segurança psicológica; à afiliação do indivíduo na medida em que se percebe como membro ativo de um grupo; à autovalorização, através da qual o indivíduo procura se adequar ao comportamento daquele que ele julga relevante para seu crescimento; e ao significado, por meio do qual o indivíduo busca referências de valores para incorporar ao seu comportamento, como forma de atribuir um propósito à sua vida.

No que diz respeito a essa busca de referências de valores, que forjam no indivíduo a sua própria identidade, temos o exemplo de Joaquim Marques Lisboa, Almirante e Marquês de Tamandaré, cuja íntima ligação com as atividades marinheiras se deve ao exemplo de seu pai, Francisco Marques Lisboa. Seu pai organizou e dirigiu um serviço de praticagem na Vila de Rio Grande e viria a se tornar uma pessoa influente na vila, integrando a Guarda Cívica, no posto de Capitão, além de receber os títulos de Segundo-Tenente honorário da Marinha e de Comendador da Ordem de Cristo. Segundo nos informa Francisco das Neves Alves:

Assim, o menino Joaquim nascera num meio propício àquela que seria uma marca registrada de sua futura existência, quer seja, uma vida profundamente relacionada com as lides marinheiras. O contexto era assim representado pelas atividades profissionais paternas e pela própria terra natal, a vila do Rio Grande e seu entorno banhado pelas águas. Na infância, ele teria amplo contato com as embarcações, mormente as de seu pai, com as histórias contadas pelo seu genitor e os empregados deste, bem como nas pescarias e nas brincadeiras de criança. Muito jovem ainda, em 1813, faria sua primeira viagem por mar, para o Rio de Janeiro, ao lado do pai, que retornaria. (ALVES, 2007, p. 6)

A vivência, desde tenra idade, em um ambiente marítimo lhe proporcionou a internalização de valores e crenças características dos “homens do mar”. No entanto, nada disso seria possível se não tivesse ocorrido um processo profundo de identificação com seu pai, elemento fundamental e decisivo para o destino profissional do Almirante Tamandaré. Os caminhos que o levariam em direção à Marinha já se tornavam inexoráveis. Sua prova de fogo se deu no processo de independência do Brasil. Na ocasião, ainda um adolescente, Joaquim atenderia à convocação para a guerra, não sem antes convencer seu pai. Ingressou na Esquadra Brasileira a 21 de novembro de 1822, como voluntário, tendo seu requerimento deferido no dia 4 de março de 1823, mesma data de seu embarque na fragata *Niteroi*. Participou ativamente do bloqueio ao porto de Salvador onde se encontravam as

tropas portuguesas, sob o comando do Governador das Armas general Inácio Luís Madeira de Mello, que não aceitaram a independência brasileira, e também da ação naval brasileira de perseguição à esquadra lusitana pelo Atlântico até ao litoral de Portugal, cujo objetivo era consolidar a independência nacional. Nessas missões, o futuro Marquês de Tamandaré desempenharia várias funções, recebendo suas primeiras condecorações, bem como manifestações abonadoras da parte do seu comandante John Taylor.

Conclusão

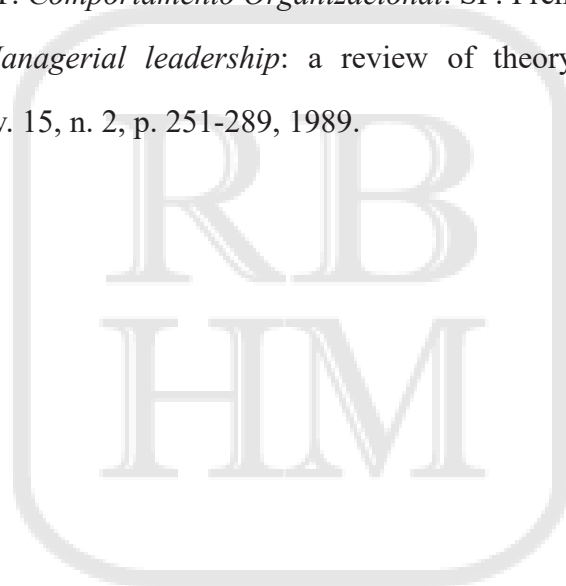
A prática da liderança no ambiente naval pressupõe um processo mútuo de ligação entre o líder e seus liderados. É função do oficial-líder promover a identificação necessária para que seus liderados se sintam revitalizados e inseridos em uma realidade psicossocial que lhes ofereça um sentimento de pertencimento ao grupo. A habilidade de ordenamento do real e suas ressonâncias no imaginário coletivo dos liderados é o que constitui a força do líder e fundamenta o exercício legítimo da sua influência.

Nesse processo de construção da liderança a formação de oficiais na Marinha do Brasil deve pressupor, além da capacitação profissional necessária a qualquer atividade marinheira, o espírito de equipe, a coragem moral, os valores éticos, a coragem de se reinventar diante de quaisquer desafios e situações, a crença na delegação de competências aos seus liderados, o estímulo à liderança eficaz em todos os níveis, a habilidade necessária de se colocar no lugar dos outros antes de tomar as decisões, a firmeza de propósitos e o desenvolvimento da capacidade de pensar estrategicamente.

Referências

- ALVES, F. N. *Almirante Tamandaré: o homem, o cidadão, o militar e sua conjuntura histórica*. 1. ed. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, 2007. v. 1. 38p.
- ALVESSON, M. *Leadership as social integrative action - a study of a computer consultancy company*. *Organization Studies*, v. 13, n. 2, p. 185-209, 1992.
- _____. *Leadership studies: from procedure and abstraction to reflexivity and situation*. Working Paper Series, Institute of Economic Research, Department of Business Administration, Lund University, 1995.
- BRYMAN, A. *Leadership in organizations*. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W.

- R. Handbook of organization studies. London: Sage Publications, 1996.
- DUPUY, J. P. *Nas origens das ciências cognitivas*. SP: UNESP, 1996.
 - HUNT, J. G. et al. *Emerging leadership vistas*. Massachusetts: Lexington Books, 1988.
 - MUELLER, Adriana, MAYER, Léia. *Liderança: Novos conceitos diante de uma nova realidade*. Artigo publicado no VI Semead, USP, 2012.
 - NUSSBAUM, Martha. *A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
 - OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom (Orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
 - RICOEUR, P. *O si-mesmo como um outro*. São Paulo: Papyrus, 1990.
 - ROBBINS, S. P. *Comportamento Organizacional*. SP: Prentice Hall, 2005.
 - YUKL, G. *Managerial leadership: a review of theory and research*. Journal of Management, v. 15, n. 2, p. 251-289, 1989.



O ESTADO IMPERIAL E A GUERRA: REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES INTRAESTATAIS E A GESTÃO DOS CONFLITOS NO PRATA DURANTE O SEGUNDO REINADO (1850-1876)

Renato Jorge Paranhos Restier Junior¹

Resumo: O presente ensaio tem por objetivo levantar algumas reflexões acerca da dinâmica intraestatal do Estado Imperial em períodos de guerra; de suas ações políticas relacionadas à gestão de conflitos externos; das instituições com atuações diretas durante conflitos e dos grupos políticos nelas envolvidos; e, por fim, das correntes teóricas que influenciaram a conduta político-estratégica do uso da força militar pelo Império do Brasil no Prata durante o Segundo Reinado, a saber: Guerra contra Oribe e Rosas entre 1851 e 1852, intervenção no Uruguai em 1864 e Guerra do Tríplice Aliança entre 1865 e 1870, além da ocupação político-militar no Paraguai entre 1869 e 1876.

Palavras-chave: Estado Imperial; Historiografia; Guerra.

Abstract: The present essay aims at raising some reflections about the intrastate dynamics of the Imperial State in periods of war; of its political actions related to the management of external conflicts; institutions with direct actions during conflicts and the political groups involved; and, finally, the theoretical currents that influenced the political-strategic conduct of the use of military force by the Empire of Brazil in the Silver during the Second Reign, namely: War against Oribe and Rosas between 1851 and 1852, intervention in Uruguay in 1864 and War of the Triple Alliance between 1865 and 1870, besides the political-military occupation in Paraguay between 1869 and 1876.

Keywords: Imperial State; Historiography; War.

O presente ensaio tem por objetivo levantar algumas reflexões acerca da dinâmica intraestatal² do Estado³ Imperial em períodos de guerra; de suas ações políticas relacionadas à gestão de conflitos externos; das instituições com atuações diretas durante conflitos e dos grupos políticos nelas

¹ Historiador, Especialista em História Militar pela UNIRIO e Mestre em História Política pela UERJ.

² Por dinâmica intraestatal entendemos a relação entre funcionamento das instituições políticas do Estado vinculadas à conduta guerra – seriam essas instituições: do Legislativo o Parlamento, configurado em suas duas casas; do Executivo o próprio imperador (Poder Moderador), o Conselho de Estado e os ministérios da Guerra, da Marinha e dos Negócios Estrangeiros – com as relações tecidas entre elas, considerando ainda os interesses de grupos nelas inseridos.

³ Estamos entendendo o Estado como o ordenamento político de uma comunidade. Ver BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*: para uma teoria geral do Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 73. Mais a frente, apresentaremos uma discussão historiográfica sobre o Estado do Império do Brasil nesse contexto.

envolvidos; e, por fim, das correntes teóricas que influenciaram a conduta político-estratégica do uso da força militar pelo Império do Brasil no Prata durante o Segundo Reinado, a saber: Guerra contra Oribe e Rosas entre 1851 e 1852, intervenção no Uruguai em 1864 e Guerra do Tríplice Aliança entre 1865 e 1870, além da ocupação político-militar no Paraguai entre 1869 e 1876.

A Política Externa do Brasil no Prata: o jogo subregional

Na segunda metade do século XIX, após o Estado Imperial atingir maior equilíbrio interno com o fim dos conflitos regionais e consolidar suas instituições políticas, o governo dirigiu suas atenções para a região do Prata,⁴ até a desocupação territorial do Paraguai em 1876, justificando, portanto, nosso corte temporal. A assunção do Visconde do Uruguai⁵ a pasta dos Negócios Estrangeiros marcou o início de um período em que o Império do Brasil estabeleceu uma política intervencionista no Prata, utilizando suas forças militares⁶ como instrumento para consecução de seus objetivos geopolíticos. Amado Cervo afirma que o “Prata foi a área que correu solta a política de potência do Estado-Império brasileiro”.⁷

Mesmo tendo se comprometido a “zelar pela independência e paz do Uruguai”,⁸ o Brasil tinha ainda pendências territoriais com este país, somente resolvidas em 1857, após as ratificações dos tratados assinados em 1852 e 1853, determinando os limites dos dois países entre o Rio *Quaraí* e “a Barra do Rio Chu”.⁹ Entre o final da Cisplatina (1828) e a assinatura dos tratados supracitados, a situação se tencionou com a eclosão da guerra civil no Uruguai entre blancos e colorados nas décadas de 1830 e 1850. A essas tensões territoriais se somaram outras preocupações: as intenções do caudilho argentino Juan Manuel de Rosas em seu apoio aos blancos uruguaios,¹⁰ sob a liderança de outro caudilho Manuel Oribe,¹¹ que se opunha aos projetos do Império na região; e o apoio a Bento

4 Ver FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

5 Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai, esteve à frente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros pela primeira vez em 1843, se retirando no ano posterior. Contudo, foi somente em sua segunda gestão, iniciada em outubro de 1849, que estabeleceu a diretriz política de atuação intervencionista no Prata, no sentido de evitar anexações no Prata por qualquer país da região..

6 Em síntese, além da articulação diplomática que era o mecanismo preferido pelo governo, foram empreendidos esforços militares em guerras e intervenções contra a aliança entre o Uruguai de Manuel Oribe e a Confederação Argentina de Juan Manuel de Rosas (1851-1852); contra o governo Blanco no Uruguai em 1864; e, finalmente, contra o Paraguai em 1865.

7 CERVO, Amado Luiz. “O controle do Prata” in CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 109.

8 Cf.: BARROS, Orlando de. *Sinopse da História das Relações Externas Brasileiras*, in LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (Org.), *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 54.

9 CARVALHO, Delgado. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional 1975, p. 68.

10 DORATIOTO, Francisco Fernando Moteoliva de. *A maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 26.

11 Foi ministro da guerra do Uruguai, dando um golpe de Estado em 1835. O General Frutuoso Rivera, o primeiro presidente eleito e que sofrera o golpe, organizou suas forças e finalmente derrotou Oribe, em 1838, numa batalha em Palmar, após o bloqueio franco-britânico do Rio da Prata impedindo a chegada de ajuda de Rosas a Oribe.

Gonçalves, líder da farroupilha.

Quando Rosas rechaçou o tratado de aliança com o Brasil em 13 de abril de 1844, o “alarme que soou na chancelaria imperial” encontrou eco na imprensa. A possibilidade de Rosas por em prática o desejo de submeter o Uruguai e, depois, invadir o Rio Grande, fez com que a diplomacia imperial buscasse um acordo franco-britânico para uma intervenção contra Rosas, “[...] acenando com a muito desejada abertura do Rio da Prata à navegação internacional”.¹²

Em 16 de março de 1851, após frustradas intervenções franco-britânicas, Paulino José Soares de Souza anunciou ao representante do Uruguai que o Brasil defenderia o governo de Montevideú do cerco militar promovido por Oribe.¹³ Este novo posicionamento resultou na formação de alianças com Justo José Urquiza, governador da Província de Entre Rios, e com o governo legal do Uruguai, apoiando o General Frutuoso Rivera.

Foi nomeado para comandar as tropas do Exército Imperial o General Conde de Caxias, que acumulava a função com a presidência da Província do Rio Grande do Sul, seguindo para Assunção em junho de 1851. Havia já a essa época uma força naval no Prata, basicamente concentrada no Porto de Montevideú.¹⁴ Para o comando dessa esquadra, foi nomeado o veterano das Guerras de Independência e Cisplatina, o Chefe de Esquadra John Pascoe Grenfell. Em 10 de outubro, o General Oribe capitulou frente às tropas de Urquiza.

Em novembro, estabelecidas as alianças entre o Império, os colorados uruguaios e as Províncias de Entre Rios e Corrientes, as preocupações voltaram-se para Rosas. Em fevereiro de 1852, a guerra chegava ao fim com a derrota das forças de Rosas em Monte Caseros, que, por sua vez, já se encontrava a caminho da Inglaterra. As províncias argentinas assinaram, em maio de 1852, o Acordo de San Nicolás, redefinindo o Pacto Federal de 1831 que havia criado a Confederação Argentina. Buenos Aires recusou-se a jurar a Constituição de 1852, que sacramentou as “alterações descentralizadoras”,¹⁵ pois persistia “no projeto de um Estado argentino no qual seria hegemônica”,¹⁶ elaborando sua própria Constituição em 1854. Dessa forma, passaram a existir a Confederação Argentina, com sede no Paraná, e o Estado de Buenos Aires. O Brasil, então, assinou com a Confederação Argentina os Tratados de Amizade, Comércio e Navegação em 1856, dando início,

12 MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginário geográfico e política externa no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna 1997, p. 160.

13 MAIA, João do Prado, *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1975, p. 256.

14 Cf.: *Ibid.*, p. 256.

15 DORATIOTO, 2002, p. 29

16 *Ibid.*

segundo a análise de Orlando de Barros, a um período de “paz e cooperação com o Império”.¹⁷

Na maior guerra vivenciada na América do Sul a dinâmica de alianças foi alterada completamente, pois Rio de Janeiro e Buenos Aires, inimigos em pelo menos duas guerras, tornaram-se aliados contra um país que, até a década de 1850, não representava qualquer ameaça ao Império do Brasil, o Paraguai. Vale lembrar que este país foi o único do antigo Vice-Reino do Prata que não se viu em meio a guerras civis. Manteve-se isolado em todo período da ditadura de Gaspar de Francia, isolamento este agravado pelas tentativas rosistas de se impor às antigas províncias daquele vice-reino. Na década de 1840, o Brasil buscou uma aproximação com o intuito de isolar Rosas na região do Prata. Carlos Lopez, que assumiu a presidência em 1844,¹⁸ promoveu na década seguinte um processo de modernização das forças armadas, sem capital estrangeiro, mas com tecnologia e técnicos contratados de outros países, principalmente britânicos. Sem mudar o sistema econômico de seu país, Carlos Lopez reorientou sua política no sentido de abrir espaços, como observou Bandeira, intervindo no conflito com Rosas e relacionando-se com comerciantes estrangeiros.¹⁹

Enquanto havia Rosas, Brasil e Paraguai nulificavam seus problemas de fronteira. Contudo, a vitória sobre esse caudilho portenho fez com que tal aliança perdesse sentido, pois reapareceram os problemas anteriores. O Paraguai, segundo Bandeira, “era um dos países, que recalcitravam, na Bacia do Prata, repulsando a hegemonia do Brasil.”²⁰ Garantir a livre navegação no Rio *Paraguai* para ter acesso ao Mato Grosso e, conseqüentemente, manter esta província como parte do Império era um dos principais objetivos da política externa regional brasileira. Contudo, à livre navegação vinculavam-se frequentemente as contendas diplomáticas entre brasileiros e paraguaios sobre o território litigioso entre os Rios *Apa e Branco*.

No início de 1860, se reconfigurou o cenário político platino com a unificação argentina sob a égide de Buenos Aires; com a ascensão de Solano López no governo do Paraguai, após a morte de seu pai, Carlos López, em 10 de setembro; com a ascensão do Partido Blanco ao governo do Uruguai; e com a formação do gabinete liberal no Império do Brasil. Ao mesmo tempo em que as pendências territoriais eram um dos pontos de atrito com o Império do Brasil, para prosseguir com

17 BARROS, Orlando de. “Sinopse da História das Relações Externas Brasileiras”. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams de (org.). *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 55.

18 Após a morte de Francia, foi organizada sucessivamente duas juntas militares e um consulado, composto por Mariano Roque Alonso, militar, e Carlos Lopes, advogado e proprietário de terra. Em 1844, após reunião do Congresso, López ocupa a presidência. Cf.: DORATIOTO, op. cit., p. 26.

19 BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. São Paulo/Brasília: Ensaio/UNB, 1995, p. 80.

20 *Ibid.*, p. 97.

o seu desenvolvimento o Paraguai necessitava expandir o comércio externo, de forma a se projetar para além de seus territórios, o que aumentava as divergências com o Brasil.²¹ Nesse sentido, Solano López se aproximou dos blancos no Uruguai, arredios à influência do Brasil em seu país, o que acabou se tornando o estopim para a guerra.

No ano de 1862 as questões caminhavam, cada vez mais, para desfechos extremos com o desenrolar da guerra civil uruguaia. Em abril, Venâncio Flores invadiu o Uruguai com forças organizadas em Buenos Aires. O presidente blanco Bernardo Berro ainda se via às voltas com a pressão da chancelaria imperial por satisfações quanto as acusações de violência contra súditos brasileiros no Uruguai. As tensões internas no Brasil também cresciam com as constantes reclamações dos gaúchos residentes no Uruguai. No início de 1864, o Conselheiro Saraiva buscou, contando com o apoio da Argentina e, inclusive, da Inglaterra, obter reparações do governo Blanco às califórnicas uruguaias contra os fazendeiros sulistas²². Foi nomeado para comandante em chefe das forças navais brasileiras do Rio da Prata o Vice-Almirante Barão de Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa, que chegou a Montevideu em 16 de maio.²³ A “Missão Saraiva”, como ficou conhecida, malogrou, resultando no início da intervenção militar do Império em novembro de 1864, ocasionando, no ano seguinte, a derrubada do governo Blanco e assunção de Venâncio Flôres da presidência.

Enquanto prosseguiam as operações no Uruguai, o Paraguai apresava navios brasileiros no Rio *Paraguay* e invadia o Mato Grosso. Em abril do ano seguinte o Rio Grande do Sul sofreu também a ocupação paraguaia. Para promover esta última invasão, López atravessou Corrientes sem autorização do governo argentino. Ao contrário do que ele esperava, não conseguiu o apoio direto de Urquiza, que em 1859 havia rompido diplomaticamente com o Brasil, e acabou consolidando a aliança entre Brasil e a Argentina, inicialmente neutra. Em 1º de maio de 1865, os representantes do Brasil, do Uruguai e da Argentina, assinaram o Tratado da Tríplice Aliança para enfrentar o governo do Paraguai que, sozinho, sustentou uma guerra que durou até março de 1870, após a morte de Solano López, arruinando a economia e causando grandes baixas na população paraguaia.

Em janeiro de 1869 iniciou-se a ocupação político-militar de Assunção. Até aproximadamente 1868, Brasil e Argentina tinham afinidades políticas em função de ambos os governos estarem ocupados

21 Inclusive o chá era um produto comercializado por ambos os países, produzido especialmente na região litigiosa. Essa produção fazia com que, em épocas de farta produção, os preços despencassem, o que era muito prejudicial para o Paraguai que necessitava desse item de exportação imprescindível para a continuação da modernização de sua economia. No ano de 1862, o mercado estava saturado.

22 É importante destacar que os fazendeiros sulistas também mantinham essas práticas de invasões nas propriedades uruguaias.

23 MAIA, 1975, p. 260.

por políticos liberais.²⁴ Contudo, em julho do mesmo ano, com a volta dos conservadores na formação do gabinete imperial e com Sarmiento no governo argentino, a diplomacia brasileira orientou-se no sentido de garantir a independência do Estado Paraguai e evitar qualquer influência de seu antigo e efêmero aliado. O governo do Império procurou romper a aliança com a Argentina, “[...] mas de forma natural, com o desaparecimento dos motivos que levaram à sua continuação”.²⁵ Segundo Orlando de Barros, no fim do conflito, a Argentina fez “exigências territoriais inaceitáveis para o Brasil – e isto se tornou fator de discórdia”,²⁶ que quase os levou a um novo conflito. Finalmente em 1876 foi assinado o Tratado de Paz, Limites, Amizade e de Comércio entre Argentina e Paraguai. Com isso as forças de ocupação, tanto argentinas quanto brasileiras, iniciaram o processo de retirada.²⁷ Com este tratado, e o posterior arbitramento do presidente dos Estados Unidos Rutherford Hayes, favorável ao Paraguai em relação às questões territoriais com a Argentina, as demandas da política externa brasileira foram atingidas.

Tecendo alguns fios

A historiografia, das mais diversas tendências, contribuiu em diversos aspectos para o estudo das ações político-diplomáticas do Império no Prata, e a Guerra do Paraguai foi a mais privilegiada em termos de estudos estratégicos. Notadamente há uma grande quantidade de estudos sobre as operações militares das forças de terra e alguma produção sobre as forças de mar. Contudo, para além dos aspectos tático-estratégicos das operações nesses campos de batalha, não há um estudo sobre o funcionamento do Estado Imperial na gestão desses conflitos. Para podermos resolver essa problemática, propomos desmembrá-la em três direções: de um lado, sobre a própria dinâmica intraestatal nessas guerras, ou seja, sobre o funcionamento do Estado quando da necessidade de uso da força militar; de outro, no campo do pensamento que norteia as ações, em outras palavras, o sentido da guerra e, como resultado, as formas de conduzi-la; e, por fim, na relação do centro político (a Corte) e o desenvolvimento das campanhas nos teatros de operações.

A gestão de todo conflito e a conduta político-militar de um país escapa à simples esfera das

24 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva de. “De aliados a rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876)”. *Revista Múltipla*, Brasília, 4(6), julho de 1999, p. 27. Desconfiamos que este suposto alinhamento político-ideológico apresentado pelo autor não sustente o estreitamento das relações entre o Império e a Argentina. Acreditamos na possibilidade de interesses mais profundos para momento político entre esses dois países constantemente rivais na América do Sul que ainda não foram estudados pela historiografia.

25 *Ibid.*

26 BARROS, 2007, p.57.

27 DORATIOTO, op. cit., p. 33.

instituições militares. Vincula-se também à própria característica política de um Estado em termos de uso da força, à sua organização, funcionamento de suas instituições relacionadas à guerra e os grupos e/ou pessoas que as dominam, bem como a política externa de maneira geral. Em síntese, não se tem clareza de quais instituições vinculavam-se diretamente a conduta da guerra, menos ainda seus papéis e suas relações. Poderíamos ainda questionar se havia, dentre elas, aquela cuja responsabilidade pesava na produção das diretrizes político-estratégicas para as guerras e os grupos que controlavam esse processo. Ainda nessa perspectiva, a própria relação do Estado com as províncias durante esses períodos, principalmente no tocante às necessidades de obtenção de recursos materiais, financeiros e humanos (recrutamento), tendo em vista que a maioria dessas guerras se concentrou na região Sul, distante de outras províncias como as do Norte que não eram afetadas diretamente.

Além disso, conforme observou Anatol Rapaport na introdução de *On War* de Carl von Clausewitz,²⁸ a guerra é aquilo que dela se pensa e, conseqüentemente, a forma que ela é pensada influencia a sua conduta. Nesse sentido, quais correntes teóricas influenciaram a forma de pensar e conduzir as guerras no Prata?

A Guerra da Tríplice Aliança, por exemplo, que foi a mais longa guerra que o Brasil enfrentou na América do Sul, se insere numa atmosfera de transformações da guerra devido as transformações provocadas pela Revolução Industrial.²⁹ Isso nos leva a questionar também as influências empíricas das guerras que ocorriam no mundo concomitantemente na mentalidade político-estratégica dos homens de Estado, já que muitos eram jovens ainda durante as guerras napoleônicas e estavam vivenciando uma nova era tecnológica que será analisada.

Por fim, como esse Estado se relaciona com seus comandados na direção da guerra, considerando as grandes distâncias entre a Corte e o cenário de guerra? Até que ponto as ações em guerra escapavam às decisões do centro irradiador, tendo em vista a lentidão das orientações em relação à dinâmica da guerra? Qual nível de autonomia dos poderes locais, ou seja, dos comandantes de navios e de tropas? Havia uma autoregulação? Como prestavam contas ao Estado? Qual o papel dos agentes oficiais do Estado e quem eram eles?

28 RAPAPORT, Anatoli. "Introduction" in CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Harmondsworth: Penguin Books, 1968, p. 12.

29 HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios, 1875-1914*. São Paulo: Cultrix, 2009, p. 470.

A historiografia sobre o tema

Para a construção dessas questões, teremos que nos debruçar numa historiografia com diferentes enfoques: sobre a organização do Estado Imperial, mais especificamente que trate de sua formação e instituições; sobre a política externa do Brasil no período; outra que trate da história das guerras e/ou a conduta da guerra do Brasil no Prata; e, por fim, que analise o pensamento político do período.

Para o estudo do processo de formação e consolidação do Estado Imperial devemos nos debruçar sobre obras clássicas como *Os Donos do Poder* de Raymundo Faoro,³⁰ para quem o esquema político do Estado do Império do Brasil, para não ser despótico e nem fraco, estabeleceu um sistema de tutela, em que o Senado era o espaço para o entendimento das diferentes regionalidades tuteladas por um grupo já experimentado politicamente; *A Construção da Ordem e Teatro de Sombras* de José Murilo de Carvalho³¹, em seu estudo sobre a estruturação do Estado Imperial a partir de uma elite homogênea, vinculada a uma formação comum e abrigada na magistratura; e Ilmar de Matos com o *Tempo Saquarema*,³² em suas considerações sobre a consolidação das instituições políticas do Império a partir da retomada do poder pelo Partido Conservador no período intitulado “Retorno”. Outrossim, recentes obras como o *Pacto Imperial*, de Miriam Dolhnikoff,³³ e *Império das Províncias* de Maria de Fátima Gouvêa,³⁴ abordam a dinâmica do Estado a partir da análise das províncias, buscando entender como o Estado se articula junto às administrações locais para a sua consolidação.

Sobre as instituições políticas poucos trabalhos podem ser referenciados. Obras como *Instituições Políticas do Império* de Lyra Tavares, e a coletânea *História Administrativa do Brasil* organizada por Vicente Tapajós³⁵ são importantes para a noção organizacional; contudo, por serem obras bastante descritivas, não possuem a função de analisar as dinâmicas internas e externas das mesmas, menos ainda as relações tecidas no âmbito das decisões junto aos outros órgãos do Estado. Para tanto, os trabalhos de Amado Cervo em *O Parlamento Brasileiro e a política externa*,³⁶ e mais

30 FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2001.

31 CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial – Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

32 MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Acces, 1994.

33 DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

34 GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2008.

35 PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo; TAPAJÓS, Vicente. *Organização e administração do ministério do exercito*. Brasília, D.F. Enap 1994; SOARES, Teixeira. *Organização e administração do Ministério dos Estrangeiros*. Brasília, D.F.: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984; CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil; organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Coord. Vicente Tatapajós. Brasília – Rio de Janeiro. Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986.

36 CERVO, Amado. *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: EdUnb, 1981.

recentemente os trabalhos de Maria Fernanda Martins e de Reinaldo Lopes sobre o Conselho de Estado³⁷ são muito úteis pela profunda análise do funcionamento e atuação desses órgãos na política do Império.

Quanto à política externa, podemos apontar três vertentes interpretativas sobre as relações políticas que o Brasil teceu no Cone Sul. A primeira procura explicar os conflitos do Brasil no Prata como resultado das agressões platinas aos direitos e à soberania do Estado Imperial.³⁸ Nos anos de 1970, essa noção se inverte e essas guerras passam a ser entendidas como consequências das ações brasileiras regidas pelos interesses imperialistas britânicos na América do Sul, cuja obra mais influente foi *Genocídio Americano*, do jornalista Júlio Chiavenatto.³⁹ Concordamos com a terceira vertente que analisa esses atritos a partir das próprias diretrizes políticas brasileiras⁴⁰, ou, em outras palavras, que os conflitos na região do Prata resultaram do choque entre projetos geopolíticos diferentes formulados pelo Império do Brasil e pelos Estados nacionais platinos em formação. Em diversos momentos, a chancelaria imperial agiu, inclusive, independente dos interesses políticos da Inglaterra.⁴¹

Sobre a Guerra do Paraguai, foram publicados inúmeros trabalhos. Num esforço de síntese, poderíamos citar três obras que são, para os estudiosos deste tema, as mais representativas em termos de transformações na historiografia da maior guerra platina. A primeira, de autoria de Tasso Fragoso, intitulada *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*,⁴² constitui um grande exemplo de historicismo oitocentista, rico em descrição das operações indispensável para qualquer estudioso do assunto, mas carece de reflexões profundas. Novamente referenciamos a obra de Julio Chiavenatto que entendeu a guerra em questão enquanto instrumento do Imperialismo britânico, pois na visão desse autor o processo de autonomia econômica paraguaia era um exemplo que poderia questionar a hegemonia britânica na América do Sul.⁴³ Atualmente é bastante criticado pela historiografia, acusado de produzir um trabalho exacerbadamente ideológico e de poucas comprovações empíricas. A partir da década de 1990, foi produzido um conjunto de obras buscando novas abordagens e explicações

37 MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007; LOPES, J. R. L. *O oráculo de Delfos - Conselho de Estado no Brasil Império*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. VI

38 CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927-28. 2v.; SOARES, 1978, 1980; CARVALHO, 1975.

39 CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

40 SILVA; GONÇALVES, 2009; MAGNOLI, 1997; e CERVO, 2008, FERREIRA, 2006.

41 BANDEIRA, 1998.

42 Cf.: FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956-9.

43 Cf.: CHIAVENATTO, op. cit., 1979.

para a guerra em questão.⁴⁴ Dentre elas, citemos *Guerra do Paraguai. Escravidão e Cidadania na formação do Exército Brasileiro* de Ricardo Salles, *O cerne da discórdia* de Vitor Izecksohn e *A Maldita Guerra* de Francisco Doratioto, que desconstroem algumas afirmações do estudo de Chiavenatto, especialmente no que se refere à atuação da Inglaterra no conflito.

Sobre a história do pensamento político brasileiro, autores como João Camilo de Oliveira Torres⁴⁵ e João Cruz Costa⁴⁶ são importantes para entendermos as ideias que circulavam no Império e mesmo sobre a formulação política do Estado. Contudo, obras recentes como *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)* de Andréa Slemian,⁴⁷ *As Palavras e a lei - direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno* de José Reinaldo Lopes⁴⁸ e *O Império dos Bacheréis: o Pensamento Jurídico e a Organização do Estado-nação no Brasil* de Mozart Linhares,⁴⁹ além da coletânea organizada por Carlos Guilherme Mota⁵⁰ sobre os juristas na formação do Império, apontam novas abordagens que serão aproveitadas nesse trabalho tendo em vista que os homens de Estado que estamos nos referindo são, em sua maioria, formados em Direito na Universidade de Coimbra, de São Paulo e Olinda/Pernambuco, treinados para a formulação jurídica da burocracia.

A despeito dos diversos estudos sobre o Estado do Império do Brasil, longe estamos de compreendermos todas as suas manifestações de poder. Se um Estado centralizado por meio de um aparato burocrático baseado num esquema clientelar e patrimonialista conforme Fernando Uricochea em *O Minotauro Imperial*,⁵¹ cujo corpo burocrático era formado por uma elite treinada para o exercício de gestão do Império, numa perspectiva weberiana, como aponta José Murilo de Carvalho⁵² em obra já citada; ou de considerado grau de representatividade conforme João Camilo de Oliveira Torres

44 Cf.: DORATIOTO, 2002. Ver também IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai. Escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; e SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai. Memórias e Imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

45 Ver TORRES, João Camilo de. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1964.

46 Ver COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956. No entanto, cara a esta obra foi negligência em sua análise da relação das correntes de pensamento – entendidos como “escolas” – com a prática político dos autores.

47 SLEMIAN, A. . *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

48 LOPES, J. R. L. . *As Palavras e a lei - direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2004. v. 1.

49 SILVA, Mozart Linhares da. . *O Império dos Bacheréis: O Pensamento Jurídico e a Organização do Estado-nação no Brasil*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2003.

50 MOTA, Carlos Guilherme (Coord.). *Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro – século XVI a 1850*. São Paulo: Quartel Latin, 2006.

51 URICOCHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Difel, 1978.

52 CARVALHO, 2008.

em *A Democracia Coroada*,⁵³ e mesmo um Estado formulado a partir do pacto federativo com as províncias como propõe Miriam Dolhnikoff.⁵⁴ Sobre a gestão da guerra, não há nenhum trabalho que aborde o tema, menos ainda que analise o pensamento político do Império em termos de uso da força e suas influências teóricas. Na verdade, tirando os estudos das guerras em si e da política externa do Império, há uma lacuna sobre o Estado Imperial brasileiro em sua organização e conduta no emprego do aparato militar. Entendemos que nossa proposta de estudo permitirá abrir uma nova perspectiva sobre o funcionamento do Estado do Império do Brasil.

O Estado, a política e a guerra em outras possibilidades de abordagens

Nosso objeto de estudo demanda o diálogo entre três campos – ou espaços de concentração – dos estudos históricos: a história política, a história militar e a história das relações internacionais, que passam por grandes transformações e refinamentos há pelo menos quatro décadas.

No caso da história política, negligenciada pela historiografia de influência estruturalista e marxista⁵⁵, sua recuperação se deveu a fatores tanto exógenos quanto endógenos. Além do recuo do estruturalismo e do marxismo na década de 1970 – fatores exógenos –, a própria redefinição do objeto da história política contribuiu para a sua revalorização. O Estado continua sendo um dos principais objetos da história política, contudo este campo não se limita ao Estado e suas manifestações. Podemos apontar como objetos da história política a cultura política, as ideias e representações políticas; a história das instituições políticas e suas relações com a sociedade; os fenômenos de crenças e de transmissão de normas e valores políticos; a prosopografia política que representa atualmente um dos mais férteis objetos de estudos; as biografias, compreendendo a necessidade de relacionar tempo e espaço com o indivíduo; as instituições políticas e suas dinâmicas internas e externas; enfim, existe um universo de possibilidades de estudos. Como afirma Rémond, a “[...] renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas”.⁵⁶

Ampliaram-se também as possibilidades de estudos dos fenômenos militares. Estes não são mais entendidos apenas como a continuação da política. Menos ainda seus estudos se reduzem aos

53 TORRES, 1964.

54 DOLHNIKOFF, 2005.

55 SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora. Pour une histoire culturelle du politique in BERNSTEIN, Serge e MILZA, Pierre (dir.). *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998, p. 383.

56 RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 29.

elementos técnicos das batalhas. Segundo o professor Paulo Parente:

Devemos entender a Guerra como uma estrutura histórica dinâmica no tempo das civilizações, como outras estruturas históricas de investigação definidas pelos historiadores, tais como a economia, a cultura, a religião, o direito, dentre outras. Assim, a noção de História e o conceito de Guerra não são os mesmos em todas as culturas e muito menos não são autoevidentes aos historiadores.⁵⁷

Em se tratando das transformações teóricas e metodológicas da história das relações internacionais, temos que referenciar o pioneirismo do historiador francês Pierre Renouvin. As perspectivas apresentadas por Renouvin em *Introdução à História das Relações Internacionais*, obra escrita em parceria com Jean-Baptiste Duroselle, estabeleceram novas preocupações em relação aos fenômenos internacionais. Nesta obra, os autores apontam a necessidade de incorporar na análise das relações internacionais elementos internos como os jogos políticos, as orientações político-filosóficas dos homens de Estado, a cultura, a economia, enfim, o contexto social de uma maneira geral.⁵⁸ Há, atualmente, a preocupação de considerar a diversidade de agentes que interferem no comportamento dos países no cenário internacional e, mesmo dentro da própria teoria das relações internacionais, são reconhecidos os agentes não-Estatais na dinâmica internacional, como, por exemplo, as Organizações Não-Governamentais e as empresas multinacionais, que são importantes articuladores internacionais. Na realidade, as relações internacionais transcendem o jogo entre os Estados no sistema internacional.

59

Contudo, a despeito de compreendermos o papel dos agentes não-estatais no jogo internacional, não nos cabe entrar num debate dentro da teoria das relações internacionais sobre a preponderância ou não desses atores no sistema internacional, pois o que nos interessa nesse trabalho é a “ação estatal e dos elementos de conflito e interesse condicionantes a essa ação”.⁶⁰ Ainda assim, no que tange à política externa, sua “definição e implementação é prerrogativa do Estado”⁶¹, mesmo

57 PARENTE, Paulo André Leira. “Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação” in *A Defesa Nacional*, nº 806, 3º Quadrimestre de 2006, p.69.

58 RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jen-Baptiste. *Introdução a História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

59 Em contraposição aos liberais, a corrente realista da teoria das relações internacionais atribui um peso muito pequeno ao papel dos atores não-estatais. Contudo, ambas as correntes reconhecem a existência destes atores. Cf.: PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p. 127. Nogueira e Messari chegam a dizer na introdução da obra conjunta *Teoria das Relações Internacionais* que o sistema de Estados não é o exclusivo objeto dos estudos em relações internacionais. Ver NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Campus, p. 3.

60 OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 2 (grifo do autor).

61 Ibid.

considerando as influências dos grupos políticos em seu interior. A perspectiva apresentada por Altemani se adequa sobremaneira ao nosso trabalho, pois estamos preocupados com os reflexos para a política externa do Império do Brasil na região do Prata das relações políticas inseridas na estrutura do próprio Estado Imperial, cujo epicentro dessa dinâmica é a guerra. Nesse sentido é que também estamos entendendo a guerra. Temos consciência do quão complexo é este conceito, sua pluralidade de interpretações e sua polissemia que está atrelada às diferentes temporalidades e culturas.⁶² Porém, retemos nossas atenções no estudo das guerras a partir do Estado Imperial, portanto estamos aqui aplicando o entrelaçamento clausewitziano de guerra e política, ou guerra e Estado, concordando com Corvisier de que em todos esses casos, “a política comandou o começo, o desenrolar e o fim do conflito”.⁶³

Segundo Norberto Bobbio, as duas fontes principais para o estudo do Estado são a “história das instituições políticas” e a “história das doutrinas políticas”, que não se excluem e nem devem ser confundidas. Apesar das doutrinas que ajudam a modular o funcionamento das instituições, essas não podem ser entendidas apenas pelas teorias que as circunscrevem:

Nenhuma dúvida sobre a importância que pode ter a obra de Aristóteles para o estudo das instituições políticas das cidades gregas, ou o livro VI da História de Políbio para o estudo da constituição da república romana. Mas ninguém se contentaria em ler Hobbes para conhecer o ordenamento dos primeiros grandes Estados territoriais da idade moderna, ou Rousseau para conhecer o ordenamento das modernas democracias.⁶⁴

Para Bobbio, depois do estudo da história, seguem-se os estudos das leis que regulam a relação entre “governantes e governados”, tendo em vista que “as primeiras histórias das instituições foram histórias do direito, escritas por juristas que com frequência tiveram um envolvimento prático direto nos negócios de Estado”.⁶⁵ Esta perspectiva se adequa perfeitamente ao nosso objeto, tendo em vista o papel dos magistrados, dos juristas, na formação do Império do Brasil como formuladores das normas de funcionamento da estrutura do Estado.⁶⁶

Por fim, devemos considerar também em nosso trabalho as novas perspectivas de análise

⁶² Uma das mais emblemáticas obras sobre o tema, propondo uma visão antropológica da guerra, é *Uma história da guerra* de John Keegan.

⁶³ CORVISIER, André. *A guerra: ensaios históricos*, Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999, p. 328.

⁶⁴ BOBBIO, 1987, p.53.

⁶⁵ *Ibid.*, p.54.

⁶⁶ Para José Murilo de Carvalho, em *A construção da ordem*, a formação do Estado Imperial centralizado resultou do esforço de uma elite política treinada para a burocracia pública, inserida na magistratura, formada em sua maioria em Coimbra, cujo curso de Direito havia sido reformulado por iniciativa do Marquês de Pombal com o intuito de formar homens especializados para a gestão do Império português.

da história das instituições. Para além de uma percepção do movimento para fora, ou seja, quando as instituições se manifestam política e economicamente em sociedade, Jorge Javier Romero propõe uma inversão dessa lógica quando atenta para a influência dos atores sociais no comportamento institucional.⁶⁷ Desta feita, as instituições passam a ser entendidas não apenas como categorias atemporais e à margem da sociedade, acompanham também as mudanças sociais e atuam de acordo com os grupos e/ou indivíduos que as formam, como também podem se transformar em espaços privilegiados para as articulações de diferentes atores políticos.

Considerações finais

Na verdade, o que faremos aqui é levantar algumas hipóteses que precisam de um longo caminho de pesquisas. Começemos, então, a abrir as possibilidades. Podemos inicialmente afirmar que as instituições que se relacionavam diretamente com o trato da guerra eram o Imperador (aqui, pensado como Poder Moderador); o Parlamento em suas duas casas; os ministérios da Marinha, da Guerra e dos Negócios Estrangeiros; e o Conselho de Estado. O Parlamento funcionava como agente de pressão e, nele, não houve muitas divergências partidárias no trato da política externa, conforme apontado por Amado Cervo.⁶⁸ No entanto, as dissensões regionais se apresentavam mais expressivamente, pois as guerras em questão se concentraram no sul. Logo, a insistência no Parlamento para ações de força do Estado se originaram nos deputados que representavam a aristocracia nessas províncias (em especial, o Rio Grande). Os ministérios eram os executores da política e suas decisões estavam limitadas à sanção parlamentar – especialmente no que se referia às políticas de distribuição de recursos orçamentários vinculadas ao esforço de guerra –, às decisões do Conselho de Estado e ao próprio imperador. Este servia, na maioria das vezes, como um árbitro dessas relações e confiava as maiores decisões ao Conselho de Estado, contudo em diferentes momentos, como o da própria Guerra da Tríplice Aliança, determinava as medidas a serem tomadas pelo governo. O Conselho de Estado era o formulador da política da guerra em praticamente todas as ocasiões, conforme estudo preliminar das Atas do Conselho de Estado. Dentre essas instituições, o Conselho de Estado era o órgão preponderante em termos de gestão da guerra. Todas as questões mais graves, cuja decisão exigia a reunião dos mais altos homens de Estado junto ao Imperador, eram levadas a esse conselho.

67 ROMERO, Jorge Javier. “Estudio Introductorio. Los nuevos institucionalismos: sus diferencias, sus cercanías”. In: DIMAGGIO, Walter W. Powell, Paul J. (Org). *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México: Universidad Autónoma del Estado de México, 1999.

68 CERVO, 1981.

Inseridos nele, conservadores como José Maria da Silva Paranhos, Paulino José Soares de Souza, Luís Alves de Lima e Silva e Honório Hermeto Carneiro Leão preponderaram enquanto condutores da guerra. E mesmo durante a Guerra da Tríplice Aliança que foi iniciada durante um gabinete liberal, a conduta operacional foi alterada com a entrada de Caxias em dezembro de 1866 e suas diretrizes políticas foram modificadas com o retorno conservador em 1868.

A guerra no Império do Brasil não pode ser pensada a partir dos grandes teóricos desse período, como Carl von Clausewitz e Antoine Henri Jomini.⁶⁹ Não se pensava na natureza da guerra, conforme o primeiro, nem mesmo nas leis naturais da guerra como o segundo. A guerra era pensada no campo do direito, a guerra era um “direito”. Logo, as influências teóricas se encontram mais no campo jurídico do que nos teóricos da guerra e da estratégia. Contudo, as guerras que se desenrolavam no mesmo período, como a da Criméia e a Guerra de Secessão, influenciaram também a conduta das guerras no Prata, principalmente durante a Guerra do Paraguai.

A conduta da guerra no teatro de operações escapou em muitos momentos das orientações do Estado, principalmente no período da paz conturbada pelas tratativas territoriais entre Brasil e Argentina após a Guerra da Tríplice Aliança. O que não quer dizer que não havia a gestão pelo centro, mas as distâncias, somadas aos obstáculos naturais à circulação das ordens e informações, se chocavam com a dinâmica dos acontecimentos no teatro de operações. Somam-se ainda as limitações da própria estrutura burocrática e financeira do Estado, o que inviabilizavam inclusive a capacidade daquele de monopolizar os meios para o uso da força, conforme modelo de Estado na perspectiva weberiana.⁷⁰

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. “Questão a propósito do pensamento sobre a guerra no Brasil, no século XIX. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v 114, out./dez. 1994.
- BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. São Paulo/Brasília: Ensaio/Unb, 1995.
- BARROS, José D` Assunção. *O Campo de História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

69 SHY, John. “Jomini”. In: PARET, Peter (Coord.) *Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear*. Trad. Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 201-256.

70 WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: EdUnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 525-529.

- BARROS, Orlando de. Sinopse da História das Relações Externas Brasileiras in LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Wiliams da Silva (Org.), *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- BASTOS, Aurélio Wander (Coord.). *Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados e Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1977.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BONANATE, Luigi. *A Guerra*. Trad. Da Maria Tereza Buonafina e Afonso Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BLOCH, Marc. *História e Historiadores*. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998
- CABRAL, Ricardo Pereira. “A Batalha de Hampton Roads: a tecnologia altera a tática naval” in VIDIGAL, Armando e ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (Org). *Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- CALOGERAS, João Pandiá. *A política exterior do império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927-28. 2v.
- CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil; organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Coord. Vicente Tatapajós. Brasília – Rio de Janeiro. Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986.
- CÁRCANO, Ramón José. *Guerra del Paraguay: acción y reacción de la triple alianza*. Buenos Aires: Domingo Viau, 1941.
- CARVALHO, Delgado. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- CARVALHO, Jose Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial – Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CERVO, Amado Luiz. “Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871)” in SARAIVA, José Flávia Sombra (Org.), *História das relações internacionais contemporâneas; da sociedade internacional à era da globalização*. São Paulo; Saraiva, 2008.

- _____. “O controle do Prata” in CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008
- _____. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CHARADEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CORVISIER, André. *A Guerra: ensaios históricos*. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956
- CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Harmondsworth: Penguin Books, 1968.
- DAVIS, William C. *The American frontier: pioneers, settlers, and Cowboys 1800-1899*. London: Salamander Books, 1992.
- DETIENNE, Marcel. *Comparar o incomparável*. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Ideias & Letras, 2004
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva de. *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)*. Dissertação de Mestrado pela UnB, 1989.
- _____. *A ocupação político-militar do Paraguai (1869-1876)* in CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004
- _____. *De aliados a rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876)*. Revista Múltipla, Brasília, 4(6), julho de 1999.
- _____. *A Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- EISENBERG, Peter Louis. *Guerra Civil americana*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2001.

- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *Paz com o Paraguai depois da guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- _____. *História da Guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956-9.
- FULLER, John Frederick Charles. *A Conduta da Guerra: estudo da repercussão da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, da Revolução Russa, na guerra e em sua conduta*. Trad. De Hermann Bergqvist. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.
- GAMA, Edina Laura Nogueira da. *A Marinha Imperial e sua ação contra Rosas e Oribe (1850-1852)*. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em História Militar – Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO, 2001.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. *Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2008.
- HOBSBAWM, Éric J. *A era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Editora, 1998, t. II, volumes IV e V.
- IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.
- JUNQUEIRA, Mary A. *Estados Unidos: consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras Editora; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 1995.
- LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (Org.), *História das relações internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- LOPES, J. R. L. . *O oráculo de Delfos - Conselho de Estado no Brasil Império*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. V1
- _____. ; SLEMIAN, A. (Org.) ; GARCIA NETO, Paulo Macedo (Org.) . *O Supremo Tribunal de Justiça do Império (1828-1889)*. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. V1
- _____. *As Palavras e a lei - direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico*

- moderno. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2004. v. 1.
- LUTTWAK, Edward N. *Estratégia: a lógica da guerra e da paz*. Trad. Álvaro Pinheiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.
 - MAGALHÃES, João Batista. *Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
 - MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginário geográfico e política externa no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna
 - MAIA, João do Prado, *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1975.
 - MARTINS, Helio Leoncio. *A estratégia naval brasileira da Guerra do Paraguai*. Revista Marítima Brasileira, 3º Tomo, 1997, p. 59 – 86.
 - MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
 - MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
 - MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo de geopolítica?* São Paulo: Hucitec, 1999
 - MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: Editora da Unb, 1981.
 - _____. “Política Externa e Relações Internacionais”. IN: BRAILLARD, Philippe.(org.) *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
 - MOTA, Carlos Guilherme (Coord.). *Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro – século XVI a 1850*. São Paulo; Quartier Latin, 2006.
 - NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa No Brasil*, S. A. Fabris, Porto Alegre, 1995. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1995.
 - NOGUEIRA, João pontes; MESSAI, Nizar. *Teoria das relações internacionais*. Editora Campus, 2004.
 - OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
 - OSÓRIO, Helen. “Expansão territorial e população: a capitania do Rio Grande no primeiro quartel do século XIX”. In: SCOOT, Ana Silvia Volpi; FLECK, Eliane Cristina

- Deckmann. (Org.). *A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2008, v., p. 235-252.
- _____. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
 - PARENTE, Paulo André Leira. “Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação” in *A Defesa Nacional*, nº 806, 3º Quadrimestre de 2006.
 - PECEQUILO, Cristina Soreanu, *Introdução às relações internacionais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
 - PARET, Peter (Org.). *Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear*, v. 1. Trad. Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
 - POMER, Leon. *Os Conflitos na Bacia do Prata*. São Paulo: brasiliense, 1979.
 - PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo; TAPAJÓS, Vicente. *Organização e administração do Ministério do Exército*. Brasília, D.F. Enap 1994.
 - REBAUDI, Arturo, *Guerra del Paraguay: la conspiración contra S.E. el presidente de la república Don Francisco Solano López*. Buenos Aires: Imprenta Constancia, 1917.
 - RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
 - RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jen-Baptiste. *Introdução a História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
 - RESTIER JR, Renato Jorge Paranhos. *Antítese da civilidade: Poder Naval, pensamento político e guerra no Segundo Reinado (1850-1876)*. Rio de Janeiro, Multifoco, 2013.
 - RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A S., *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
 - ROMERO, Jorge Javier. “Estudio Introductorio. Los nuevos institucionalismos: sus diferencias, sus cercanias”. In: DIMAGGIO, Walter W. Powell, Paul J. (Org). *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México: Universidad Autónoma del Estado de México, 1999.
 - SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai. Escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
 - _____. *Guerra do Paraguai. Memórias e Imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional,

2003.

- _____. “O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado”. *Almanack*, v. 1, p. 5-45, 2012.
- SILVA, José Luiz Werneck da e GONÇALVES, Williams. *Relações exteriores do Brasil I: a política do sistema agroexportador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- SILVA, Mozart Linhares da. . *O Império dos Bacheréis: O Pensamento Jurídico e a Organização do Estado-nação no Brasil*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2003.
- SHY, John. “Jomini”. In: PARET, Peter (Coord.) *Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear*. Trad. Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 201-256.
- SIRINELLI, Jean-François. “De la demeure à l’agora. Pour une histoire culturelle du politique” in BERNSTEIN, Serge e MILZA, Pierre (dir.). *Axes et méthodes de l’histoire politique*. Paris: PUF, 1998.
- SLEMIAN, A. . *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SOARES, Teixeira. *Organização e administração do Ministério dos Estrangeiros*. Brasília, D.F.: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1964.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: EdUnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *Evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3º ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

MICROPOLÍTICA DA GUERRA E BIOPODER: DA FORMAÇÃO AO RACISMO DE ESTADO

*Bruno de Seixas Carvalho*¹

Resumo: O presente artigo buscará repensar o advento da guerra e encará-lo como matriz das relações políticas, reformulando a formação do Estado a partir daquilo que Michel Foucault denomina microfísica do poder. Inverteremos a tese de Clausewitz e consideraremos a política como a continuação da guerra por outros meios até atingirmos o conceito de Biopoder. Examinaremos o funcionamento das sociedades soberanas e traçaremos uma linha genealógica que conecta o Leviatã de Thomas Hobbes ao racismo de estado.

Palavras chave: Guerra, racismo, Estado, Foucault e Biopoder .

Abstract: This paper tends to approach war as a mold of political relationships, reformulating the foundation of the state from the perspective of what Michel Foucault calls microphysics of power. We will invert Clausewitz's thesis and consider politics as the continuation of the war by other means until we reach the concept of biopower. Then, we will examine the functioning of sovereign power, connecting Thomas Hobbes Leviathan to the racism of the state.

Keywords: War, racism, state, Foucault, Biopower.

¹ Oficial da Marinha do Brasil, com bacharelado em Ciências Navais pela Escola Naval. Pós-graduando em Filosofia Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) da Escola de Guerra Naval.

1. Introdução

É de notória importância histórico-militar o entendimento da guerra. Não somente pelas questões táticas e estratégicas oriundas das batalhas, mas também por toda a consistência política advinda da realidade que instaura, mobilizando um denso aparato social e econômico atrás de si. Nesse sentido, a própria formação do Estado entra como resultado principal dessa problemática, servindo como instância final, resposta certa ao caos do estado primitivo de natureza, onde, teoricamente, a guerra representa a constância dos acontecimentos. Tal é o discurso comumente atribuído ao *Leviatã* de Hobbes, e, indubitavelmente é o fundamento das ciências políticas e das relações internacionais pós Westfália.²

Entretanto, certo de que Estado e guerra são questões que se imbricam naturalmente, é preciso fomentar perspectivas alternativas de seu funcionamento e buscar abordagens que consigam estar à altura do intenso ritmo de mudanças a que estamos inseridos no presente. Como veremos, o racismo de Estado³ se encaixa nessa perspectiva como tendência mais recente de uma singularidade política intensamente ligada às relações guerreiras. Por isso, este artigo pauta-se pelo que denominamos nomadismo da verdade, assim entendido como a capacidade de coexistência de múltiplos os nascedouros dos acontecimentos históricos, de modo que a construção de suas verdades dar-se-á na medida em que os revisitamos. Diremos que não se trata de encontrar a universalidade insofismável da tríade guerra, Estado e racismo, mas acessar um *modus operandi* singular que os conecta, visando produzir experimentações novas sobre o tema.

Assim, acreditamos que o papel da história não somente limita-se à pergunta platônica “o que é X?”- o que é o Estado, o que é a guerra, o que é racismo – e sua interpretação descritiva, mas, para além, deve perquirir-se como “X” funciona, ou a que uso “X” está submetido. Não buscar a resposta certa, mas sim, a certa resposta, ou seja, o rigor necessário para efetivamente inscrever os campos de investigação na duração dos acontecimentos, conforme destaca Dosse (1994). Em outras palavras, mais do que encontrar uma causa única para o racismo de Estado ou julgar versões e teorias

2 Nos referimos aqui aos tratados de Westfália, assinados em 1648 pondo fim à guerra dos trinta anos e estabelecendo o marco da historiografia moderna e do Estado como instituição que conhecemos hoje.

3 Consideraremos racismo como processo tendente a incrementar o vigor de uma raça em detrimento de outra. Diremos racismo de Estado quando tal processo for engendrado pelo estado como proposta política. Ressaltamos que não se trata necessariamente de considerar determinados grupos sociais hierarquicamente superiores, em um caráter discriminatório. Trata-se de um mecanismo de poder que, como veremos, adveio da guerra e espalhou-se como medida política.

que expliquem sua origem, identificaremos mecanismos de operação e suas tendências. Para isso, é preciso certa prudência, visando distanciarmo-nos de anacronismos reducionistas e simplesmente examinar a guerra em uma perspectiva linearmente constituída e, da mesma forma, o Estado como resultado final de um motor evolutivo rumo ao progresso.

Dessa maneira, este artigo pretende realizar uma abordagem histórica capaz de problematizar os modos de funcionamento da guerra, a conseqüente formação do Estado e todo o aparato político dele advindo até atingir o racismo por ele engendrado. Seguiremos, em maior parte, as aulas ministradas por Michel Foucault no College de France em 1976, transcritas na obra chamada “Em defesa da Sociedade”. Pelo pioneirismo filosófico-político que estabelece, examinaremos o *Leviatã* e a questão do contrato social em uma perspectiva micropolítica, demonstrando uma alternativa histórico-filosófica para as motivações de Hobbes quando trata da guerra. Além de inverter o ponto de vista tradicional da história e das Relações Internacionais, faremos o mesmo com a tese Clausewitiana, assumindo que, em verdade, a política é que será a continuação da guerra por outros meios. Para corroborar essa hipótese analisaremos os discursos ingleses reais e parlamentares no intervalo temporal coincidente com a guerra civil oriunda da deposição de Carlos I. Com isso, traçaremos uma genealogia da guerra que coloca a Inglaterra revolucionária do século XVII como expressão discursiva do poder soberano. A seguir, examinaremos a mudança paradigmática do “fazer morrer/deixar viver” das sociedades soberanas para o “fazer viver/deixar morrer” das sociedades disciplinares, a conseqüente intensificação do Biopoder e, por fim, a culminação do racismo insculpido nas relações de poder dos séculos XIX e XX.

Em suma, traremos a questão da guerra como elemento produtor de discursos históricos capazes de mobilizar técnicas de dominação que servirão de instrumento para articulações políticas a partir e a respeito do próprio estado, utilizando-se de instrumentos que controlam a própria vida como fenômeno em si e culminando no racismo. Não ver a guerra como causa do Estado, mas como via de acesso para entender seu funcionamento, atingir e repaginar questões múltiplas, numa visão holisticamente contundente. Acreditamos que é preciso pensar a história não como grade estruturante para o presente e o futuro, tomando o passado como receita do que se deve ou não fazer; mas sim vislumbra-la como o próprio presente em si e, em vez de margear e detalhar o contexto, ver o próprio texto, viver o mundo que nos afeta e conquistar um futuro.

Ressaltamos que tal intuito revela-se importante na medida em que suscita reflexões e senso

crítico valiosos para as análises militares. Considerando que a historiografia militar, com certo cuidado, calca-se na particularidade dos estudos sobre o uso da violência sob a égide do Estado e visando à consecução de seus interesses, é de imensa valia uma reflexão histórico-filosófica alternativa acerca desse objeto. Procuraremos, assim, nos inserir em uma política menor⁴, uma microfísica de poderes ao nível do sujeito e os discursos que o constituem em lugar de perceber as grandes instituições aprioristicamente. Não pretendemos estabelecer uma teoria final, pretendendo-se refutável ou fundamental para tudo a que a ela se aplicar. Em seu lugar, apenas consideraremos visões históricas alternativas, traçando linhas e suscitando reflexões críticas de um ponto de vista diferente.

2. As sociedades Soberanas em defesa da sociedade

Podemos enxergar na formação do Estado uma questão ética de vital importância, dada a produção discursiva e impacto prático advindo dessa problemática. Percebemos a construção de todo um modelo jurídico permeado pela concepção ideal da soberania como justa solução – e solução justa - para guerra de todos contra todos, para o estado primitivo de natureza, para o equilíbrio das relações de poder. O estado figuraria como o elemento basilar capaz de pôr ordem e sentido à sociedade e, por isso, é ele que vai conceber a moral através das leis e instituições. A teoria da soberania⁵ entendida nesses termos, coloca o problema de sua origem em relevância para, a partir dela, fazer valer seus mecanismos. Visão macropolítica, portanto, tendendo a enxergar a sociedade e suas nuances em uma perspectiva ampla, descendente e até mesmo fatalista.

De fato, a constituição do Estado assim como o enxergamos a partir de Westfália é de suma importância, não nos cabe aqui negá-lo ou retirar-lhe a validade e peso histórico inerentes. No entanto, se procurarmos inverter a perspectiva do problema, veremos que a manifestação fundamental e primitiva das relações de poder é deveras insuficiente se comparada à própria relação de poder em si. Mais ainda, constataremos que, no uso dessa pretensa lógica ascendente⁶, o Estado

4 “Menor” aqui não se trata de um valor hierarquicamente inferior ou mesmo de um tamanho quantitativamente pequeno. Estamos nos referindo a uma política imperceptível, mas ao mesmo tempo pujante e que produz efeitos reais. Uma visão processual, portanto, levando em consideração a cadência dos acontecimentos em vez de fatos marcantes. Gilles Deleuze dá um bom exemplo quando se refere à Revolução Francesa. Diz o filósofo que, no lugar de tratar de tal fenômeno utilizando o marco da Queda da Bastilha, poderíamos repensá-la a partir do momento em que os camponeses passaram a não mais respeitar e obedecer aos seus senhores. Aí sim a revolução estaria em curso. Vejamos que não há efetivamente “algo” concreto acontecendo. Pelo contrário, há um “nada” que mobiliza e atravessaria o comportamento dos servos.

5 Teoria da soberania é o que Foucault denomina as explicações do surgimento do Estado a partir de um contrato social, considerando sua formação como já existente e a partir dela derivando efeitos sem se preocupar em sua análise mesma.

6 Entendemos por ascendente uma lógica que não parte das grandes instituições para chegar às instâncias mais capilares da sociedade, mas sim, daquilo que Foucault chamará de microfísica dos poderes. Ou seja, das relações de poder a nível elementar, no intuito de estabelecer um ponto de vista das instituições pelas relações de poderes imperceptíveis que a constitui.

sequer torna-se protagonista das próprias questões que suscita. Precisamos entender como circulava o poder, quais as técnicas de sujeição que atravessavam os corpos, deixar entrar em ressonância as diferenças, as multiplicidades irracionais e as lógicas aberrantes⁷ também ao nível micropolítico, para além do formalismo institucional do Estado. Isso vai nos permitir recolocar problemas outros a partir da formação do Estado, reconhecendo seu peso na política. Encontraremos em Foucault uma genealogia de “anti-ciências”, ou seja, um desvelamento de saberes imobilizados pela hierarquização do conhecimento resultante da modulação dialética⁹ da História e consequente engessamento de um determinado modelo jurídico da soberania.

2.1 Três aspectos clássicos da soberania.

Como opera então esse modelo jurídico clássico da soberania? Segundo Foucault, a partir do fim Idade Média, tem-se uma maciça produção de saber visando justificar e legitimar o poder régio, discursos que consolidavam o *status quo* das monarquias feudais e administrativas. Essas teorias de cunho jurídico-político vêm propugnar a racionalidade de um sujeito que consegue transacionar seus direitos naturais tal qual uma relação econômica. Esse processo consiste em considerar um cálculo quantitativo como condição necessária ao sujeito que se decide por um “contrato” onde as partes estariam obtendo mais ganhos do que perdas. Vejamos então o primeiro ponto a ressaltar: suposição prévia de um sujeito já constituído, comprimido em uma relação de dominação, homogeneizado, enxugado de suas multiplicidades, assujeitado e racionalmente disposto a abrir mão de seus direitos em prol de um Direito maior.

Falar de um Direito maior é dizer, basicamente, que existirá uma lei fundamental e legítima capaz de fomentar e estruturar o aparato clássico do poder soberano. O poder, por sua vez, é concretamente concebido, é realocável, tem lugar, é uno, constantemente transacionável como uma *comoditie* e pode ser totalmente concentrado, por exemplo, na pessoa do Soberano, na cabeça do *Leviatã*, no Estado. Temos então uma unidade de poder fundamental e fundador como resultado final

⁷ Trata-se aqui de uma questão metodológica, buscando traçar alternativas que consigam dar conta de uma experimentação alternativa do tema proposto. A irracionalidade será devido ao esvaziamento teórico da razão (da maneira que é tradicionalmente colocada por uma escola de filósofos e historiadores) como substância dos acontecimentos históricos e, por conseguinte, uma lógica aberrante, ou seja, que não se pauta pelo evolucionismo pragmático do tempo.

⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 1ª Edição. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pág. 103. Evidentemente não se trata aqui de abandonar uma abordagem científica do tema, em verdade, esse termo cunhado por Foucault é mais uma provocação para enxergar ciência naquilo que aparentemente não é científico, do que a abandonar em si.

⁹ Ressaltamos que não estamos descartando o método dialético como produtor de teorias científicas. O que procuramos deixar claro é o distanciamento de uma possível teleologia histórica anacrônica.

da abreviação da multiplicidade de poderes vigentes antes do contrato originário do Estado.

Dessa maneira, são três os aspectos sobre os quais repousa a teoria tradicional da soberania: unidade de poder, sujeito e lei; supremacia ontológica do Estado, fatalismo histórico da ordem social e racionalismo homogêneo do indivíduo. O que se pode ressaltar como resultado desse modelo? Primeiro de tudo é tomar uma concepção repressiva do poder, como se este se impusesse e mobilizasse as articulações políticas conseqüentes limitando e impedindo subjetividades já concebidas e, assim, encerrando-se em tal processo.

Foucault denuncia essa abordagem, acreditando que ela se distancia do âmago das forças que constituem o poder soberano e cristaliza-se em uma causalidade puramente reativa: a culpa é do poder que restringe a liberdade e interdita o indivíduo, nada mais. É essa compreensão repressiva do poder que coloca arestas nas diferenças das multiplicidades negando o que elas têm de diferente para então – e por isso – considerá-las iguais. O empreendimento, portanto, que estabelece é examinar justamente as relações de forças lá onde elas acontecem, acessar sua dinâmica e as tecnologias de dominação que as constituem para, agora sim, reconstruir o sujeito, este como resultado de uma interação micropolítica e não como sua causa. Esse traço é fundamental para esboçar como funciona o poder para o filósofo francês: é muito mais um processo ininterrupto que atravessa todos os níveis e categorias sociais, reproduzindo-se e substanciando-se, do que a concretude de um *status* pertencente a uma elite dominadora e que precisa ser reconquistado.¹⁰ Consideremos então um poder produtivo mais do que um poder repressivo. Em outras palavras: ao invés reprimir o sujeito, consideraremos que o poder produzirá o assujeitamento do indivíduo.

Foucault procurará recolocar os problemas do pacto social analisando-os não como fatos constituídos, mas como resultado da apropriação de um saber histórico correlato a uma série de operadores de dominação, culminando em uma política de Estado. E o que vai ser responsável por mobilizar os discursos pelos quais a História vai ser transcrita? O que vai se encontrar entalhado no âmago dessas relações de força e vai mobilizá-las em direção à política?

2.2 O ponto de vista da Guerra

A guerra, portanto, será a resposta, é ela que vai figurar na produção de saber a partir do qual se constitui o Estado e que vai ativar sua política a partir de então. Antes de tudo, não podemos aqui

¹⁰ Podemos verificar então porque algumas rotulações de Foucault como meramente um filósofo marxista é de veras reducionista. Não há luta de classe e destino final do proletariado tendente a tomar o poder que sustente sua argumentação.

entendê-la como uma oposição binária à condição de paz, mas, de outro modo, devemos acessá-la como matriz das relações de poder, como catalisador político. Mas quem começa a falar sobre a guerra? Quem a insculpe no ponto nevrálgico de edificação de soberanias? A que usos essa guerra estará condicionada? “Sob a paz, a ordem, a riqueza, a autoridade, sob a ordem calma das subordinações, sob o Estado, sob os aparelhos de Estado, sob as leis, etc., devemos entender e redescobrir uma espécie de guerra primitiva e permanente?”¹¹

2.2.1 Reformulando o Leviatã

Talvez o primeiro pensador a ser invocado sob essas motivações é Thomas Hobbes. Curiosamente, Foucault vai mostrar que em sua obra *O Leviatã* trata-se justamente do oposto, ou seja, será preciso desconstruir a atribuição consensual de que Hobbes efetivamente coloca o Estado - e o contrato dele advindo - como pronta resposta a uma guerra deflagrada. O que se verá no estado de natureza é na verdade um limiar de conflito que se diferencia completamente da bestialidade da batalha efetiva. Com efeito, devemos nos atentar que antes de tudo, fala-se de um *estado*. Mas o que significa exatamente falar de um estado, um retrato, uma tensão permanente? Ora, significa pensar em certo truncamento, imobilização, como que uma coerção invisível que impede a ação. Estamos agora mais tendentes ao lado da disposição para guerra do que da guerra deflagrada em si. Por quê? Segundo Foucault, consta no Leviatã que tal estado é marcado pela não diferenciação de forças, pela dúvida de quem é o detentor do maior poderio bélico, pela tensão da incerteza e do acaso; em outras palavras, é porque não se sabe ao certo quem será o lado mais forte que justamente não se combate e, em seu lugar, demonstra-se estar apto a um eventual conflito.

Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. Portanto, a noção de tempo deve ser levada em conta quanto à natureza da guerra, do mesmo modo que quanto à natureza do clima. Porque tal como a natureza do mau tempo não consiste em dois ou três chuviscos, mas numa tendência para chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário.¹²

11 FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade. Curso no College de France (1975/1976)*. 1ª Edição. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 53.

12 HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Coleção Os Pensadores, vol I. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 76.

A disposição para guerra de que fala Hobbes pode ser também entendida como representação: representa-se, tenta-se prever e medir a força do outro a partir de si, será preciso representar as forças do outro para que se tranquilize com seu receio de fazer a guerra. Estamos diante de profusões de representações calculadas, manifestações enfáticas de vontade e intimidações entrecruzadas.

Se, ao contrário, não houvesse essa anarquia da diferença, um dos lados sentir-se-ia forte o suficiente para destruir o outro, de sorte que não poderia haver qualquer *estado* permanente de guerra e sim, domínio absoluto do lado vencedor, ou seja, paz. Portanto, não será demais destacar que essa conjectura brutal de confronto direto, essa selvageria desmedida e bestial, consoante a linha genealógica cartografada por Foucault, não existe no estado de natureza de Hobbes, ou seja, não existe o corpo a corpo, a batalha sangrenta, a confrontação de tribos não civilizadas. No lugar, há sim certo cálculo, mas proveniente de relações de força e não do uso de uma Razão sintomática do progresso humano.

2.2.2 Dois modelos de Soberania

Como resultado de tal conjectura, dois modelos de soberania podem ser assentados. O primeiro torna-se consistente como representação de uma individualidade fabricada. A partir de um pacto, os súditos transferem ao poder soberano – seja uma assembleia ou monarca – seus direitos de representação. Convém ressaltar que nesse tipo de soberania os súditos não irão meramente abrir mão dos direitos e cedê-los, mas sim, reposicioná-los ou resumi-los numa instância que automaticamente implicará, ao momento da decisão do poder soberano, a expressividade da vontade coletiva. Portanto, tipo de república que não enxerga na guerra o elemento coercitivo de sua formação. Em realidade, cumpre ressaltar, a massa de indivíduos torna-se homogênea em decorrência da vontade, de um pacto representativo para dar termo a já descrita zona indiscernível antecessora do Estado. Os súditos não querem perder seus direitos, ao contrário, querem amplificá-los e por isso recorrem a um modelo político diferenciado. Tal modelo é denominado por Hobbes de *República de Instituição* e nele a representação será um mecanismo de poder erigido para combater a representação anárquica do estado de natureza.

Isto posto, precisamos agora nos perquirir acerca da hipótese de não ocorrência do estado primitivo de guerra hobbesiano, ou seja, a situação de guerra deflagrada, da batalha mesma e suas

decisões armadas. Suponhamos como evidente, pois, a superioridade de um dos lados, ao que concluiremos pela sua vitória e conseqüente dominação sobre o lado perdedor – este que poderia até mesmo já funcionar como uma república de instituição no momento da invasão. Os vencidos, por sua vez, já não mais oferecerão resistência e encontram-se à mercê dos vencedores, tendo como última escolha viver. Mas para viver, será necessária aceitação de sua derrota e decorrente assimilação da invasão outorgada. Dessa maneira, como expressão de sua vontade e também no intento de ampliar seus direitos – nem que seja pela simples oportunidade de continuar vivendo – precisarão eleger um soberano para representá-los no lugar do que foi deposto: “vontade de preferir a vida à morte; é isso que vai fundamentar a soberania, uma soberania que é tão jurídica e legítima quanto aquela que foi constituída a partir do modo de instituição e acordo mútuo”.¹³

Veja que ainda assim teremos que considerar a vontade dos súditos; a construção desse modelo de soberania ainda passa pela sua vontade: ou morrer ou submeter-se ao invasor; é a chamada *República de aquisição*.

O que podemos perceber diante desses dois modelos é uma ética inteiramente imiscuída na homogeneidade social ignorando, porém, o campo de batalha; ou seja, não importa, em realidade, se há ou não guerra para fins de constituição do Estado, porque no fim das contas é da vontade dos súditos – seja por um cálculo utilitarista, seja por medo – que se trata o pacto social. Vejamos então, que não há guerra como protagonista no *Leviatã*. Em verdade, ela não interessa, na medida em que ao fim e ao cabo quem tornará efetivo o poder soberano será a vontade dos súditos. Cabe então a pergunta: Por que esse “não” à guerra supostamente esquematizada no *Leviatã*? Por que esse uso deveras peculiar do discurso bélico esposado por Hobbes?

2.3 A continuação da guerra

Com efeito, Foucault assinala que, a partir do fim da Idade Média, vemos uma mudança de localização discursiva da guerra. É no momento da construção dos Estados modernos que tal assunto desloca-se do campo das relações privadas e cristaliza-se sob o jugo de um poder central. Surgem as instituições, os exércitos e o embrião do que mais tarde consolidar-se-á como o poder disciplinar. Como um saber que agora só existe na fronteira do estado, a guerra será utilizada como instrumento político e, dessa forma, ganhará os contornos necessários para desestabilizar ou legitimar o poder

¹³ Ibid., p. 110.

régio. A grande questão que vai ativar o discurso guerreiro é precisamente o problema da invasão: a conquista de uma raça sobre a outra. Cumpre demonstrar então como esse tema vai encontrar seu ápice por entre as tendências históricas.

2.3.1 História e contra história

É preciso não entender o problema da clivagem de raças como marco divisor imediatamente constituído após os tratados de Westfália. Ao contrário, enxerguemos uma consistência de discursos que foram se intensificando ao longo dos séculos. O papel da história nesse sentido é crucial, e é o seu funcionamento que vai garantir, em um primeiro instante, a densidade do poder e logo após vai ativá-lo para contrapor uma raça em detrimento de outra.

Dessa maneira, inicialmente, encontramos na história uma poderosa ferramenta, capaz vincular a massa heterogênea de indivíduos a um tecido contínuo de acontecimentos e organizá-los sob a égide de uma soberania única, uma raça universal. Dos analistas romanos até o fim da Idade Média, o caráter narrativo desse discurso histórico vai servir para expor a grandiloquência dos feitos dos antigos soberanos, suas vitórias e, quando muito, suas derrotas passageiras. Onde veremos uma extensa genealogia de reis, dinastias formadoras de impérios, mitos expressando a ininterruptão de um direito ancião que se intensificava no momento em que era enunciado. É esse deslumbre que vai encaixar a história na memória dos súditos para apaziguar e justificar a ordem social. A partir daí, heróis serão edificados, exemplos serão talhados e, através deles, a lei será materializada: o brilho da glória e o jugo da lei, eis, segundo Foucault, o peso da história como elemento petrificante do sujeito amalgamado em uma comunidade soberana. É como se ela engolfasse a existência dos indivíduos em uma condensada narrativa plural cuja luz se espria sobre todos e a história dos fortes contém a história dos mais fracos. Mas o que muda no fim da Idade Média então?

Foucault destaca uma mudança paradigmática sensível, porém intensa, especialmente tomando a Inglaterra como exemplo. Se, como vimos, nessa história de tipo romano, a memória garantia a conservação da lei e a manutenção do brilho das narrativas da raça (no singular mesmo, como aquela que já contém todas as outras), já fim do século XVI e em meados do século XVII, seu papel destina-se, ao contrário, a desenterrar alguma coisa esquecida no passado e resgatar o que se perdeu em um universo menor, um subconjunto de uma raça outra que já não possui os mesmos direitos.

[...] essa história de luta das raças que aparece nos séculos XVI-XVII é uma contra-história noutra sentido, ao mesmo tempo mais simples e mais elementar, porém mais forte também. É que, longe de ser um ritual inerente ao exercício, à exibição, ao fortalecimento do poder, ela é não somente a crítica, mas ataque a ele e a reivindicação dele. O poder é injusto não porque decaiu de seus mais elevados exemplos, mas pura e simplesmente porque não nos pertence (FOUCAULT, 1999).

Esse novo desenho histórico, a contrapelo dos discursos envolventes de outrora, é que vai traçar o ocaso de toda uma consciência unívoca e passar a reivindicar direitos escondidos sob o signo da lei. Interessante perceber que, se no passado a lei era o grande elemento açambarcante, portador dos princípios orientadores da ordem social incorporado na figura do exemplo, agora, ela será o divisor, o gume que vai separar os que tem direitos e os que não tem. Os discursos históricos em vigor vão tratar de fazer florescer uma consciência de ruptura, desmentir a grandiosidade de Roma e retratá-la como uma nova Babilônia; vão multiplicar uma nova configuração europeia povoada agora por diversas raças; vão desvelar novos personagens: os francos, gauleses, os celtas e destacar sua luta para conquistar seu espaço através de um esforço de guerra. Será o antes e o depois da conquista, uma nova reorganização do tempo, um pré e pós invasão normanda na Inglaterra. O que veremos em primordial diferença nesse tipo de discurso será não mais uma condensação da raça embrulhando e vinculando as heterogeneidades individuais, mas raças distintas que atingem a unidade através da guerra, das batalhas, do sangue, da bestialidade infindável de um conflito violento e devastador. É a guerra que será um dos fundamentos de uma contra história que não mais se centra na soberania e no problema de sua fundação, mas na revolução.

2.3.2 Os discursos e o poder

Diante do papel da história como esquema através do qual os mecanismos de poder funcionam, podemos extrair-lhe elementos para entender a pergunta: Por que Hobbes procura neutralizar a questão da guerra? Antes de tudo, destaquemos, pois, que não estamos operando no regime das causalidades fatalistas, e, por isso, uma multidão de respostas poderá ser aqui endereçada. Entretanto, não se pode perder de vista a força de certos discursos como que demonstrando a operacionalidade dessa contra história. Assim, vamos encontrar na Inglaterra dos séculos XVII contornos nítidos que apontam para a consistência do problema central que ajuda a explicar as motivações de Hobbes.

Com efeito, precisemos que a questão do conflito de raças cristaliza-se na Inglaterra sob a temática da invasão normanda de 1066¹⁴. É esse tema que estrutura a própria questão do direito público inglês, vindo constar inicialmente nos discursos do rei Jaime I. Foucault demonstra que, ainda quando era Jaime VI da Escócia, utiliza o direito de conquista normando enquanto instrumento de soberania. Dizia que, por ter sido a Inglaterra dominada por Guilherme, e enquanto rei descendente deste, era ele o proprietário de terras legítimo por direito. Vemos também em um texto que se chama *Apologia pro Regibus*, um jurista chamado Adam Blackwood ratificar tal raciocínio através de uma analogia com a recém descoberta das Américas. Ele argumentava que os normandos foram na Inglaterra o que a “gente da Europa é hoje nas américas”¹⁵. Assim, se era perfeitamente coerente a submissão das então Índias Orientais a Carlos V, por que não admitir também a propriedade das terras inglesas à ramificação última de seus conquistadores de direito, o rei? Seria um puro exercício de seus direitos sob os auspícios colonizadores que os europeus faziam nas suas colônias.

Mas não somente a legitimação da monarquia absolutista era sublinhada pela questão da invasão. Os próprios parlamentares ingleses da época, no intuito de desqualificá-la, também voltavam à Batalha de Hastings para estruturar seus discursos. Paradoxalmente, em um primeiro momento, descaracterizam a vitória de Guilherme como o problema principal da raça estrangeira. Diziam eles que, na realidade, Guilherme era o herdeiro legítimo do trono, pois se submeteu a toda uma ritualística saxã vinculativa ao esquema monárquico de então e que os próprios vencidos quiseram submeter-se a ele. Chegam mesmo a afirmar que, no lugar de o normando conquistar a Inglaterra, os ingleses é que o conquistaram. Assim, a questão das raças vai se impor em um momento posterior, quando, uma vez estabelecidos os reis a partir de Guilherme, seu “normandismo” característico destituir a validade das leis saxãs e toda sua jurisprudência constituída. Não seria então a invasão propriamente dita, mas a mancha racial espreada por entre os traços saxões que seria o problema. Em outras palavras, era a presença da outra raça no direito inglês que constituía a disfunção da aristocracia real.

Em um terceiro momento, Foucault vai expor a posição radical adotada nos discursos pequeno-burgueses do século XVII com os *Levellers* e os *Diggers*.¹⁶ Afirmam, assim, que o rei e aqueles que avalizam seu poder acertaram em sua lógica ao se utilizarem da conquista normanda,

14 Estamos aqui nos referindo à batalha de Hastings, ocorrida em 14 de Outubro de 1066, onde o duque normando Guilherme II derrota o rei anglo-saxão Haroldo II e invade a Inglaterra.

15 BLACKWOOD, Adam. *Apud* FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, pag. 124.

16 Facções políticas populares atuantes no período da guerra civil inglesa, defendendo a reforma agrária e a igualdade de todos perante a lei.

porque houve efetivamente uma derrota dos saxões. Por isso, têm razão ao articularem esse fato aos direitos naturais do rei. Todavia, é precisamente nesse ponto que reside o absurdo de sua razão: Com que direito esses direitos são legítimos? Pelo contrário, “Guilherme e seus sucessores fizeram de seus companheiros de banditismo, de pilhagem e de roubo, duques, barões e lordes”¹⁷ e por isso, a conquista é, em verdade, o momento a partir do qual começa um Estado de não-direito, onde a lei, ao invés de limitar o poder é justamente seu instrumento mais pujante de dominação; lei, poder e governo são facetas outras da guerra e para combatê-los o único caminho a altura é uma guerra civil até o fim contra o poder normando. A revolta vai surgir quase que como uma necessidade histórica. Diferentemente do binarismo entre ricos e pobres da Idade Média ou da antiguidade, agora a polarização binária vai ser ativada pela língua, por um passado comum, pela ancestralidade; em suma, por elementos que fundamentam a própria nacionalidade. Tal problemática torna-se de difícil contensão, pois não estamos mais no direito natural, não estamos mais na questão da soberania, tratam-se agora de relações de força, é a guerra sob o véu da dominação que está em jogo.

Com isso, Foucault demonstra o que queria Hobbes ao tratar da soberania no Leviatã. Abreviar o problema da guerra é considerar que sua própria existência funciona como catalisador de uma contra história perturbadora da ordem social. E fica claro então que a guerra aqui é a derivação primeira do problema da conquista, da difícil categoria jurídica que a invasão de raças estabelece. O discurso jurídico-político de Hobbes quer enfrentar o adversário representado pela clivagem de raças, daí a necessidade filosófica em neutralizar o ponto fulcral da fala inflamada da guerra civil e torna-la simplesmente inútil, indiferente. A articulação política hobbesiana, portanto, é correlata do saber por ela instaurado.

Podemos perceber então que o principal “confronto” será entre narrativas, de modo a estabelecer qual será a verdade que se tornará a universal. A presunção de verdade será importante se percebermos que subjacente à questão da formação do Estados, por debaixo da suposta guerra permanente de todos contra todos e sua consequente abrangência política, existe um operador de dominação entalhado na invasão: proteger-se de uma raça invasora ou ser a raça invasora que reivindica seus direitos. O que isso vai significar em termos de política? Como o uso da guerra, passando pela questão da conquista, funcionará enviesando o modo de se fazer política?

17 LILBURNE, James. *Apud* FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 128.

3. Fazer morrer, deixar viver.

Para além dos discursos políticos ingleses do século XVII, a guerra servirá antes como a protagonista central das motivações soberanas, primeiramente entre os séculos XVI e XVII, não somente como produto da Inglaterra, mas como fenômeno em diversos países europeus. A esse *modus operandi* peculiar talhando sobremaneira a forma como o poder circulava e produzia subjetividades, chamaremos de poder soberano. De antemão, é de se esclarecer a não cristalização absoluta de tal conceito nos séculos em referência. Estamos no campo dos processos, onde a história perde o caráter centralizador e busca esclarecer os contornos do real, ou seja, mais as condições de possibilidades dos fatos do que a existência destes em si. Por isso, destacamos que o poder soberano ganha densidade no período em questão, mas continuará existindo nos séculos que se seguem, ainda que amalgamado a outros vieses.

Nesse escopo, podemos constatar um tipo de mecanismo que vai se basear em dois privilégios: fazer morrer ou deixar viver. Isso significa que o direito será exercido nas mãos do soberano e ele decidirá sobre a vida de seu povo, matando-os quando conveniente. Sublinhemos que a conveniência aqui será um atributo discricionário do rei enquanto proprietário inclusive da vida de seus súditos e categorizador de seus inimigos. Relembremos, é uma questão de invasão originária garantidora de prerrogativas naturais, artifício que garantia-lhe executar seus inimigos pessoais mobilizando e castigando toda uma massa de súditos.

Fica evidente o ponto que queremos explorar se observarmos o funcionamento ostensivo dos suplícios como expressão da vontade real, sobretudo no século XVII. O “fazer morrer” é o mecanismo que dá fundamento a sua lógica, donde a morte aparece como termo final de uma gradação calculada de dor, não como a privação única da liberdade. Uma arte quantitativa do sofrimento, eis o regime de funcionamento dos suplícios. Não uma raiva sem pena, mas uma pena através da raiva.

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimento, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios perdesse o controle. Nos ‘excessos’ dos suplícios se investe toda uma economia de poder (FOUCAULT, 2009).

O que podemos perceber é que o corpo mesmo era o objetivo último de aplicação do poder soberano. O excesso sobre o qual Foucault fala é justamente a magnitude intensiva do “fazer morrer”,

na medida em que articulava todo o funcionamento espetaculoso da punição. A função do suplício, então, era servir de exemplo na concretude da violência. Era preciso que o povo visse o sangue, a carne, o martírio, a culpa, para que, assujeitados, fossem comprimidos a não transgredir a vontade real. Era, portanto, necessário o medo, era imperioso que a fúria do soberano se mostrasse presente, materializada em um poder que está à mostra. Curioso observar que os súditos mesmos faziam parte desse processo enquanto plateia do cadafalso. Era como se fossem chamados a se insinuar, não como fundamento da vingança do soberano, mas como instrumento deste para alargar sua vontade, afinal, os inimigos do rei eram oriundos do povo também.¹⁸

4. Fazer viver, deixar morrer e a Biopolítica.

O que vemos então é uma primazia do “fazer morrer” nas mãos do soberano como direito natural, oriundo de uma invasão originária pela guerra. Esse paradigma começa a se modificar a partir do século XVIII, quando a questão da invasão toma outra roupagem e a proteção contra outra raça vira tema de desconforto da ordem social. Evidentemente que não se trata de uma mudança repentina, mas sim, de um processo que vai se arrastar com as transformações discursivas consequentes.

O que se percebe é uma série de questionamentos a respeito da própria função política do soberano enquanto protetor da raça. Ora, como o monarca eleito para garantir a vida de seu povo teria o direito discricionário de retirá-la? Se a vida foi o fundamento do contrato que o legitimou no poder, como ela entraria nos próprios termos de sua atuação? Não deveria a vida mesma ficar de fora desse contrato? Essas reflexões filosóficas estão presentes no século XVIII quando os juristas da época reivindicam a mudança de um castigo vingativo para uma pena punitiva. Nesse sentido o indivíduo castigado torna-se portador de uma humanidade a ser deixada intacta; o homem figurará como limite máximo da extensão do poder soberano, marca do ponto de parada de sua atuação. “Mas nessa época das Luzes, não como tema de um saber positivo que o homem é posto como objeção contra barbárie dos suplícios, mas como limite do direito, como fronteira legítima do poder de punir”.¹⁹

A partir daí, segue-se a consistência do que Foucault vai chamar de poder disciplinar, verdadeira tecnologia a nível micropolítico capaz de reformular a própria circulação do poder. Há toda uma permeabilidade institucional dessa técnica que possibilitará não mais a matança desmedida

¹⁸ Ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 37ª Edição. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

¹⁹ Ibid. pag72.

para concretizar o poder, mas a utilização eficiente dos mínimos gestos do corpo para fazer funcionar a máquina política. A ideia então será aumentar a força útil do sujeito através do trabalho, do treinamento, do adestramento, da exaustão intensiva. Reger a multiplicidade dos corpos, transformando-a em um organismo sincrônico, vigiando e punindo quando necessário: eis o papel da técnica disciplinar.

Em um momento posterior, contudo, surge uma transfiguração do funcionamento desse mecanismo, quando a preocupação com o corpo vai estender-se para o conjunto de corpos e o conjunto de saberes que residiam no homem enquanto indivíduo deslizará para o homem enquanto espécie. Convém destacar, mais uma vez, que não argumentamos aqui que o poder soberano e o poder disciplinar simplesmente desapareceram, como que desvanecendo e cedendo espaço inteiramente a esse novo aparato político. Não há fronteiras certas que delimitem o campo de atuação de toda essa sistemática, e, em verdade, essa é a grande inovação de repensar a história como um conjunto de processos que se dobram e se sobrepõem na medida em que se multiplicam. De todo modo, nessa reconfiguração dos mecanismos de poder, o que podemos verificar? O mais impactante, sem dúvida, é a própria preocupação com a vida. Pensar no homem enquanto espécie é pensar na própria condição de manutenção da vida. Isso significa recolocar a questão do quanto o indivíduo pode ser útil para a questão de garantia de sua própria existência enquanto parte de uma espécie que precisa estar viva para serem úteis. Em outras palavras, é preocupar-se agora em como se pode “fazer viver” essa população de sujeitos que ocupam a sociedade. Portanto, de uma anátomo-política do corpo, estamos agora numa biopolítica da vida. É aqui que começamos a falar de um biopoder de forma pujante, ou seja, um poder que será acoplado ao funcionamento da vida mesma.

Em termos concretos, o ponto fulcral da questão, não será mais a morte – seja como fenômeno que se pretende evitar pela medicalização dos sujeitos ou desenvolvimento arquitetônico eficiente como controlador dos miasmas – mas sim as mortes, o número de morte, as condições que influenciam as mortes, onde moram as pessoas que morrem, como as mortes acontecem; em suma, toda uma pulverização em torno da *mortalidade* agora, “processualização” dos problemas em vista de um mapeamento e controle da própria vida. Não se quer matar, quer-se privar a vida do processo da morte. A medicina passa para uma função maior buscando a higiene pública, o problema da natalidade ganha peso, a morbidade, a fecundidade, a velhice, o problema dos pântanos, ou seja, uma série de instrumentos que buscam solucionar o problema da população como fenômeno político. Assim, a biopolítica vai funcionar procurando lidar com a aleatoriedade da vida, é preciso viver a despeito de

tantas variáveis supostamente randômicas. Daí o correlato papel regulador que vai exercer também.

Dessa maneira, essa regulação encontrará forte assentamento na estatística, nas medições globais dos fenômenos, na frequência dos acontecimentos. E então, é justamente dessa modulação fenomênica da população, que surgirão as normalizações consequentes. Isso significa que o biopoder tenderá a constituir o saber que edificará o que é a norma – não somente norma jurídica, mas enquanto condições igualitárias e universais capazes categorizar o comportamento do homem em sua média – e, para além, vai “fazer viver” aqueles que se inscrevem dentro dessa norma, e “deixar morrer” aqueles que estão a margem dela. É o advento da chamada sociedade de normalização onde se articulam ortogonalmente a norma disciplinar e a norma regulamentar.

5 . O racismo de Estado

O que vai acontecer então? Como todo esse trajeto que nos levou desde a formação do estado até a sociedade normalizadora vai desembocar no racismo de Estado? De que maneira esse poder que procura fazer viver vai também matar inescrupulosamente? Lembremos, uma vez mais, a questão da constante sobreposição dessa espécie ecossistema produtivo de mecanismos de poder. Tal retorno é importante para ressaltarmos, de início, que o poder soberano “lá trás” estabelecido vai se impor novamente, conseguindo ativar uma série processos contemporâneos.

Com efeito, encontramos no século XIX uma intensificação daquilo que poderia se atribuir à teoria de Darwin. Não necessariamente sua obra literalmente constituída, mas todo um esquema estrutural a partir do qual se explicaram alguns fenômenos sociais. Significa dizer que o uso de um referencial teórico pautado pela hierarquia das espécies, por uma árvore comum que as congrega, por sua luta pela vida ou pela seleção natural da mais adaptada pôs-se a pensar as relações de colonização, a loucura, a doença e a criminalidade. Uma própria genealogia da anormalidade pode ser extraída de tal contexto, ramificando-se ao nível inclusive da sexualidade, apropriada também como objeto psiquiátrico²⁰. Foucault dedica todo um curso a esse acontecimento. Acrescentamos, ainda, a relativamente recente prerrogativa em garantir a segurança da população. Toda uma tecnologia arquitetural, uma reorganização espacial da cidade será estabelecida pautada pela correta circulação do ar, de pessoas e de mercadorias também é contemporânea desse processo.

20 “O prazer vai se tornar agora um objeto psiquiátrico ou psiquiatrizável. A desvinculação do instinto sexual relativamente à reprodução é assegurada pelos mecanismos de prazer, e é essa desvinculação que vai permitir a constituição do campo unitário das aberrações. O prazer não ordenado à sexualidade normal é o suporte de toda série das condutas instintivas anormais, aberrantes, suscetíveis de psiquiatrização” (FOUCAULT, 2010).

É sob este cenário que vemos o dispositivo da segurança do Estado acentuar-se, e a linha da normalidade tornar-se-á mais pujante, condensando-se sobre processos cada vez mais pontuais. O que tínhamos alguns séculos antes como políticas oriundas da guerra, visando expurgar uma raça invasora, é intrometido para dentro do próprio Estado. Não mais livrar-se da raça diferente, mas sim, livrar-se do que é diferente na raça. Assim, os artifícios acima descritos para assegurar a vida da população transformam-se da mesma maneira; de modo que, se a questão da morte foi transladada para a mortalidade, a da raça desliza para o racismo, processo de substantivação da raça, buscando assegurar sua existência única perpetuamente. É ela então que vai ser o corte, vai ser o instrumento preciso que garantirá quem está ou não atravessado por essa linha normal. Por conseguinte, uma subdivisão de espécies será considerada e uma série de cesuras serão constituídas no bojo de seu contínuo biológico, indicando quem encontra-se no topo. Ou seja, produz-se a legitimação de qual instancia racial tornou-se mais adaptada e naturalmente selecionada para viver. Vejamos que é uma questão de naturalidade, ou seja, uma vez posto em circulação tal discurso, o que ganha peso é a própria ação da natureza, sabiamente escolhendo a parte da raça que merece viver.

Baseada nessa fragmentação biológica e hierarquizada é que a função mais impactante do racismo será revelada. Se há uma prova biológica de categorias de inferioridade dentro da minha própria raça, esta enquanto instância orgânica orquestrada pela pureza da população, porque deixar tal categoria viva? Ou seja, não é mais simplesmente deixar uma parte da população ao sabor da morte, mas efetivamente tomar a iniciativa obrigatória de destruí-la. Condição *si ne qua non* da própria vida na raça – e não a vida *da* raça -; em outras palavras, o viver daqueles que ganharam a batalha adaptativa da biologia. É um “deixar morrer” agarrado pelo “fazer morrer”, é uma coexistência do poder soberano com o poder disciplinar mirando a segurança da população.

Vejamos, pois, que ainda estamos na guerra, na guerra dentro do Estado, em nome do Estado e por ele engendrada. É uma relação tipicamente guerreira, pois quanto mais da espécie inferior morrerem, mais da superior prosperarão. Quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação a raça pura, e, assim, mais fortes e vigorosos serão aqueles constituídos nas categorias superiores, resultado do progresso evolucionista. Regeneração assim da própria espécie, biopoder operando com consistência plena.

Convém ressaltarmos o exemplo histórico onde tal mecanismo operou em seu paroxismo máximo, o regime nazista alemão. É aí que vemos não somente a prerrogativa institucional do Estado

em eliminar o que de inferior havia na raça alemã, mas os próprios alemães mesmos desejavam o extermínio dos homossexuais, ciganos, judeus e negros. Talvez essa seja a situação mais chocante, visto que não estamos nos referindo a uma possível alienação ideológica, mas a uma vontade intensa plasmada pela própria população, escancaradamente ciente da morte que lhes cabia impingir sobre aqueles que considerados “inferiores”.

Ressaltamos mais uma vez, que não queremos esboçar uma teoria geral e universalmente válida, capaz de explicar todos os processos históricos. De igual modo, não pretendemos asseverar peremptoriamente que um evento específico teve somente uma causa e para sempre assim será. Entretanto, talvez possamos colocar esse esboço traçado por Foucault em ressonância com temas atuais como a guerra contra as drogas ou guerra contra o terror. Será que não consideramos o vigor de nossa própria raça substantivado quanto menos daquela raça que se opõe a nossa existir? Quanto menos Estados democráticos existirem, mais a nossa democracia prosperará? Quanto menos traficantes existirem, mais pessoas “de bem” existirão? Será que o fenômeno da globalização não pode ser pensado nesses termos? Talvez ainda estejamos em guerra. Mas uma guerra cifrada pela política, uma guerra transcrita pelo braço do Estado, uma guerra figurando como epicentro de toda uma articulação social e econômica, encontrando e produzindo subjetividades. Claro está que a política nada mais é do que uma continuação da guerra continuada e codificada por outros meios.

6. Considerações Finais

Portanto, quisemos mostrar a multidão de assuntos que a guerra é capaz de mobilizar. Demonstra-se, pois, evidente a importância de uma concepção crítica da história, no sentido de revisitar e reconstruir determinados acontecimentos, colocando-os para funcionar em outros regimes e construindo novas verdades. Em uma realidade onde a velocidade do conhecimento impacta sua própria produção, a historiografia militar não pode perder de vista a miríade de elementos que lhe são atravessados e que contribuem para sua constituição mesma. Tanto a história quanto os assuntos militares encontram-se em plena conexão com o mundo, porque ambos já são o próprio mundo.

Repensar a formação do Estado tendo a guerra como sua matriz política em vez de mera justificativa reacionária é recolocar uma série de problemas, desembocando no racismo. Tal pressuposto é de uma pujança tal que seus efeitos conseguem ser enxergados em mecanismos aparentemente estranhos ao tema e distantes temporalmente. Em um primeiro momento, a existência da guerra é

o principal combustível de uma contra história que desorganiza a ordem do Estado. Onde setores populares buscam resgatar o que lhes é agora negado de direito. Mas é também a existência da guerra que solidifica o *status quo* monárquico e, logo após, a institucionalização filosófica da soberania, tendo em Hobbes seu expoente exemplar no *Leviatã*. Esse movimento, contudo, ocorre fruto disputas raciais – conforme claramente se vê no exemplo inglês e a invasão normanda - e, uma vez entrincheirada nas fronteiras do Estado, torna-se política, tanto para rechaçar a raça invasora, quanto para livrar a raça própria do mal que lhe assola. Opera-se então todo um mecanismo que se translada da morte ao corpo para a vida da espécie, do poder soberano ao poder normalizador, passando pelas disciplinas. É o Biopoder, legislando normas jurídicas e sociais e jamais compartimentalizando os diversos aparatos políticos que ativa. A seguir, a batalha contra a raça invasora é introjetada no Estado e torna-se a batalha contra a invasora da raça. O biopoder acopla-se ao discurso evolutivo darwinista e torna-se preciso expurgar tudo que prejudica a espécie melhor selecionada para conseguir suprir-lhe de vigor. Racismo de Estado, portanto; relações guerreiras mobilizadas pela biologia.

Assim, destacamos uma intensa polifonia causal entrando em ressonância quando nos deslocamos do estudo tradicional da guerra. Como que nascendo em migalhas, a história vai se constituindo e se intensificando em tendências que precisamos captar e, assim, reformular problemas.

Bibliografia

- DOSSE, François. *A História Em Migalhas - dos Annales à Nova História*. São Paulo: UNESP, 1994.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Coleção Os Pensadores, vol I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- FARHI NETO, Leon. *Biopolíticas: as formulações de Foucault*. Florianópolis: Cidade futura, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: Curso no College de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. *Em defesa da Sociedade. Curso no College de France (1975/1976)*. 1ª Edição. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Security, Territory, Population. Lectures at the College de France (1977-1978)*. Trad. Graham Burchell. Nova Iorque: Palgrave Mcmillan, 2004.

- _____ . *Microfísica do poder*. 1ª Edição. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____ . *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 37ª Edição. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A genealogia da Moral*. 2ª Edição. Trad. Mário Ferreira dos Santos. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.



DUAS VISÕES MILITARES SOBRE A CAMPANHA DE CANUDOS.

Matheus Boina Coltro¹

Resumo

Esse artigo discute a Guerra de Canudos, ocorrida no Sertão da Bahia no final do século XIX, tendo por fontes o relato de dois militares protagonistas desse conflito: Emídio Dantas Barreto e Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, que relataram suas experiências durante a 4ª expedição contra Antônio Conselheiro. O trabalho está organizado em três partes, que se completam. Na primeira parte é apresentada os relatos desses militares, destacando as diferentes visões sobre as batalhas. A segunda parte sintetiza os diferentes discursos sobre o conflito, com base na história militar, concluindo com uma análise sobre as potencialidades do uso dessas fontes primárias para a ampliação dos debates da historiografia militar no Brasil.

Palavras-chave: Brasil, Historiografia, Guerra de Canudos.

Resumen

En este artículo se analiza la Guerra de Canudos, que tuvo lugar en las tierras del interior de Bahía a finales del siglo XIX, con la fuente primaria de la historia de dos protagonistas militares de este conflicto: Emídio Dantas Barreto y Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, que publicaron sus experiencias durante cuarta expedición contra Antônio Conselheiro. El documento está organizado en tres partes que se complementan entre sí. En la primera parte se presenta los informes de estos militares, destacando los diferentes puntos de vista sobre las batallas. La segunda parte se resumen los diferentes discursos sobre el conflicto, basado en la historia militar, para concluir con un análisis del potencial del uso de estas fuentes primarias para ampliar las discusiones de la historia militar en Brasil.

Palabras clave: Brasil, Historiografía, Guerra de Canudos.

¹ Matheus Boina Coltro é Historiador, com licenciatura e bacharelado em História pela PUC – Campinas e pós-graduação em História Militar pela UNISUL. e-mail: matheusboina15@hotmail.com

Introdução:

Esse artigo analisa a Guerra de Canudos (1896-1897) pelo viés da História Militar, enfatizando o teatro das operações bélicas, de acordo com a narrativa de dois protagonistas do conflito. O Coronel Emídio Dantas Barreto e o Tenente Henrique Duque-Estrada Macedo Soares. O primeiro escreveu um relato da Guerra um ano após o termo das escaramuças, ao passo que o segundo o fez no início do século XX. Podemos compreender, portanto, que esses dois documentos foram produzidos distintamente. Dantas Barreto produziu seu texto com base em sua memória e nos relatos de batalhas colhidos, dada sua posição no campo de batalha, onde ele ficou à retaguarda ou fora da chamada Linha-Negra. Já Macedo Soares foi protagonista ao lado dos soldados, embora seu relato fosse favorecido pela percepção pós-evento, com espaço de tempo maior para organizar sua versão.

A guerra de Canudos teve quatro expedições, mas ficaremos restrito à quarta campanha em virtude de sua singularidade; já que ela dizimou o arraial de Canudos, com práticas atroz, que podem ser consideradas como crime de guerra. A primeira expedição, comandada pelo tenente Pires Ferreira, era formada por 100 soldados; a segunda, comandada pelo major Febrônio de Brito, dispunha de 250 soldados; a terceira, pelo coronel Moreira César, por 1200; e a quarta, coordenada pelo General Artur Oscar, organizou um efetivo de 5 mil combatentes.

Podemos argumentar que o conflito militar ocorrido no sertão da Bahia no final do Século XIX foi fruto de um conjunto de desigualdades sociais, ademais, Canudos também sofreu com as diatribes fabricadas por grupos oligárquicos baianos, que se utilizaram de boatos em torno da criação desse arraial e explorou politicamente, alegando que esse lugar abrigava um fogo monarquista.

Dantas Barreto²

Em seu livro, “Última expedição a Canudos” (1898), Dantas Barreto narra os combates travados entre o Exército e os canudenses, mas de uma forma resumida, sua maior preocupação está nos procedimentos dos planos dos comandantes e suas operações. Muitas vezes as datas colocadas

2 Emídio Dantas Barreto (1850-1931), pernambucano de família pobre se tornou praça em 1865. Veterano da Guerra do Paraguai (1864-1870) posto de alferes em 1869, depois da guerra é tenente em 1879, capitão em 1882, major em 1890 e finalmente tenente-coronel em 1894, quando em 1897 luta na Guerra de Canudos. Depois desse conflito, por ato de bravura, se torna coronel em 15 de novembro de 1897 e escreveria o seu primeiro livro que seria logo publicado no mesmo ano: “Última expedição a Canudos” (1898) que será usado nesse trabalho. É o primeiro livro sobre essa guerra no qual descreve a expedição. E também narra as batalhas e as operações que marcaram esse conflito. Chegou ao posto de ministro da Guerra e governador de Pernambuco em 1911, desses anos para frente escreveria várias obras de ficção e não-ficção que se basearam na Guerra de Canudos (MELLO, 2007, pp. 290-1). Na Guerra de Canudos, Dantas Barreto comandaria a 3ª brigada. Essa brigada seria parte da primeira coluna da última expedição (BARRETO, 1898, p. 134).

nas narrativas não são precisas, pois seu livro foi escrito e publicado menos de um ano após a Guerra de Canudos, ou seja, o autor escreveu no “calor da hora”. O que é bem provável que a maior parte dos detalhes dessa luta foi puxada pela memória do autor, tendo pouco tempo de corrigir alguns erros como, por exemplo, algumas das datas mal colocadas (BARRETO, 1898, pp. 5-242).

Dantas Barreto faz um relato breve das expedições anteriores. A primeira não é mencionada, mas fica impressionado com as duas outras campanhas. O autor dá ênfase à terceira onde ele critica a ação de Moreira César ao atacar o arraial de Antônio Conselheiro (BARRETO, 1898, pp. 5-24).

O autor relata brevemente que, desde o começo das expedições, os armamentos e o número da população de Canudos estava crescendo. Revela resumidamente os batalhões que iriam atuar, esclarecendo a composição de duas colunas que marchariam contra o arraial. Menciona também que os planejamentos do serviço de fornecimento, principalmente em relação à primeira coluna, eram precários (BARRETO, 1898, pp. 25-61).

Das marchas em direção à Canudos, o autor descreve brevemente os caminhos que os soldados passaram, mas foca mais a respeito da falta de alimentos, dois muares da artilharia, dificuldade de transporte e de munição, fazendo que muitos desses expedicionários sofressem desgastes na marcha no sertão desconhecido (BARRETO, 1898, pp. 37-98).

Nos combates da segunda coluna, Dantas Barreto fica restrito ao relatório do general Amaral Savaget (BARRETO, 1898, pp. 69-80), conforme se segue. Nos combates em Angico e Umburana (27 de Junho de 1897) seu relato se centraliza na ordem de colocar os batalhões para fortalecer a vanguarda da coluna e atacar os inimigos em seu flanco direito. Tomaram o Alto da Favela com um rápido ataque de infantaria com auxílio da artilharia. Escreve tudo isso de uma forma resumida (BARRETO, 1898, pp. 84-97).

O autor considera uma imprudência do coronel Thompson Flores, realizada no dia 28 de Junho, cuja a brigada não tinha força para enfrentar o arraial, mas avançou ficando em perigo. Começou a batalha pelo Alto da Favela. Os canudenses e expedicionários lutavam pelo domínio desse morro. Ela acaba quando a segunda coluna estava próxima, que unidas, colocou fim nessa batalha (BARRETO, 1898, pp. 98-108).

Embora a segunda coluna tenha trazido o seu comboio muito bem provido, ela se esgotou rapidamente. Desse modo, os expedicionários passariam de 1 a 13 de Julho sofrendo privações que só terminaria com a chegada do comboio vindo de Monte Santo pela 1ª brigada que o organizara.

Dantas Barreto relata brevemente que os soldados passavam fome (por isso eles faziam caças perigosas e bem longe do morro da Favela, e muitos não voltavam), havia desânimos, abatimento físico, e os feridos morriam agonizados e os vermes devoravam suas feridas. Muitos eram abatidos facilmente por alguns tiros isolados dos canudenses e a água só era usada para matar a sede. Só com a notícia da chegada do comboio que o moral dos soldados ficou positivo e os comandantes prepararam um novo plano para investir contra Canudos (BARRETO, 1898, pp. 116-127).

Os comandantes resolveram, no dia 14 de Julho, que atacariam o flanco esquerdo de Canudos onde diziam ser o ponto mais fraco do arraial. Esse plano foi feito pelo próprio autor e aceito pelo general-em-chefe Artur Oscar (BARRETO, 1898, pp. 126-130). O ataque foi iniciado na madrugada do dia 18. No começo os soldados avançavam silenciosamente e a artilharia acompanhava a força. Ao amanhecer começou o tiroteio onde os inimigos se ocultavam nas depressões do terreno. Dantas Barreto argumenta que julgou melhor colocar nas laterais os seus 7º e 9º batalhões para proteger o avanço da força expedicionária. Ao avançarem nas casas de Canudos, as lutas ficaram intensas e se estendeu em todas as frentes, mas o avanço aos poucos foi cedendo, mesmo que os comandantes se misturassem e estimulassem os soldados para continuá-lo. Não foi o bastante, pois segundo o autor, seria um sacrifício inútil e os militares pararam a ordem de avançar e conservaram o terreno conquistado, que ficava próximo às igrejas (BARRETO, 1898, pp. 137-152).

Os expedicionários fizeram um cordão de segurança próximo às casas de Canudos conquistadas, que se estendia até o Alto da Favela, e a oitenta metros da igreja velha do arraial (área onde havia domínio pleno dos soldados). Os oficiais veteranos da Guerra do Paraguai denominaram-na de *linha-negra*. Segundo o autor, os soldados dessa região recebiam poucas provisões, eram facilmente abatidos pelos inimigos, não obstante fossem melhorando e evitando mais baixas entre os soldados (BARRETO, 1898, pp. 157-168).

Depois do ataque ao lado esquerdo de Canudos, os meses de Julho, Agosto e Setembro foram períodos de muitos contra-ataques canudenses, bem como o aumento de reforços militares vindo de várias regiões do país assim como os comboios (BARRETO, 1898, pp. 168-200). Em setembro houve os bombardeios das igrejas do arraial, onde a Fazenda Velha é tomada e os soldados avançam e ficam mais próximos das ruínas das igrejas. A *linha-negra* se tornou uma fortificação inexpugnável e os soldados que estavam nela tiveram o melhor proveito de água e começaram a jogar querosene na igreja velha (BARRETO, 1898, pp. 187-189).

Como os expedicionários estavam bem providos, começou a movimentação da força de Siqueira Menezes (provavelmente na primeira quinzena de Setembro, já que o autor não coloca o dia preciso) formada por três corpos de infantaria. A força de Siqueira Menezes passou pelas estradas de Calumbi e do Cambaio, cujo objetivo era conhecer novas estradas para facilitar as levas de comboios e de água para as tropas perto de Canudos. Siqueira Menezes toma as áreas estratégicas sem enfrentar obstáculos, e no dia 23 de Setembro (aqui o dia está correto) o batalhão de polícia do Amazonas, comandada por aquele militar, tomam a estrada do Várzea da Ema, Canudos ficou cercada fortemente começando a aparecer os primeiros prisioneiros (BARRETO, 1898, pp. 192-7).

O combate de 25 de Setembro, segundo Dantas Barreto, foi lançado por uma força que ainda não tinham participado das refregas. Impacientes os comandados por Sotero de Menezes atacaram nas regiões entre a Fazenda Velha e o Cambaio. A área de domínio dos canudenses ficou bem reduzida e estavam sofrendo grandes privações (BARRETO, 1898, pp. 197-200). O último grande combate nessa guerra foi no dia 1º de Outubro, no qual o coronel Cesar Sampaio, que havia chegado recentemente, faz uma nova proposta em atacar o arraial reduzido. Dantas Barreto foi contra, mas Artur Oscar aceitou a proposta de Sampaio. Embora os expedicionários estivessem bem providos (BARRETO, 1898, pp. 205-7), a resistência dos sitiados era muito forte, pois ficavam ocultados nas casas e nas ruínas das igrejas (mais tarde a igreja velha é tomada). Os canudenses não cediam um passo e travou-se combates em toda área que faltada a ser dominada pelos soldados (BARRETO, 1898, pp. 210-2). Por fim, o resultado foi insatisfatório, já que perderam muitos homens, e a luta acabou pela falta de vontade dos soldados, levando o general a ordenar o fim do ataque (BARRETO, 1898, pp. 214-6). Com a aproximação da noite, eles se ocuparam em preparar e fortificar as trincheiras nessa nova área tomada (BARRETO, 1898, p. 217).

As rendições começaram e terminaram entre 2 a 4 de Outubro, Dantas Barreto descreve os estados miseráveis dos sitiados e não explica claramente as degolas que se passaram. Embora ainda houvessem resistentes, os soldados dominaram facilmente e Canudos caiu no dia 5 (BARRETO, 1898, pp. 221-230).

No dia 6 começou o arrasamento de Canudos que foi concluído três dias depois; é no mesmo dia que o cadáver de Antônio Conselheiro é exumado e, segundo os médicos, ao analisá-lo declararam que a morte desse líder ocorreu 12 dias antes; os números das casas eram de 5200 e encontraram 647 cadáveres dos defensores do sexo masculino; recuperaram as armas que foram largadas pelos

soldados de Moreira César; o regresso do exército (tirando a polícia da Bahia, São Paulo, do Pará e Amazonas, que retiraram após o golpe final) começou no dia 12 de Novembro e se prolongou até a segunda quinzena do mesmo mês; os prisioneiros baixas dessa expedição foram 5 mil (quase um terço dos efetivos do exército); e ao regressarem a Salvador os soldados foram recebidos com festas (BARRETO, 1898, pp. 233-41).eram levados ainda em estado de misérias e alguns foram mortos durante a saída do arraial de Canudos; as baixas dessa expedição foram 5 mil (quase um terço dos efetivos do exército); e ao regressarem a Salvador os soldados foram recebidos com festas (BARRETO, 1898, pp. 233-41).

Macedo Soares³

O seu livro, “A Guerra de Canudos” (1903), foi terminado e publicado seis anos após esse conflito, deve ter lido o livro de Dantas Barreto e o de Euclides da Cunha além das consultas de relatórios de oficiais nas suas expedições. Com todo esse tempo, com a ajuda de outras fontes organizou de outra forma suas lembranças. Trata-se de uma obra valiosa por revelar os procedimentos dos confrontos e as situações detalhistas de como os personagens presentes nesse conflito estavam passando (SOARES, 1985, pp. 26-235).

Macedo Soares, ao contrário de Dantas Barreto, resume a primeira expedição e detalha a segunda, onde explica o terreno do Cambaio e os combates enfrentados. Já na terceira, ele revela que Moreira César recusou ouvir os conselhos de Febrônio de Brito e detalha o imenso fracasso.

Antes de começar a narrar sobre a última expedição, ele explica detalhadamente o terreno, os pontos estratégicos, os defensores, as defesas e os armamentos de Canudos.

Sobre a marcha da última expedição, ao contrário de Dantas Barreto, ele revela com detalhe que, com as grandes distâncias, os expedicionários da primeira coluna estavam mal organizados e deficientes dos meios de transporte para enfrentá-la. Já a segunda coluna, estava muito bem provida e preparados, pois o general Savaget levou muito a sério a logística que iria enfrentar, portanto, não teve tanta dificuldade durante a marcha. Menciona também os armamentos que os soldados e artilheiros usaram (SOARES, 1985, pp. 31-55).

³ Macedo Soares (1870-1906), carioca é praça em 1888 e em 1894 luta contra os maragatos na Revolução Federalista (1893-1895) onde participou nas principais batalhas e é alferes nesse mesmo ano. Em 1897 participa da Guerra de Canudos e luta nas principais batalhas. Em 1903 publica o seu único livro intitulado “A Guerra de Canudos” que narra os principais acontecimentos que se passaram nesse conflito (MELLO, 2007, pp. 295-6; “orelha” do livro de Macedo Soares, 1985).

Na Guerra de Canudos, Macedo Soares estava no 31º batalhão da 4ª brigada que fez parte da segunda coluna da última expedição (SOARES, 1985, p. 24).

Descreve com bastante detalhe os desgastes das marchas da primeira coluna em um terreno acidentado e propício para emboscadas. Narra os caminhos e o terreno que a segunda coluna passou (SOARES, 1985, pp. 54-107).

Sobre a Batalha de Cocorobó, o autor explica que no dia 25 de Junho os soldados passam por um terreno apto a emboscadas. Começa a batalha quando o esquadrão de lanceiros sob o comando de José Vieira Pacheco descobriu o inimigo e começou o tiroteio. Quando os soldados da 5ª brigada entraram no combate, os canudenses recuaram e se fixaram nas suas trincheiras nos cerros que dominava a estrada por onde a coluna teria que passar. Os expedicionários estavam em um terreno aberto, sem trincheiras para se defenderem e sofrendo baixas mesmo com a artilharia martelando as posições defensivas dos inimigos para evitar mais mortes. Savaget manda conquistar as posições dos inimigos, forçando o desfiladeiro a uma carga geral de baionetas.

Essa manobra foi eficaz e os canudenses vendo que os soldados estavam tomando a várzea, em desespero resolveram recuar, mas o fizeram bem organizado, pois não deixaram nenhum ferido para trás. Ao todo, os expedicionários sofreram 178 baixas, Savaget era um dos feridos. Assim, os soldados conseguiram tomar o desfiladeiro que permitia o caminho rumo a Canudos (SOARES, 1985, pp. 73-8).

O confronto de Trabubu está resumido, e foi escrito como um curto tiroteio à distância e tendo poucas baixas. Os canudenses estavam invisíveis aos olhos dos soldados. Em Macambira, os expedicionários enfrentam seus inimigos fortificados nos morros, cercas e nas casas esparsas. Ao avançarem, os soldados conseguiram romper a fuzilaria que vinha na frente e nos flancos. Os canudenses recuaram novamente (SOARES, 1985, pp. 79-82).

Sobre os combates de Angico e Umburana, Macedo Soares corrobora a narrativa de Dantas Barreto. Relata que no dia 28, quando a segunda coluna se aproxima do arraial, Savaget ordena o ataque, mas logo é impedido pela ordem de Artur Oscar que a solicitou como reforço para a primeira coluna na batalha pelo Alto da Favela. A coluna de Savaget moveu com grande dificuldade, em razão do terreno acidentado, e chega a tempo, segundo Macedo Soares, de salvar a primeira coluna (SOARES, 1985, pp. 86-95).

Sobre as privações que os expedicionários sofreram logo no dia 28 (ao contrário de Dantas Barreto que aponta que foi no 1º de Julho) o autor é bastante detalhista a respeito dos sofrimentos e os combates que acontecia no dia-a-dia (até o dia 13 de Julho). Ele menciona o assalto fracassado

dos canudenses contra a artilharia, os preços altos dos alimentos, as caçadas perigosas, e mesmo em situações desesperadoras, os soldados não desanimavam, descreve as construções das trincheiras entre outros aspectos (SOARES, 1985, pp. 103-22).

Macedo Soares explica que o avanço em 18 de Julho mostrou problemas como: a força que iria atuar nesse ataque era numericamente inferior para enfrentar o terreno acidentado, desconhecido e traiçoeiro; e a desesperada resistência do inimigo iria complicar mais a situação.

Corroborando a narrativa de Dantas Barreto, mas como sempre, é mais detalhista. Menciona que a artilharia foi lenta na marcha para o flanco esquerdo de Canudos, entraram em ação rapidamente quando começou os tiroteios. Embora ela fizesse estrago, os canudenses revidavam e feriram alguns artilheiros e dois muares. Com a munição esgotada (em meio aos tiros e o avanço dentro do arraial) os soldados combatiam aos golpes de machado e sabre.

A narrativa menciona que, com o fim do ataque, os soldados além de estarem desorganizados, também se entrincheiraram nas casas, que pertenciam aos canudenses, trocando tiros com o inimigo.

O autor argumenta que não foi possível avançar mais, pois muitos oficiais pereceram no assalto. A artilharia avançou um pouco para tomar a sua nova posição no meio do povoado sob o domínio dos expedicionários. O canhão, em que o autor estava presente, ficou na ala esquerda ocupando uma posição favorável ao bombardeio da igreja velha. A artilharia nessa nova região tinha o dever de proteger as linhas de infantaria, para manter o inimigo à distância e repelir os pontos onde se entrincheiravam (SOARES, 1985, pp. 126-32).

Sobre a *linha-negra*, Macedo Soares corrobora os argumentos de Dantas Barreto, embora seja mais detalhista em como os soldados sofriam as privações como: limite de oferecimento de carnes e água. Descreve os contínuos tiroteios que os soldados sofriam na *linha-negra* e os sofrimentos dos feridos e desgastes (físicos e psicológicos) que conviviam no dia-a-dia. Também afirma que os números de soldados nessa linha eram de 3350 (SOARES, 1985, pp. 137-45).

Em relação aos contra-ataques canudenses (22 e 24 de Julho) na *linha-negra*, explica que o primeiro foi rapidamente repellido, o segundo é dividido em duas partes: a primeira parte do contra-ataque começou de manhã e teve uma curta duração, a segunda começou à tarde e foi mais intenso. Com a morte de Pajeú⁴, houve 50 mortos canudenses e 5 mortos e 11 feridos para o lado expedicionários. Segundo Soares, esse seria a última ofensiva, agora os canudenses ficariam na defensiva.

⁴ “a quem Dantas Barreto consideraria ‘o mais distinto guerrilheiro dos fanáticos’” (MELLO, 2007, p. 219).

Macedo Soares corrobora os argumentos de Dantas Barreto sobre a saída dos feridos, mas menciona que 600 deles foram os primeiros a saírem de Canudos. É mais detalhista ao descrever os sofrimentos desses feridos (desde que estavam em Canudos até nas suas marchas fatigantes para Monte Santo). Também concorda com Dantas Barreto a respeito dos comboios, mas menciona com mais detalhe sobre a brigada de Girard a respeito da marcha e a sua acomodação. Explica detalhadamente os caminhos, os dias da chegada, os números e como eram compostas as forças do contingente do Pará, a do Amazonas, polícia paulista e a reserva de 6 batalhões ao chegarem em Canudos (SOARES, 1985, pp. 146-83).

A igreja velha, segundo Soares, era intensamente bombardeada e sem nenhuma trégua (entre Agosto e Setembro). Além de descrever detalhadamente o processo da destruição, explica que seus destroços eram usadas pelos canudenses para fazerem a sua guerra de desgaste: simulavam uma retirada, e pela madrugada “volviam à carga” (SOARES, 1985, p. 164).

Ao contrário de Dantas Barreto, Macedo Soares dá a data (6 de Setembro) na qual começaram a bombardear a igreja nova através da *linha-negra*. Menciona também que o fogo era intenso e contínuo, não houve nenhuma reação dos canudenses. Com a queda da igreja nova, os canhões da Favela foram usados para bombardear o arraial à vontade, e alguns canudenses já começavam a fugir do arraial (SOARES, 1985, pp. 167-9).

Foi no dia 7 de Setembro, segundo Soares, a tomada da Fazenda Velha. A pedido do general-em-chefe, o coronel Antônio Olimpo da Silveira atacou o reduto às setes horas da noite sem dar um tiro. Embora o terreno não era adequado à investida, mas como era noite os soldados do 27º batalhão conseguiram tomar o reduto. E depois que a Fazenda Velha foi conquistada, os soldados fortificaram-na, e foi cognominada de Forte 7 de Setembro em homenagem à data de independência cuja data coincidiu com àquela (SOARES, 1985, pp. 170-1).

A tomada das estradas de Calumbi e Cambaio por Siqueira Menezes (que comandou os 9º, 22º e 34º batalhões em Calumbi e Cambaio, e o batalhão de polícia do Amazonas para tomar a estrada do Várzea da Ema), segundo o autor, era para encontrar caminhos mais curtos para favorecer as levas dos comboios e reforços. O começo dessa operação foi no dia 4 de Setembro. Em Calumbi, Siqueira Menezes tomou várias trincheiras e poços sem encontrarem resistências. No dia 7, em Cambaio, tomaram as fortificações dos canudenses e só entraram em choque com seus inimigos na Lagoa do Cipó (onde o autor para de súbito a narrativa sem revelar o resultado desse confronto). No dia 23, ao

fazerem o reconhecimento, ocuparam a última estrada que estava faltando para o arraial ser sitiado: a estrada do Várzea da Ema. Depois dessas ações os comboios entraram em Canudos com mais facilidades, sem serem atacados e passavam pelo caminho mais curto e agora mais seguro: a estrada do Calumbi. As condições dos soldados em Canudos estavam melhores, bens abastecidos em água graças às descobertas de poços dessa mesma estrada (SOARES, 1985, pp. 174-81).

Sobre o ataque do dia 25, Macedo Soares é mais detalhado do que Dantas Barreto e menciona que a força atacante era a brigada policial do Pará, o 37º e parte da polícia de São Paulo. Tomaram 200 casas e seus defensores foram mortos ou se tornaram prisioneiros (mais de 100). A luta durou, segundo a narrativa, das 6 às 9 horas da manhã, e as baixas expedicionárias foram 62 (21 mortos e 41 feridos).

Com esse ataque da polícia do Pará, o batalhão da polícia do Amazonas, às ordens do tenente-coronel Cândido Mariano, deixaram as suas posições (que estavam guardando a estrada de Uauá), e avançou contra o arraial conquistando casas a sua frente em meio aos tiroteios dos defensores de Canudos que estavam surpresos com esse ataque. Os batalhões 22º e 38º resolveram participar desse assalto e a ação foi generalizada. Os diversos pontos da vasta área do arraial ardiavam em fogo e a matança era grande (SOARES, 1985, pp. 185-7).

O assalto só foi freado quando a resistência dos defensores aumentou, pois se fortificavam nas ruínas da igreja nova e nas “aglomerações de casas fortificadas naquelas imediações” (SOARES, 1985, pp. 187).

A narrativa de Macedo Soares sobre o assalto 1º de Outubro é semelhante com Dantas Barreto, mas é mais detalhista, descreve os confrontos intensos de todos os batalhões e de seus inimigos. Também menciona que a ordem era atacar sem dar um tiro, mas só com a resistência tenaz é que os soldados resolveram usar a munição e o tiroteio se alastra; havia muitos duelos às armas brancas; mulheres e crianças tomavam as armas de seus companheiros tombados e se juntavam na luta; Macedo Soares concorda que esse ataque foi mais feroz do que aquele de 18 de Julho (SOARES, 1985, pp. 198-204).

Os números de mortos dos inimigos, segundo Soares, eram 400 e muitos mostravam sinais de misérias e quase nudez, os feridos mostravam horríveis ferimentos “a caminho da gangrena” (SOARES, 1985, p. 205). Os soldados tomaram 1600 casas e os canudenses “ficaram adstritos a uma pequena área na retaguarda e flanco esquerdo da igreja [nova]” (SOARES, 1985, p. 206). Também

o inimigo perdera a latada fortificada e o último cemitério (SOARES, 1985, p. 206). Macedo Soares afirma que ainda havia 2000 canudenses de ambos os sexos, feridos, famintos e febris; estavam vivendo de pouca água, farinha e rapadura, e tinham pouca munição nesse novo perímetro sitiado. As baixas dos expedicionários, segundo o autor, eram de 587 homens (SOARES, 1985, pp. 206-7).

Macedo Soares descreve que os números de prisioneiros eram de 300 a 400. E o autor, do começo ao fim, não menciona a degola. Ao raiar o dia 3, além de receberem os últimos prisioneiros, os soldados avançavam e recebiam tiros e breves pausas. Enquanto atacavam viam a extrema miséria e destruições que pairavam ao redor, mesmo assim os canudenses continuavam a sua luta sem esperança.

No dia 4 a artilharia se cala, pois não tinha mais alvo. E quando os soldados chegam perto das ruínas da igreja nova, havia uma grande vala e encontraram uma inexpugnável trincheira no centro onde se conservava 15 homens que logo foram mortos (SOARES, 1985, pp. 219-23).

No dia seguinte, os soldados “invadiram francamente o recinto onde tão singulares cenas eram passadas” (SOARES, 1985, p. 223), encontrando pequenas fogueiras e poucas casas que não foram queimadas, e nesse lugar Macedo Soares descreveu o fim dos últimos defensores do antigo Belo Monte de Antônio Conselheiro (SOARES, 1985, p. 224).

Macedo Soares corrobora Dantas Barreto sobre o arrasamento de Canudos, mas como sempre é mais detalhista. Descreve desde o começo da notícia da vitória e comemorações; descrições do estado de miséria dos prisioneiros; os números dos cadáveres dos últimos defensores em relação às casas não são realistas, pois muitas delas foram destruídas nos incêndios e os cadáveres eram de números mais recente, nos confrontos do dia 25 de Setembro, os excluídos que não foram sepultados, os que foram queimados e soterrados sob as ruínas das casas; as igrejas foram dinamitadas; o arraial desapareceu no dia 10.

Sobre Antônio Conselheiro, o autor relata que a aparência do cadáver era a de um homem entre 65 anos de idade, estava ferido na coxa, provavelmente durante o assalto no dia 18 de Julho, sofreu grave incômodo gastrointestinal, deve ter perecido no dia 25 de Setembro vitimado por algum projétil ou estilhaço de granada e os médicos acreditam que sua morte não devia exceder de 10 ou 12 dias; o crânio do Conselheiro foi levado para Salvador para ser estudado; no dia 6 de Outubro, os batalhões de SP e de Bahia foram os primeiros a saírem de Canudos, e a 6ª brigada foi a última a sair, onde marchou no dia 30 (SOARES, 1985, pp. 227-34).

As contradições da narrativa de Dantas Barreto e Macedo Soares analisadas pela ótica da História Militar

- O cerco do arraial e o estilo da Guerra de Canudos

Araripe confirma as narrativas de Dantas Barreto e Macedo Soares sobre a operação em cortar as estradas para o abastecimento do arraial e a descobertas das aguadas em Calumbi como uma operação brilhante feita por Siqueira Menezes (ARARIPE, 1985, pp. 192-3). Sobre o porquê os canudenses não resistiram fortemente a esse avanço irrefreável, Araripe conclui que “o jagunço, em regra, só atua na defensiva, atrás do toco de pau [as casas do arraial].” (ARARIPE, 1985, p. 193).

Nos confrontos na Favela e a tomada do flanco esquerdo de Canudos, bem como a conquista da Fazenda Velha, vemos uma Guerra de Posição, pois esse tipo de guerra tem o objetivo de tomar trincheiras e pequenas fortificações inimigas fazendo os oponentes se concentrarem mais na principal fortaleza ou cidade fortificada e deixando poucos soldados aguardarem nas estradas que as ligam (DORATIOTO, 2002, pp. 195-255).

Como podemos ver nas narrativas de Dantas Barreto e Macedo Soares, os soldados foram empurrando os canudenses cada vez mais para dentro do arraial, fazendo-os não protegerem precisamente as suas estradas (BARRETO, 1898, pp. 92-189; SOARES, 1985, pp. 89-171).

Flanquear, cortar as estradas e cercar Canudos é o que chamamos de Guerra de Movimento ou de Manobras, pois suas características são precisamente de um movimento contínuo de uma marcha até atingir o objetivo em cercar uma cidade ou sitiá-la uma fortaleza (BARROSO, 1938, pp. 297-314), que nesse caso seria o arraial de Canudos.

Caso semelhante foi o que aconteceu com a Guerra do Paraguai logo no começo da invasão ao país guarani. Depois da batalha de Tuiuti em 24 de Maio de 1866, o exército aliado tentou tomar fortificações entrincheiradas paraguaias, empurrando-os para Curupaiti e para a Fortaleza de Humaitá. Os paraguaios que estavam tentando frear esses avanços colocaram poucos defensores aos redores dessas duas fortificações, o que gerou uma ação perigosa nas lutas mais à frente.

Essa Guerra de Posições só terminou com o malfadado ataque a Curupaiti em 22 de Setembro no mesmo ano. Duque de Caxias mandou colocar em prática a Guerra de Manobras. Essa nova estratégia deu origem do cerco de Humaitá, finalizado em 19 de Fevereiro de 1868, onde uma força iria passar para o Chaco paraguaio e fechar o caminho para essa região pantanosa.

A outra força iria manobrar mais à direita da fortaleza, tomando algumas fortificações até que Estabelecimento (forte paraguaio) estivesse nas mãos dos aliados, e por fim, a esquadra contornou o rio Paraguai, ficando mais acima de Humaitá. Assim, quando essas manobras estavam sendo realizadas, os poucos paraguaios que estavam lá tiveram que recuar até ficarem todos concentrados na fortaleza. Embora a resistência dos paraguaios fosse corajosa, não foi o bastante para impedir esses avanços. Por fim Humaitá estava isolada por terra e água e Solano Lopez não tinha alternativa e deixou que os paraguaios sitiados tentassem uma fuga desesperada pelo Chaco paraguaio. Essa operação teve um custo leve, na qual a maior resistência em terra foi no forte de Estabelecimento e a esquadra brasileira estava intacta (BARROSO, 1938, pp. 281-314).

É claro que essas duas guerras são extremamente diferentes em vários aspectos, como o terreno, as armas, as formações militares, etc. Mas vemos semelhança ao praticarem a Guerra de Posição, fazendo que os inimigos se concentrassem nos seus pontos mais importantes (Humaitá e Canudos) e colocassem poucos soldados para protegerem o entorno desses espaços importantes deixando que o lado oposto se desdobrasse com pouco esforço até o cerco ser concluído (BARRETO, 1898, pp. 92-196; BARROSO, 1938, pp. 281-314; SOARES, 1985, pp. 89-181). Pode-se analisar essas táticas com as teorias de Liddell Hart⁵.

Liddell Hart em seu livro “As Grandes Guerras da História” explica que em muitas batalhas travadas tiveram estratégias de ação direta e indireta (HART, 1967, pp. 34-424). A primeira é a mais simples, ela constitui em ataques diretos onde dois inimigos lutam frente-a-frente. Trata-se de um combate de choque entre as forças oponentes onde os dois lados acabam desgastando suas forças facilmente e rapidamente. Geralmente o vencedor desse tipo de guerra (durante um tempo de guerra) é aquele que fica na defensiva, mas os resultados são insatisfatórios (HART, 1967, pp. 178-9).

Já a indireta, é a mais complexa, pois se baseia em desequilibrar o oponente forçando uma decisão, tenta desgastar as resistências e as forças inimigas sem que suas próprias forças sejam vítimas disso. Não há custos caros e permite os melhores resultados da guerra, redundando num vencedor (HART, 1967, pp. 34-424).

Analisando as narrativas de Dantas Barreto e Macedo Soares sobre o começo da Guerra de Canudos até o seu fim e utilizando as teorias de Hart, podemos afirmar que ela se baseou mais em

⁵ Liddell Hart (1895-1970), nascido na Inglaterra e veterano da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foi um historiador militar e teórico militar. Suas obras mais conhecidas têm abordagens de explicações e análises de estratégia de ações indireta nas principais guerras que se passaram na história da humanidade.

táticas do que em estratégia. Pois a estratégia procura explorar e gerar a surpresa, é ela que permite o impulso ao movimento. Nela estão presentes as mudanças de direções de um deslocamento, que pode ocasionar a surpresa (BARRETO, 1898, pp. 27- 232; HART, 1967, p. 409; SOARES, 1985, pp. 57-226). Podemos utilizar o exemplo disso no deslocamento e a travessia das duas colunas da última expedição contra Canudos (ARARIPE, 1985, p. 126; BARRETO, 1898, pp. 27-94; SOARES, 1985, pp. 57-88).

Já a tática são decisões que se vive no combate “e sua execução constitui sua finalidade” (HART, 1967, p. 409). Podemos apontar esses elementos nos combates desde o Alto da Favela até a queda de Canudos (BARRETO, 1898, pp. 94-232; SOARES, 1985, pp. 89-226). Nos confrontos do Alto da Favela ao assalto no flanco esquerdo de Canudos no dia 18 de Julho (e também nos grandes assaltos do dia 25 de Setembro e 1º de Outubro), com base nas teorias de Hart, vemos sinal de estratégia de ação direta (BARRETO, 1898, pp. 85-148; HART, 1967, pp. 178-9; SOARES, 1985, pp. 73-138).

Por outro lado, a realização do cerco de Canudos feito por Siqueira Menezes, é possível supor o uso da estratégia de ação indireta, resultando no fim de Canudos. Essas características apontadas por Hart estiveram presentes na realização do cerco de Canudos: na “Ação da Estratégia”, o objetivo é perturbar o dispositivo inimigo e desequilibrar o desdobramento e a organização de suas forças, ameaçar os suprimentos, os eixos em que o inimigo possa se retirar e também as suas linhas de comunicações para que o inimigo não fique suprido; nessa ação o inimigo recebe um efeito psicológico no qual ele é iludido (não sabe onde atacar e se defender, portanto ele entra em um dilema); a surpresa tira o equilíbrio do inimigo e limita a sua liberdade de ação e de concepção. Essas características podemos ver nas narrativas supras (BARRETO, 1898, pp. 192-232; HART, 1967, pp. 411-4; SOARES, 1985, pp. 174-226).

Analisando as guerras e batalhas que aconteceram, um bom exemplo em uma guerra que teve a presença dessa ação indireta, semelhante a uma “coluna operante” narrada por Macedo Soares foi a Guerra Civil norte-americana (1861-1865). Nesse conflito aconteceu muitas batalhas sangrentas e lutas frente-a-frente e muitas vezes corpo-a-corpo, mas com poucos resultados. Em 1864 o general Sherman⁶ faria uma nova ação que daria um ponto definitivo a essa guerra em que muitos não viam

⁶ William Tecumseh Sherman (1820-1891) foi um dos generais norte-americanos da Guerra Civil Norte-Americana. Lutou em batalhas e campanhas como Bull Run, Vicksburg, Meridan e no famoso avanço de Atlanta para as Carolinas.

um fim (HART, 1967, pp. 178-82). O General Grant⁷ considerava o exército adversário como seu objetivo primordial, já Sherman defendia um método que consistia em ameaçar pontos estratégicos “como um meio de fazer o exército adversário desproteger-se, ao tentar protegê-los, ou abandoná-los, a fim de manter o seu próprio equilíbrio” (HART, 1967, p. 183).

Sherman resolveu tomar Atlanta (Geórgia), depois de tomá-la ele marchou para o norte (apoderando-se dos principais pontos estratégicos nas duas Carolinas) com o objetivo de chegar à Virgínia. Seu exército era uma enorme “coluna volante” composta de tropas ligeiras de 60 mil homens. Cada um de seus quatro corpos eram autossuficiente (não precisavam serem abastecidos através das linhas férreas) o que permitiu a sua contínua marcha para o norte (HART, 1967, pp. 178-86).

Com esse avanço, Sherman deixou que as forças confederadas entrassem em um dilema, pois sempre mudava os seus pontos estratégicos a medida que avançava, com isso os confederados não sabiam que lugar deveria ser defendido.

Com o avanço contínuo, os inimigos hesitavam em entrar em um combate, Sherman foi tomando grandes áreas estratégicas e deixou seus inimigos encurralados mais ao norte (Estado de Virgínia) sem terem mais a chance de fazerem grandes manobras militares e deixou o exército de Lee (general-em-chefe da força confederada) desmoralizado e o número de deserção aumentaram rapidamente (HART, 1967, pp. 186-8). “Sherman poderia afirmar, com toda convicção como Napoleão na Áustria: ‘Eu destruí o inimigo apenas em marchas’” (HART, 1967, p. 187).

Semelhante caso foi a “coluna operante” de Menezes em seu avanço contínuo, irrefreável, deixando seus inimigos em dúvidas em qual era o objetivo dessas marchas, sempre teve a surpresa ao seu favor e sem enfrentar fortes defesas canadenses durante a sua trajetória (SOARES, 1985, pp. 174-8).

Na Guerra do Paraguai as batalhas eram travadas geralmente perto de rios (o rio Uruguai e Paraguai) onde as três armas⁸ lutavam juntas e eram usadas em terreno a favor de cada uma dessas especialidades. Mas a cavalaria, na maior parte da guerra, se mostrou pouca numerosa por causa do grande número de cavalos mortos, falta de levas dessa montaria, escassez de alimentos e confusões se misturaram entre a infantaria impedindo que fossem manobradas e atacar a força paraguaia dispersa.

⁷ Ulysses S. Grant (1822-1885) foi outro grande general norte-americano na Guerra Civil Norte-Americana, comandou as tropas da União em batalhas sangrentas, o que deu a origem do seu apelido de “o açougueiro”, pois era o seu costume mandar suas tropas para linhas de fogo muito intensas. Ficou no cargo de Presidente de seu país entre 1869-1877.

⁸ Infantaria: composta de soldados que marchavam a pé, suas armas principais foram desde mosquete ao fuzil; Cavalaria: soldados que montavam em cavalos, suas armas eram pistolas, revólveres e sabres; e a Artilharia: composta de artilheiros e canhões cujo objetivo era varrer exércitos inimigos ou destruir suas fortalezas.

A infantaria foi utilizada em todas as operações e a artilharia foi usada para varrer exércitos oponentes e destruir fortaleza. Nesse último caso, geralmente os dois oponentes sitiavam-nas (DORATIOTO, 2002, pp. 170-455).

Na Revolução Federalista eram constantes as marchas, manobras e conquistas de cidades. Muitas vezes as marchas eram penosas e desgastantes, o que fazia grandes números de doentes e homens cansados ficarem para trás abandonados à sua própria sorte, e durante essas marchas aconteciam pequenos confrontos onde as tropas de Floriano Peixoto⁹ tentavam inutilmente barrar as marchas de seus inimigos. Em terrenos abertos a cavalaria dominava, enquanto em cidades a infantaria do exército brasileiro e a sua artilharia eram armas predominantes em defesa contra os maragatos (os federalistas ou os revolucionários). Os mais célebres combates em defesa a uma cidade foi o cerco de Bajé e o da Lapa (CARNEIRO, 1991, pp. 110-164; LIMA, 2014, pp. 21-163; GUASINA, 1999, pp. 7-41).

E por fim, na Guerra de Canudos a cavalaria foi a menos usada, a infantaria e a artilharia dominaram essa guerra do sertão baiano. A infantaria foi usada para tomar terrenos e posições estratégicas, enquanto a artilharia era usada para martelar e amortecer as posições entrincheiradas inimigas, e destruir casas e as igrejas dos canudenses que eram usadas como fortalezas (BARRETO, 1898, pp. 27-232; SOARES, 1985, pp. 57-226). Analisando os argumentos acima, vemos uma evolução dessas três armas, que se tornavam mais distintas e os seus objetivos iam evoluindo. A cavalaria vai diminuindo o seu papel na guerra e a infantaria e a artilharia vão mostrando a aparência mais real do exército brasileiro (BARRETO, 1898, pp. 27-232; CARNEIRO, 1991, pp. 110-164; LIMA, 2014, pp. 21-163; DORATIOTO, 2002, pp. 170-455; GUASINA, 1999, pp. 7-41; SOARES, 1985, pp. 57-226).

Ausências

Dantas Barreto e Macedo Soares não mencionam em suas narrativas, embora faltassem muitas coisas para a primeira coluna marchar para Canudos, que era hábito viver dos recursos locais embora não fossem abundantes no sertão baiano. Foi uma das causas da origem das privações e sofrimentos que a última expedição passou (ARARIPE, 1985, pp. 84-5). Também não mencionam que a última expedição não reuniu todos os dados possíveis sobre o efeito, a organização, os números

⁹ Floriano Peixoto (1839-1895) lutou na Guerra do Paraguai, se tornou presidente do Brasil entre 1891-1894. Conhecido como “Marechal de Ferro”, ele abafou a Revolução Federalista e Revolta da Armada (1893-1894).

de combatentes, os recursos de que dispunham o adversário e os processos de combate. É provável que os chefes militares não se deram a responsabilidade de ler documentos deixados pelas expedições anteriores e analisá-los (ARARIPE, 1985, p. 87).

A guerra de Canudos revelou a precariedade do exército brasileiro, pois segundo Sodré, se mostrou incapaz de travar uma luta organizada “e que se desmandaria em fúria, na degola dos prisioneiros, sobre o qual o silêncio repousou, quebrado apenas pelo protesto dos acadêmicos de medicina baianos” (SODRÉ, 1965, p. 182).

Macedo Soares não menciona a degola, por exemplo: depois do assalto 25 de Setembro, Macedo Soares além de mencionar que os números de prisioneiros aumentavam e que traziam marcas de feridas, ele afirma que eram tratados “com generosidade e toda humanidade” (SOARES, 1985, p. 191). Ao passo que Dantas Barreto deixa esse assunto meio enigmático, como por exemplo, na parte em que o autor descreve os prisioneiros nos últimos dias do arraial: “Dessem-lhes água até saciarem a sede que lhes produzia vertigens, e matassem-nas como quisessem, depois.” (BARRETO, 1898, p. 224).

É provável que Macedo Soares não a tenha mencionada e Dantas Barreto não a tenha explicado direito, pois ou não foram testemunhas desses atos horrendos, ou sabiam, mas não queriam expor por causa do perigo em serem perseguidos como possíveis “monarquistas” ou traidores da pátria, ou não queriam sujar a imagem do exército brasileiro.

Os estilos das narrativas

Segundo Keegan, a narrativa da batalha é constituída por ponto de vista de um comandante e seu cronista, e os homens que a envolveram. Mas seus olhares são diferentes (KEEGAN, 2000, p. 46). Isso pode ser analisado nas narrativas entre Dantas Barreto e Macedo Soares nessa perspectiva.

O ambiente do comandante, segundo Keegan, é um lugar razoavelmente estável, é um lugar mais calmo para que ele fique em paz e possa traçar os seus planos estratégicos e visualizar os eventos e os participantes na batalha (KEEGAN, 2000, pp. 46-7). Suas intenções

Que são transmitidas ao soldado apenas pelas formas mais abreviadas de comando – ‘Em frente!’ ou ‘Formar quadrado!’ ou ‘Fogo a vontade!’ – (conforme o plano de ‘vencer/perder’ do escalão superior), influenciarão muito pouco o seu comportamento; e as concepções do seu comandante de ‘vencer/perder’ não terão qualquer relevância na sua situação pessoal

(KEEGAN, 2000, p. 47).

Diferente visão é a do soldado, nas quais são “confrontados com a ameaça ou a realidade de um perigo extremo para a sua vida” (KEEGAN, 2000, p. 46). Sua visão é mais complicada do que a do seu comandante, pois ela não é bem ordenada e organizada. A batalha para o soldado se dá em um ambiente físico e emocional, onde fica frente-a-frente com um perigo constante. Nesses períodos de combates o soldado passa por inúmeros sentimentos como aborrecimento, exultação, pânico, raiva, tristeza, confusão e até coragem. O mesmo levaria em conta os seus camaradas. Em uma batalha para um simples soldado é uma situação vivida em uma pequena escala, e luta de acordo com a sua própria ética (KEEGAN, 2000, pp. 46-7).

Dantas Barretos e aproximaria mais da visão do comandante, pois em sua obra a descrição das lutas intensas e o caos são pouca detalhada. Ele está mais preocupado com os comandos dos batalhões em fazer manobras militares vantajosas para a guerra em que está lidando, pois sempre que uma operação ou um assalto seja realizado o autor descreve o passo-a-passo e o procedimento desse plano em ser concretizado e ser aprovados por outros oficiais. Também aponta os erros das ordens e dos planos estratégicos, pois é a característica do comandante corrigir os erros o mais rápido possível para não mais sacrificar soldados em uma luta sem esperança. Pode se perceber na sua narrativa que ele está sempre atrás da linha de frente (atrás da *linha-negra*) onde eram comuns os comandantes se reunirem para fazerem planos estratégicos, era um lugar mais calmo e onde não conviviam com os tiroteios constantes. Por isso ele pouco os descrevem. Um bom exemplo, percebemos quando ele relata a morte dos últimos defensores de Canudos está muito resumido, pois não estava presente na linha-de-fogo (BARRETO, 1898, pp. 27-232; KEEGAN, 2000, pp. 46-7).

Já Macedo Soares, sempre vimos que é o mais detalhista. Embora sua visão parecesse mais com um soldado apontado por Keegan, Macedo Soares era Tenente e comparado com uma posição de um simples soldado, há cinco hierarquias abaixo de Tenente (uma hierarquia que começa a se aproximar no lugar de comandante). Mas raramente o narrador afirma que ele passou por tal situação, seja ela contraditória ou a mais leve possível. Descreve com bastante detalhe cada momento em que o soldado, feridos e algumas vezes até seus inimigos estavam passando. Por exemplo: no começo da marcha, a batalha pelo Alto da Favela, tiroteios constantes na *linha-negra* e até em relatar como os últimos defensores de Canudos foram mortos, o narrador é bastante detalhista. É bem provável que

o autor estivesse mais próximo dos soldados, conviveu mais com eles e viu os combates bem diante de seus olhos, principalmente na *linha-negra* onde esse tenente aguardava um canhão a ser usado para bombardear as igrejas-fortalezas de Canudos. Macedo Soares também relata o procedimento das operações e planos estratégicos dos comandantes, mas o seu brilho narrativo está no relato valioso de como era essa guerra, os combates travados e até civis canudenses que não conseguiam escapar dos tiroteios nos últimos confrontos desse conflito (BARROSO, 1938, pp. 100-2; SOARES, 1985, pp. 48-226; KEEGAN, 2000, pp. 46-7).

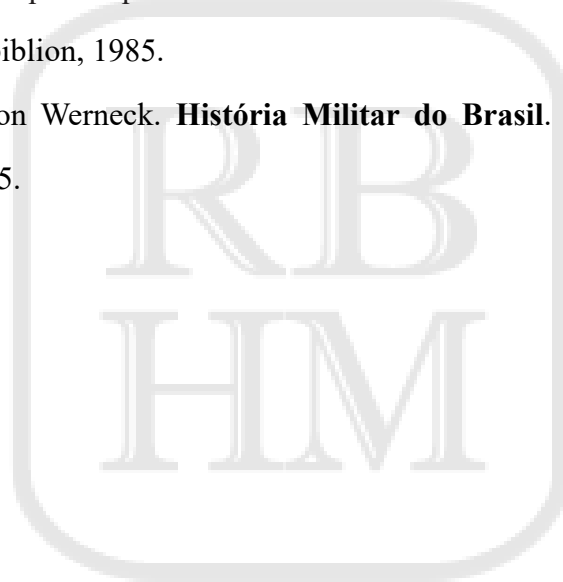
Dantas Barreto e Macedo Soares não escapam de um grande detalhe, ambos também têm o objetivo de exemplificar a vida e as proezas de soldados e comandantes valentes e corajosos durante os confrontos (BARRETO, 1898, pp. 27-232; SOARES, 1985, pp. 48-226).

Portanto, Dantas Barreto é uma fonte importante, considerado sua recorrência à memória para escrever sua narrativa do conflito. Ele escreveu no “calor da hora”, já que participou dos combates. Soares, por seu turno, possivelmente teve mais tempo para confrontar sua narrativa e organizá-la com sua memória, produzindo uma história de Canudos. O fato de ter sido protagonista na *linha-negra* permitiu que esse narrador fosse mais enfático ao descrever as barbáries da guerra. Se a tentativa era defender o exército brasileiro e honrar sua “bravura”, os relatos não conseguiram esconder a matança de pessoas prisioneiras (BARRETO, 1898, pp. 5-242; SOARES, 1985, pp. 30-235) e essa memória continua insepulta nas ruínas de Canudos.

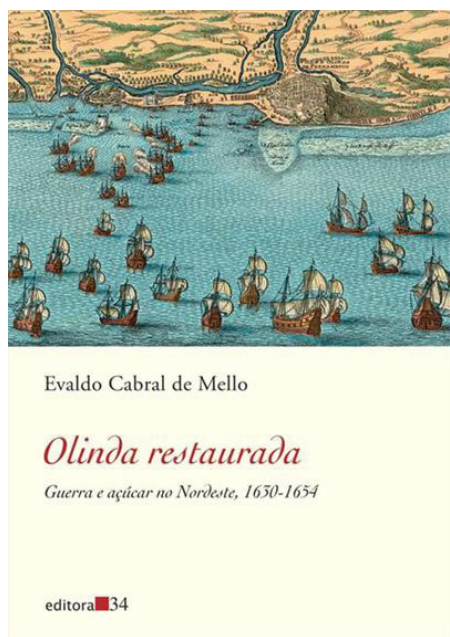
Referências bibliográficas

- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Expedições Militares Contra Canudos** – seu aspecto marcial. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- BARRETO, Dantas. **Última Expedição a Canudos**. Porto Alegre: FRANCO & IRMÃO, 1898.
- BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. 2.ed. São Paulo: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1938.
- CARNEIRO, David. **O Cerco da Lapa e seus heróis**: antecedentes da revolução federalista no Paraná. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- GUASINA, Luiz de Senna. **Diário da Revolução Federalista: 1893-1895**. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, EST Edições, 1999.
- HART, B.H. Liddell. **As Grandes Guerras da História**. 2.ed. Tradução de Aydano Arruda, São Paulo: IBRASA,1967.
- KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Tradução de L. P. Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- LIMA, J. Carvalho. **Narrativas Militares – A Revolução do Rio Grande do Sul**. 3.ed. Porto Alegre: Edigal, 2014.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **A Guerra Total de Canudos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.
- SOARES, Henrique Duque-Estrada de M. **A Guerra de Canudos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.



Livro em Destaque



OLINDA RESTAURADA: GUERRA E AÇUCAR NO NORDESTE, 1630-1654

Publicado pela primeira vez em 1975 e, como afirma o autor, em versão definitiva nesta 3ª edição, *Olinda restaurada* é a primeira de uma série de obras produzidas por Evaldo Cabral de Mello sobre a história do Nordeste Brasileiro no período que se estende do século XVI ao XIX. Abordando o período da dominação holandesa na região (1630-1654), o autor compreende que estes foram, fundamentalmente, ‘anos de guerra’. Assim sendo, o foco da análise não deve estar na tentativa fracassada de implantar valores europeus e/ou protestantes na colônia tropical, mas sim no impacto da guerra sobre a sociedade colonial. Partindo dessa premissa, o historiador transita com grande mobilidade entre o quadro local, repleto de informações surpreendentes, extraídas do contato direto com os documentos, e o jogo mais amplo dos interesses políticos e econômicos das potências europeias, aqui delineado com toda clareza. Como afirmou o historiador Charles R. Boxer ao saudar a publicação de *Olinda restaurada*, “esta obra pressupõe no leitor algum conhecimento da história narrativa da Ilíada pernambucana, mas para aqueles que a conhecem, ela é inegavelmente o mais satisfatório e esclarecedor estudo neste campo”.

Ficha Técnica

ISBN: 9788573263749

Idioma: Português

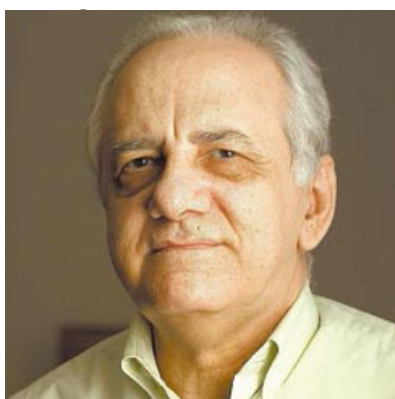
Encadernação: Brochura

Formato: 16 x 23

384 Páginas

3ª edição: 2007 (Copyright: 1975)

Preço Médio: R\$ 45,00



EVALDO CABRAL DE MELLO

Evaldo Cabral de Mello nasceu no Recife em 1936. Estudou Filosofia da História em Madri e Londres. Em 1960, ingressou no Instituto Rio Branco e dois anos depois iniciou a carreira diplomática. Serviu nas embaixadas do Brasil em Washington, Madri, Paris, Lima e Barbados, e também nas missões do Brasil em Nova York e Genebra e nos consulados gerais do Brasil em Lisboa e Marselha. É um dos maiores historiadores brasileiros, especialista em História regional e no período de domínio holandês em Pernambuco no século XVII, assunto sobre o qual escreveu vários livros, como *Olinda restaurada* (1975), sua primeira obra, *Rubro veio* (1986), sobre o imaginário da guerra entre Portugal e Holanda, e *O negócio do Brasil* (1998), sobre os aspectos econômicos e diplomáticos do conflito entre portugueses e holandeses. Sobre a Guerra dos Mascates e a rivalidade entre brasileiros e portugueses em seu estado natal publicou *A fronda dos mazombos* (1995). Escreveu também *O norte agrário e o Império* (1984), *O nome e o sangue* (1989), *A ferida de Narciso* (2001), *Nassau: governador do Brasil Holandês* (2006), e *O bagaço da cana* (2012).





Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

